



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - NCDH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDH

THALITA SUYANE COSTA SILVA

“PERMITA QUE EU FALE, NÃO AS MINHAS CICATRIZES”

Dissidentes da dissidência: rotas não binárias para a construção de outros mundos possíveis

JOÃO PESSOA - PB

2025

THALITA SUYANE COSTA SILVA

“PERMITA QUE EU FALE, NÃO AS MINHAS CICATRIZES”

Dissidentes da dissidência: rotas não binárias para a construção de outros mundos possíveis

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, da Universidade Federal da Paraíba como requisito à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Jailson Gomes da Rocha

JOÃO PESSOA - PB

2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Thalita Suyane Costa.

"Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes" :
dissidentes da dissidência : rotas não binárias para a
construção de outros mundos possíveis / Thalita Suyane
Costa Silva. - João Pessoa, 2025.
154 f. : il.

Orientação: Jailson José Gomes da Rocha.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Direitos Humanos - LGBTQIAPNB. 2. Dissidência de
gênero. 3. Racialidade - Contracolonialismo. 4.
Cisgeneridade. I. Rocha, Jailson José Gomes da. II.
Título.

UFPB/BC

CDU 342.7(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS



ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRANDO **THALITA SUYANE COSTA SILVA** DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS/CCHLA/UFPB

Aos vinte e um do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, realizou-se a sessão de defesa de Dissertação do mestrando **Thalita Suyane Costa Silva**, matrícula 20221023013, intitulada: **“PERMITA QUE EU FALE, NÃO AS MINHAS CICATRIZES” Dissidentes da dissidência: rotas não binárias para a construção de outros mundos possíveis.** Estavam presentes os professores doutores: Jailson José Gomes Da Rocha (Orientador), Luziana Ramalho Ribeiro (Examinadora interna), Roberto Cordoville Efrem De Lima Filho (Examinador externo) e Lassana Danfá (Examinador externo). O Professora Jailson José Gomes Da Rocha, na qualidade de Orientador, declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente, em seguida passou a palavra ao mestrando Thalita Suyane Costa Silva, para que no prazo de trinta (30) minutos apresentasse a sua Dissertação. Após exposição oral apresentada pelo(a) mestrando, o professor Jailson José Gomes Da Rocha concedeu a palavra aos membros da Banca Examinadora para que procedessem à arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o mestrando Thalita Suyane Costa Silva respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. Prosseguindo, a sessão foi suspensa pelo Orientador, que se reuniu secretamente, apenas com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer: A Banca Examinadora considerou a DISSERTAÇÃO APROVADA. A seguir, o Orientador apresentou o parecer da Banca Examinadora o mestrando Thalita Suyane Costa Silva, bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora, e deu por encerrada a sessão. E, para constar eu, Herbert Henrique Barros Ribeiro, assistente em administração do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, lavrei a presente Ata. João Pessoa, 21 de fevereiro de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br JAILSON JOSE GOMES DA ROCHA
Data: 27/02/2025 14:41:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jailson José Gomes Da Rocha (Orientador) _____

Documento assinado digitalmente
gov.br LUZIANA RAMALHO RIBEIRO
Data: 05/03/2025 08:41:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luziana Ramalho Ribeiro (Examinadora interna) _____

Documento assinado digitalmente
gov.br ROBERTO CORDOVILLE EFREM DE LIMA FILHO
Data: 27/02/2025 14:46:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Roberto Cordoville Efrem De Lima Filho (Examinador externo) _____

Documento assinado digitalmente
gov.br LASSANA DANFA
Data: 28/02/2025 09:08:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lassana Danfá (Examinador externo) _____

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas dissidentes que já se sentiram ou se sentem inadequadas em um *cistema* que intenciona nos silenciar e nos condenar ao esquecimento.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero agradecer ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), que permitiu a realização deste trabalho. Neste espaço, agradeço profundamente a Herbert Henrique, servidor do PPGDH/UFPB, a primeira pessoa com quem tive contato no Programa, ainda em agosto de 2022. Obrigada por tamanha paciência e cuidado que você sempre demonstrou comigo.

Para mim, é estranho agradecer por meio de palavras escritas em um documento, pois o que tenho para dizer, habitualmente, digo olhando nos olhos. Porém, não poderia deixar de utilizar esse espaço para enaltecer (sim!) e reconhecer as pessoas que estiveram presentes durante o mestrado. Costumo pensar que a escrita é um emaranhado de ideias, concepções, conceitos e pontos de vistas diversos, e, durante esse processo, me vi mudando e apreciando outras formas de pensar. Adriana Maria da Costa, a pessoa que me gerou, possui a habilidade (e paciência) de me ouvir por incontáveis horas sobre assuntos que, por vezes, não possuem relação alguma.

Durante esse processo, ela acompanhou de perto as minhas contradições e mudanças de perspectivas, que por ora, andam lado a lado comigo. Mainha, se eu pudesse te dizer algo olhando nos teus olhos, seria que, se eu acredito em mim, é porque você sempre acredita primeiro. Na infância, costumamos acreditar que os nossos cuidadores têm as respostas para tudo; talvez, seja um fardo grande a carregar, mas, é instigante como você parece ter soluções para quaisquer imprevistos. Não quero romantizar essas situações, pois sei que a vida te cobrou – e continua cobrando essa postura de prontidão. Neste pequeno fragmento, desejo registrar e reforçar o que te digo diariamente: apesar da distância física, estou contigo nas dificuldades, adversidades, comemorações, alegrias e nos dias em que, finalmente, consigo te levar para dançar no Sabadinho Bom e, ao final do dia, assistimos a filmes de terror de qualidade duvidosa.

Agradeço a minha avó pela calma, cuidado e pela nossa construção diária. Ao meu avô (*in memoriam*), que não costumava falar muito – talvez pelo peso da vida que carregava – e que sempre será um dos exemplos de cuidado e amor que tive a oportunidade de vivenciar. Diversas vezes, ele me levava e buscava na escola de bicicleta – o que era uma aventura para mim. Chegando em casa, lembro de tirar os sapatos e de sentir os pés suados, especialmente entre os dedos – algo que sempre me causou uma espécie de aflição. Pacientemente, meu avô sentava comigo e limpava os espaços entre cada dedinho. Meu avô não fazia vista grossa para injustiças

e por isso, algumas vezes, se envolvia em situações de conflito. Espero ter herdado isso dele. Em breve, quando estivermos juntos novamente, finalmente poderei contar sobre o que tenho feito e dividir o cuidado e carinho que tenho guardado comigo durante esse tempo.

Agradeço também à minha tia Cá que sempre me recebeu de portas e peito aberto. Obrigada por impulsionar meus projetos, por acreditar no que construo e por estar presente em cada etapa dos diversos processos que atravesso. Junto a outras pessoas, você me mostrou que existem outros mundos, outras formas de pensar e sentir. Às minhas primas-irmãs, Mari e Alice, sou grata pelo cuidado, apoio e aprendizado mútuo. À Helen, minha prima, que, em uma tarde de domingo escaldante no Ceará, segurou minhas mãos e disse que, nos momentos difíceis, eu poderia me lembrar deles, pois estariam sempre ao meu lado, por e para mim.

Ao “Lero Lero”, apelido carinhoso do nosso grupo de amigos mais próximos – Glabelle, Vanessa, Luís Eduardo, Paulo Victor, João Victor, Weverton e eu. Agradeço por tudo: os almoços apressados, a correria para chegar antes da aula e garantir um tempo para compartilhar informações, os momentos de seriedade, e, acredito que como elo, o apoio mútuo, perceptível tantas vezes nos ombros e colos dados e recebidos. À D’angellis, que ouvia incansavelmente minhas ideias e pensamentos, mesmo quando pareciam impraticáveis. Incrivelmente, sempre encontrávamos um jeito de torná-los possíveis. Amiga, obrigada por me mostrar que eu sou capaz de tanto – não apenas no sentido da escrita. Agradeço também à Isabelly, que, além de confidente, esteve presente em meus processos de descoberta e escrita.

Ao meu orientador, Jailson José, que, mesmo antes de assumir essa função formalmente, já me acompanhava desde a defesa do pré-projeto. Jailson chegou sorrindo, interagindo com a minha tia Claudia, também presente na chamada. Naquele momento, meu pensamento era um grande ponto de interrogação: ele não deveria estar sério? Bem, durante esses dois anos e alguns meses de orientação, ele me ensinou e demonstrou que não. Penso no quanto essa “simples educação/simpatia” do professor – infelizmente tão rara – foi e ainda é especial, tornando aquele momento menos desconfortável para mim. Apesar das dificuldades intrínsecas à existência, acredito que o que nós construímos, ao nosso modo, é singular. Em mundos expressivamente distintos, compartilhamos uma admiração pela desobediência e, de forma eufemística, um dissabor por imposições de normas e regras.

Agradeço profundamente a cada pessoa que participou desta pesquisa, escolhendo lembrar e compartilhar suas histórias, desde sua infância até os momentos atuais. Sou grata por cada diálogo e, sobretudo, pela confiança reforçada ao longo desse processo.

Luís Errirane, te agradeço por partilhar os dias comigo, do nascer do sol ao anoitecer. Agradeço por nossos caminhos terem se entrelaçado – curiosamente, na sala 107B do PPGDH – e por podermos aproveitar juntos o tempo que nos abraça e acolhe. Você é um respiro em meio ao caos, um encontro raro que a vida me permite vivenciar a cada dia. O meu desejo é que sigamos aprendendo, sonhando e resistindo, onde quer que estejamos.

*Da calma e do silêncio (Conceição Evaristo,
2019).*

*Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.*

*Quando meu olhar
se perder no nada,
por favor,não me despertem,
quero reter,
no adentro da íris,
a menor sombra,
do ínfimo movimento.*

*Quando meus pés
abrandarem na marcha,
por favor, não me forcem.*

*Caminhar para quê?
Deixem-me quedar,
deixem-me quieta,
na aparente inércia.
Nem todo viandante
anda estradas,
há mundos submersos,
que só o silêncio
da poesia penetra.*

RESUMO

O presente trabalho investigou como gênero, sexualidade e raça se interseccionam e afetam as existências dissidentes, bem como as subjetividades cisgêneras. Oyèrónkè Oyěwùmí (2021), em sua obra crítica *A invenção das Mulheres*, discute a perspectiva essencializante ocidental, que impõe gênero como categoria universal, negligenciando dinâmicas alternativas de organização social. Na sociedade iorubá pré-colonial, as relações eram baseadas na senioridade, porém, com a colonização, instaurou-se uma estrutura binária de gênero, apagando e marginalizando modos de funcionamento já existentes. Por meio da dominação colonial portuguesa, essa imposição também atingiu os povos originários que viviam em Pindorama. A história narrada a partir de nossas perspectivas, revela que a invasão dos colonizadores, impôs uma monocultura dos afetos, dos costumes e das vivências. Dessa forma, a não conformidade ou a resistência a essas imposições transformou indígenas e africanos escravizados em alvos de punições, torturas e extermínio. Um dos propósitos da pesquisa foi refutar a narrativa do “branco salvador”, ainda utilizada para justificar a continuidade das múltiplas violências cometidas desde a dominação colonial. Na contemporaneidade, o ciclo se repete: criado para a coerção e o controle social, o Estado, parcialmente, favorece corpos específicos: homens cisgêneros, brancos, heterossexuais, cristãos e neurotípicos. A consolidação e continuidade de um sistema que opera a favor do ideal de “normalidade” é uma das heranças coloniais que persiste nas estruturas contemporâneas de poder. Resistindo e contrapondo o conservadorismo institucional e opressor, pessoas dissidentes vêm ocupando cargos no Estado, como Erika Hilton (PSOL) e Thabatta Pimenta (PSOL). Articulando saberes produzidos por sentipensadores dissidentes, e, com ênfase nas discussões sobre gênero, sexualidade e racialidade, o estudo examinou acordos sociais, institucionais ou não, que posicionam as existências dissidentes como anormais e patológicas. Além disso, analisou como a cisgeneridade foi introduzida, naturalizada e reforçada nas instituições, discutindo formas pelas quais a cisnormatividade afeta existências binárias e não binárias. Ademais, refletiu como a imposição de padrões internos da comunidade dissidente de gênero atravessam pessoas não binárias. De caráter qualitativo, selecionei a Autoetnografia e a História de Vida enquanto abordagens metodológicas. Para explorar como a cisgeneridade afeta tanto pessoas inscritas na norma quanto pessoas dissidentes, realizei dez entrevistas semiestruturadas. As discussões foram elaboradas por meio da Análise Narrativa, a partir de uma perspectiva crítica e interseccional. A partir das experiências narradas em minha autoetnografia e dos diálogos construídos, busquei provocar questionamentos e reflexões sobre as estruturas de poder e movimentos de resistência. As descobertas desta pesquisa evidenciam que a cisgeneridade opera como um regime normativo que, apesar de aparentar neutralidade, impõe padrões rígidos e exclui aqueles que não os seguem. Identifiquei um caráter ambíguo na cisgeneridade, que oferece privilégios a quem a reproduz, mas, simultaneamente, impõe padrões inalcançáveis. Embora a cisgeneridade acarrete violências até mesmo sobre corpos cisgêneros, ainda é amplamente percebida e reforçada como intrínseca e natural. Diante disso, esta pesquisa revisita criticamente a imposição colonial do sistema binário e hierárquico de gênero e enfatiza a urgência em problematizar e desestabilizar as violências que ele gera e perpetua.

Palavras-chave: Dissidência de gênero; Direitos Humanos LGBTQIAPNB+; Racialidade; Contracolonialismo; Cisgeneridade.

ABSTRACT

The present study investigated how gender, sexuality, and race intersect and affect dissident existences, as well as cisgender subjectivities. Oyèrónké Oyěwùmí (2021), in her critical work *The Invention of Women*, discusses the Western essentialist perspective, which imposes gender as a universal category, neglecting alternative dynamics of social organization. In pre-colonial Yoruba society, relationships were based on seniority; however, with colonization, a binary gender structure was established, erasing and marginalizing pre-existing social structures. Through Portuguese colonial domination, this imposition also affected the Indigenous peoples living in Pindorama. The history narrated from our perspectives reveals that the invasion by colonizers imposed a monoculture of affections, customs, and ways of life. Thus, nonconformity or resistance to these impositions turned Indigenous people and enslaved Africans into targets of punishment, torture, and extermination. One of the purposes of this research was to refute the narrative of the "white savior," still used to justify the continuation of the multiple violences committed since colonial domination. In contemporary times, the cycle repeats itself: designed for coercion and social control, the State partially favors specific bodies—cisgender, white, heterosexual, Christian, and neurotypical men. The consolidation and continuity of a system that operates in favor of the ideal of "normality" is one of the colonial legacies that persist in contemporary power structures. Resisting and countering institutional and oppressive conservatism, dissident individuals have been occupying positions in the State, such as Erika Hilton (PSOL) and Thabatta Pimenta (PSOL). By articulating knowledge produced by dissident *sentipensadores* and emphasizing discussions on gender, sexuality, and race, this study examined social agreements, whether institutional or not, that position dissident existences as abnormal and pathological. Additionally, it analyzed how cisgenderness was introduced, naturalized, and reinforced in institutions, discussing the ways in which cisnormativity affects both binary and non-binary existences. Moreover, it reflected on how the imposition of internal standards within the gender-dissident community impacts non-binary people. This research adopted a qualitative approach, selecting Autoethnography and Life History as methodological frameworks. To explore how cisgenderness affects both those who conform to the norm and those who resist it, I conducted ten semi-structured interviews. The discussions were developed through Narrative Analysis from a critical and intersectional perspective. Based on the experiences narrated in my autoethnography and the dialogues constructed, I sought to provoke questions and reflections on power structures and resistance movements. The findings of this research highlight that cisgenderness operates as a normative regime that, despite appearing neutral, imposes rigid standards and excludes those who do not conform. I identified an ambiguous nature in cisgenderness: while it grants privileges to those who reproduce it, it simultaneously enforces unattainable standards. Although cisgenderness inflicts violence even upon cisgender bodies, it is still widely perceived and reinforced as intrinsic and natural. In this regard, this research critically revisits the colonial imposition of the binary and hierarchical gender system and emphasizes the urgency of problematizing and destabilizing the violences it generates and perpetuates.

Key-words: Gender dissent; LGBTQIAPNB+ Human Rights; Raciality; Countercolonialism; Cisgenderity.

RESUMEN

El presente estudio investigó cómo el género, la sexualidad y la raza se interseccionan y afectan las existencias disidentes, así como las subjetividades cisgénero. Oyèrónké Oyěwùmí (2021), en su obra crítica *La invención de las mujeres*, discute la perspectiva esencialista occidental, que impone el género como una categoría universal, ignorando dinámicas alternativas de organización social. En la sociedad yoruba precolonial, las relaciones se basaban en la jerarquía de la antigüedad; sin embargo, con la colonización, se instauró una estructura de género binaria que borró y marginó formas de organización ya existentes. A través de la dominación colonial portuguesa, esta imposición también afectó a los pueblos originarios que vivían en Pindorama. La historia narrada desde nuestras perspectivas revela que la invasión de los colonizadores impuso una monocultura de afectos, costumbres y formas de vida. De esta manera, la no conformidad o la resistencia a estas imposiciones transformó a los indígenas y africanos esclavizados en objetivos de castigos, torturas y exterminio. Uno de los propósitos de esta investigación fue refutar la narrativa del "blanco salvador", todavía utilizada para justificar la continuidad de las múltiples violencias cometidas desde la dominación colonial. En la contemporaneidad, el ciclo se repite: diseñado para la coerción y el control social, el Estado favorece parcialmente a cuerpos específicos: hombres cisgénero, blancos, heterosexuales, cristianos y neurotípicos. La consolidación y continuidad de un sistema que opera a favor del ideal de "normalidad" es una de las herencias coloniales que persisten en las estructuras de poder contemporáneas. Resistiendo y enfrentando el conservadurismo institucional y opresor, personas disidentes han ocupado cargos en el Estado, como Erika Hilton (PSOL) y Thabatta Pimenta (PSOL). Articulando saberes producidos por *sentipensadores* disidentes y con énfasis en las discusiones sobre género, sexualidad y racialidad, este estudio examinó acuerdos sociales, institucionales o no, que posicionan las existencias disidentes como anormales y patológicas. Además, analizó cómo la cisgeneridad fue introducida, naturalizada y reforzada en las instituciones, discutiendo las formas en que la cisonormatividad afecta tanto a las existencias binarias como a las no binarias. Asimismo, reflexionó sobre cómo la imposición de normas internas dentro de la comunidad disidente de género atraviesa a las personas no binarias. De carácter cualitativo, esta investigación adoptó la Autoetnografía y la Historia de Vida como enfoques metodológicos. Para explorar cómo la cisgeneridad afecta tanto a las personas inscritas en la norma como a las disidentes, realicé diez entrevistas semiestructuradas. Las discusiones fueron desarrolladas mediante Análisis Narrativo, desde una perspectiva crítica e interseccional. A partir de las experiencias narradas en mi autoetnografía y de los diálogos contruidos, busqué provocar cuestionamientos y reflexiones sobre las estructuras de poder y los movimientos de resistencia. Los hallazgos de esta investigación evidencian que la cisgeneridad opera como un régimen normativo que, a pesar de aparentar neutralidad, impone estándares rígidos y excluye a quienes no los siguen. Identifiqué un carácter ambiguo en la cisgeneridad: mientras ofrece privilegios a quienes la reproducen, al mismo tiempo impone estándares inalcanzables. Aunque la cisgeneridad genera violencias incluso sobre cuerpos cisgénero, sigue siendo ampliamente percibida y reforzada como intrínseca y natural. En este sentido, esta investigación revisita críticamente la imposición colonial del sistema de género binario y jerárquico, y enfatiza la urgencia de problematizar y desestabilizar las violencias que genera y perpetúa.

Palabras clave: Disidencia de género; Derechos Humanos LGBTQIAPN+; Racialidad; Contracolonialismo; Cisgeneridad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01 - Aos oito meses, sentado na grama;
- Figura 02 - Aos oito meses, feliz ao brincar no carrinho;
- Figura 03 - Aos oito meses, brincando de carrinho;
- Figura 04 - Com aproximadamente dois anos, em uma comemoração do São João;
- Figura 05 - Aos nove anos, olhando e sorrindo para a câmera, enquanto apoio uma mão no queixo e a outra no corrimão da escada, durante o baile de formatura de uma familiar;
- Figura 06 - Aos nove anos, novamente olhando e sorrindo para a câmera, com os braços apoiados no corrimão da escada, durante o baile de formatura de uma familiar;
- Figura 07 - Aos 7 anos de idade, fui “daminha” de um casamento;
- Figura 08 - Aparentemente feliz, sentado em uma cadeira;
- Figura 09 - Representação do indígena Tupinambá conhecido como Tibira;
- Figura 10 - Fotografia de Dandara dos Santos;
- Figura 11 - Cinco fotografias, nomeadas da letra A até a E. Nos registros, há placas que indicam a divisão binária dos banheiros;
- Figura 12 - Cinco fotos que vão da letra F até a J. Além da divisão binária, há um banheiro para PCDs que é de uso feminino e masculino e um fraldário ao lado do banheiro feminino;
- Figura 13 - Quatro fotos caracterizadas entre as letras K e N. Para além da divisão binária, há um fraldário localizado ao lado do banheiro feminino;
- Figura 14 - Cinco fotografias descritas entre as letras O e S. Quatro demonstram a divisão binária dos banheiros e o registro de letra Q refere-se ao fraldário localizado no banheiro feminino (P);
- Figura 15 - Quatro fotos divididas entre as letras T e X. Os registros T e U se tratam do mesmo banheiro e a placa na segunda fotografia indica que o ambiente é de uso tanto feminino quanto masculino. Os outros dois, W e X se tratam de banheiros para “meninas, meninas e meninos” (W) e para “todes” (X);
- Figura 16 - Cartaz exposto no Centro de Biotecnologia. Dispõe da Resolução Nº 2, acerca do uso de banheiro de forma individual, independente do gênero;
- Figura 17 - Cartaz exposto no Centro de Biotecnologia. Dispõe da Resolução Nº 2 e discorre sobre o caráter inclusivo do Biotec.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Critérios utilizados para a execução da revisão bibliográfica

Quadro 02 - Organização das discussões abordadas nas produções, esquematizadas com base nas áreas e temáticas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CID - Classificação Internacional de Doenças

DPE-PB - Defensoria Pública do Estado da Paraíba

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FLB - Frente de Libertação Nacional

FUNAI - Fundação Nacional do Indígena

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis .

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IST - Infecção Sexualmente Transmissível

LGBTQIAPNB+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, *Queer*, Intersexuais, Assexuais, Panssexuais, Não-binária e o símbolo “+” significa a inclusão de outras identidades de gênero e orientações afetivas/sexuais.

MBL - Movimento Brasil Livre

MEC - Ministério da Educação

MNU - Movimento Negro Unificado (MNU)

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NB - Não-binária

PCD - Pessoa com deficiência

PNE - Plano Nacional de Educação

PP - Partido Progressista

PPGA - Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PPGDH - Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Educar para performar: a binariedade como aspecto ilusoriamente natural	15
1.2 É menino ou menina?!	16
1.3 Nem tudo é sobre gênero, mas sempre é.	23
1.4 Pode uma criança se expressar?	26
1.5 “Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência.”	35
1.6 “Outro(s) modo(s) de habitar e enfrentar o mundo”	40
1.7 O colapso da Santíssima Trindade: Sexo, Gênero e Desejo	44
1.8 Trajetórias metodológicas	50
1.9 Integrantes da pesquisa	64
2. “SE EU QUISE FALAR COM DEUS”	71
2.1 Prestes a ser nomeado coroinha, optou por se tornar ateu.	71
2.2 “A igreja te acolhe e te cura.”	74
2.3 “Puts, como eu vou lidar com isso daqui um tempo porque uma hora a bomba estoura. Até onde eu escondo, até onde eu faço isso, até onde dá para levar?”	79
3. DO ÊXTASE À EXECUÇÃO: CORPOS DEVASSOS E A INQUISIÇÃO COLONIAL	93
3.1 “Ser mono é muito pouco. Nosso pensamento é plural. Somos contracolonialistas. Viemos para contrariar.”	103
3.2 “Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades”	106
3.2.1 Tibira do Maranhão	106
3.2.2 Dandara dos Santos	107
4. “NÃO SE NASCE CISGÊNERO, TORNA-SE CISGÊNERO”	110
4.1 Dispositivos reguladores e reafirmadores de gênero: o que o “chá-revelação” tem a nos dizer?	110
4.2 Banheiros como instrumentos de exclusão social	111

4.3 “Ei, seu banheiro é ali”	116
4.4 “Eu fico com a pureza da respostas das crianças”	119
4.4.1 “Fêmea é alvo de caça”	119
4.4.2 Miguel	121
4.4.3 Guendolina	122
4.4.4 Omar	123
4.5 Corpos vigiados: cisheteronormatividade e as disforias (disrupções) de gênero	124
4.5.1 Olívia	126
4.5.2 Aurora	128
4.5.3 Luan	128
4.5.4 Rafael	129
4.5.5 Otto	129
4.5.6 Miguel	130
4.5.7 Bento	130
4.6 Dissidentes da dissidência	131
4.6.2 O que você espera e deseja para o futuro?	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137
APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA I	143
APÊNDICE B - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA II	144
ANEXO I - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	145
ANEXO II - Aprovação do Comitê de Ética	147

1. INTRODUÇÃO

1.1 Educar para performar: a binariedade como aspecto ilusoriamente natural

Sou cotidianamente inundado por normas e condicionamentos de gênero. Acordos sociais – implícitos e, por vezes, explícitos – posicionam o sistema binário¹ e cisgênero como natural, saudável e legítimo *a priori*. A partir da nomeação como menina ou menino, são atribuídos papéis sociais específicos, que abrangem normas, crenças, vestimentas, comportamentos e expectativas sobre como as relações devem se desenvolver. Como ilustração do que menciono, podemos refletir o “Chá Revelação”, evento em que a genitália do bebê é “descoberta”, e, a partir disso, o seu “sexo” e “gênero” são definidos socialmente. Nesse contexto, também se anuncia e normatiza uma única rota entre as possibilidades em relação ao desejo, à subjetividade e à socialização.

O “Chá Revelação”, o qual costumo pensar como um evento diagnóstico², é recente e teve o seu surgimento nos Estados Unidos, em meados dos anos 2000. No entanto, ao escrever a obra “O Tráfico de Mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo”, Gayle Rubin (1975) já discutia a construção social do sistema sexo/gênero, argumentando com base nas opressões sexuais e econômicas sofridas pelas mulheres e resultantes das desigualdades de gênero, sendo estas, estruturadas e fixadas por meio da hierarquia do poder patriarcal. Diante do exposto, questiono se é possível atender a todas as expectativas sociais impostas pela cisnormatividade. E, ainda, o que acontece quando alguém não se identifica nesse sistema?

Para refletir sobre dissidência, abordo brevemente acerca da construção da norma. Conforme observa Guacira Lopes Louro (2023), a norma e os aspectos que consideramos como “normais”, não são categorias neutras, isto é, não existem naturalmente; ao contrário, são expressões dos padrões sociais e culturais historicamente construídos. Para realizar as discussões neste trabalho, utilizei como normas sociais estabelecidas pelo sistema a branquitude³, a cisgeneridade⁴, a heterossexualidade e a binariedade de gênero, ressaltando que

¹ Refere-se à dicotomia feminino/masculino.

² De maneira crítica, coloco o “Chá Revelação” como um “diagnóstico”, pois, frequentemente, é considerado como um momento que define rigorosamente as normas e comportamentos que a criança deverá aprender e seguir. Nesse sentido, a partir da revelação da genitália, o gênero do bebê passa a ser idealizado enquanto característica intrínseca e imutável.

³ Conforme Lia Vainer Schucman (2024): “branquitude é entendida aqui como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos, entende-se que estas vantagens foram geradas inicialmente pelo colonialismo e são preservadas na contemporaneidade.”

⁴ Nesta pesquisa, exponho a cisgeneridade como um regime normativo que estrutura e delimita uma lógica binária, hierárquica e dominante de gênero. Trata-se de um mecanismo de produção e manutenção do poder, que

esta última também pode se manifestar no desejo de pessoas não-cisgêneras. Uma vez que as normas sociais são estabelecidas através das estruturas e relações de poder, “os outros” (Guacira Lopes Louro, p.1 18), ou seja, pessoas dissidentes são colocadas em posições de opressão e marginalização.

Existências dissidentes que desafiam e questionam as normativas de gênero e sexualidade são historicamente consideradas como patológicas⁵. Há, de fato, um esforço contínuo em construir, em torno dessas diversas dissidências, narrativas que as enquadrem como anormais ou antinaturais. Em outras palavras, determinados grupos sociais se dedicam a produzir e reforçar a abjeção dessas existências. Entretanto, as dissidências de gênero⁶ e sexualidades são possíveis pois, apesar da compulsoriedade cisheteronormativa à qual somos expostos, nossos corpos não são receptores passivos dessas normas, bem como não somos inertes nos processos construtivos de gênero.

A construção deste trabalho é estruturada e entrelaçada por fragmentos autoetnográficos⁷, encontros dialógicos⁸ e fundamentações teóricas primordiais para embasar as discussões. Ao final, busco propor reflexões e análises sobre as afetações geradas pela imposição da cisnormatividade e a construção das hierarquias raciais e sociais.

1.2 É menino ou menina?!

Tomei a obra “Eu sou o monstro que vos fala” de Paul Preciado (2022) como mobilizadora para a elaboração do presente trabalho, e portanto, como ponto de partida. No livro, Preciado disserta sobre a experiência em discursar para 3.500 psicanalistas no *Palais des Congrès de Paris*, em novembro de 2019. Ao iniciar, discorre sobre “Um relatório para uma Academia”, um monólogo escrito por Franz Kafka em 1917, no qual a narrativa é conduzida por um macaco. Nomeado de Pedro Vermelho, o animal relata o processo desde a sua captura

assegura privilégios às pessoas que seguem a norma de maneira incessante. Não sendo natural, a cisgeneridade é imposta antes mesmo do nascimento e, na maioria dos casos, apresentada como a única forma legítima de existência. À primeira vista, parece oferecer proteção dentro da norma, mas, na realidade, te torna refém.

⁵ Em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) excluiu a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID). A última versão do manual apresenta a incongruência de gênero e utiliza como “termos correspondentes” a dissidência e a disforia de gênero (WORLD HEALTH ORGANIZATION et al., 2020)

⁶ Utilizo a expressão “dissidentes de gênero” a partir da obra *Um Apartamento em Urano* (2020, p. 28), em que Preciado afirma “Não sou um homem. Não sou uma mulher. Não sou heterossexual. Não sou homossexual. Tampouco sou bissexual. Sou um dissidente do sistema sexo-gênero. Sou a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês”.

⁷ Faço uso da autoetnografia para narrar minhas experiências e me inserir neste texto não apenas como autor, mas também como corpo interpelado pelo sistema cisheteronormativo.

⁸ Neste momento, utilizo o termo “encontros dialógicos” na tentativa de suavizar o rigor formal que a palavra entrevista incita.

até o momento em que se torna uma representação humana: fora aprisionado em uma expedição, conduzido para a Europa e posteriormente transferido para um circo.

Para não permanecer enclausurado, Pedro Vermelho se viu obrigado a desprender-se da sua existência enquanto macaco, a aprender os comportamentos e a linguagem humana, e, para resistir ao esquecimento de si, recorreu ao álcool. Em nenhum momento, o narrador dialoga sobre a sua transição de macaco à representação humana como um acontecimento positivo. Ao invés disso, conta que para escapar das violências, abdicou da jaula que estava e optou por ser confinado em outra – a que implicava na perda da sua subjetividade.

Em seu discurso, Paul Preciado expõe a maneira como os corpos, através de mecanismos sociais de controle externos e internos, ainda são construídos sob o viés de uma lógica binária que afirma a masculinidade e a feminilidade enquanto inerentes e naturais às existências. Ao traçar um paralelo com a narrativa de Pedro Vermelho, julgo a sociedade moderno-colonial como a jaula dos seres humanos: inseridos nessa pactuação, somos direcionados a seguir regras e normas impostas pelas institucionalidades modernas, como se a adesão a essas exigências fosse uma condição primordial para sermos reconhecidos como “normais”, “humanos” e, conseqüentemente, “civilizados”. Construídas historicamente, as categorias “normalidade”, “humanidade” e “civilização” atuam como reforçadoras da exclusão de determinados corpos que não são socialmente definidos como pertencentes a estas categorias.

Ressalto que alcançar as categorias mencionadas não significa que esses corpos sejam equiparados àqueles/as que possuem tais características de “forma inata”. O processo de “civilização” busca a docilização e a domesticação dos corpos, tornando-os palatáveis e toleráveis dentro da norma (Michel Foucault, 2014). Assim, são integrados ao sistema de produção, no qual sua mão de obra é explorada.

É a partir desse lugar impositivo que reflito, com base em Paul Preciado, sobre a régua da cisgeneridade e da heteronormatividade⁹, as quais, por meio de seus discursos e práticas, atuam como dispositivos de controle, restringindo a possibilidade de construção de subjetividades dissidentes ou inconformes. Nas palavras de Paul Preciado (2022, p.14):

⁹ Nos termos de Guacira Lopes Louro (2018, p. 10) “a heterossexualidade é concebida como “natural” e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Conseqüentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais”.

eu, um corpo trans¹⁰, um corpo não binário, a quem nem a medicina, nem o direito, nem a psicanálise, nem a psiquiatria reconhecem o direito de falar sobre a minha própria condição na qualidade de especialista, ou de produzir um discurso ou uma forma de conhecimento sobre mim mesmo, aprendi, como Pedro Vermelho, a língua de Freud, de Lacan, do patriarcado colonial, a língua de todos os que estão presentes nesta sala.

Bem como Pedro Vermelho em “Um relatório para a Academia” (Kafka, 1917) e Paul Preciado em “Eu sou o monstro que vos fala” (2022), localizo aqui fragmentos da minha história, tentativas de capturas simbólicas, processos de resistência e de subversão. Nasci em dezembro de 1998 em Juazeiro do Norte - CE, residi durante a primeira infância no Rio de Janeiro e, com o divórcio dos meus pais, minha mãe, irmã e eu voltamos para o Ceará. Durante os primeiros anos, minha irmã e eu passamos a maior parte do tempo com os nossos avós maternos, uma vez que a nossa mãe trabalhava durante o dia e estudava no período da noite.

A partir de relatos familiares e dos registros fotográficos da minha primeira infância, percebo que alguns elementos divergem do que é socialmente comum entre as pessoas que conheço e que foram socializadas como mulheres: meu enxoval era colorido com tons de azul, amarelo e branco, além de que as minhas vestimentas, frequentemente, não faziam alusão ao feminino. Em seus escritos, Preciado (2014, p. 130) afirma: “todos nós passamos por essa primeira mesa de operação performativa: é uma menina! ou: é um menino!”.

Apesar de estar imersa¹¹ nesse binarismo, não me parece que naquele momento, meu núcleo familiar estivesse preocupado em carimbar expectativas e estereótipos de gênero no meu corpo. A imposição de papéis sociais e práticas reguladoras foi apresentada de maneira gradativa e, especialmente, por meio da minha inserção em outras instituições.

¹⁰ Enquanto características da transgeneridade, penso a contra-colonialidade e a contra-normatividade. Para Letícia Lanz (2016, p. 206) “a pessoa transgênera constitui o perfeito exemplar de um “não-ser”. Sua existência é anormal e ilegal exatamente por colocar em evidência, tanto ontológica quanto juridicamente, a maior de todas as vulnerabilidades da ordem vigente, que é estar visceralmente fundada na total “naturalização” do dispositivo binário de gênero – homem/mulher ou masculino/feminino.”

¹¹ Para narrar a minha história, alternei entre os pronomes feminino e masculino, pois, atualmente, atribuo menos importância a eles.

Figura 01 - Aos oito meses, sentado na grama



Fonte: Acervo pessoal

Figura 02 - Aos oito meses, feliz ao brincar no carrinho



Fonte: Acervo pessoal

Fotografia 03 - Aos oito meses, brincando de carrinho



Fonte: Acervo pessoal

Nas fotografias acima, identifico aspectos que frequentemente se distanciam da atribuição social de uma criança como menina – as vestimentas, a ausência de brincos e o “simples” fato de estar brincando em um carrinho. A não ser pela presilha discreta no cabelo, não há nenhum outro elemento que representa, socialmente, uma “feminilidade óbvia”.

Por serem reconhecidos como “naturais” para os meninos, as roupas e brinquedos escolhidos pelos meus cuidadores, diversas vezes geraram estranhamento e indagação por parte de terceiros. Situações como esta, em que não há a marcação de gênero, por vezes, provoca confusão e questionamentos sociais acerca da suposta “identidade” do bebê, como se categorizá-lo, com base em sua genitália, fosse uma atividade imprescindível.

Segundo minha mãe, devido à minha aparência e vestimentas, as pessoas frequentemente questionavam: “*é menino ou menina?*”¹². Além disso, frequentemente me chamavam apenas de “bebê” – algo que, atualmente, enxergo como uma forma neutra de tratamento. Os relatos da minha mãe me levam à reflexão de que a ausência de marcação de

¹² Para fins desta pesquisa, as expressões entre aspas e em itálico indicam que foram transcritas literalmente.

gênero é capaz de gerar, no imaginário social, a ideia de ambiguidade ou dualidade de gênero, à medida que, com base em uma leitura amparada em aspectos como estética e comportamento, torna-se impossível categorizar ou definir uma pessoa como menina/mulher ou menino/homem.

Além disso, a não marcação de gênero também pode implicar uma neutralidade¹³, isto é, o caráter supostamente determinante do gênero é enfraquecido, e, conseqüentemente, as expectativas e estereótipos associados também são atenuados. Assim, ao decidir não alinhar o meu corpo às expectativas sociais, minha mãe me posicionou – ainda enquanto bebê – como desafiador das normas e estereótipos de gênero. Sua escolha – nada elaborada, segundo ela – de desafiar e subverter as normas de socialização de gênero se manifestou com o meu nascimento, uma vez que minha irmã, diferente de mim, foi introduzida a um mundo tipicamente feminino desde pequena.

Alguns exemplos revelam as divergências na socialização e imposição em relação à minha irmã, como a comemoração do seu aniversário de um ano, com o tema “Princesa”, registrado em fotografias e em uma fita VHS. Ao dialogar com minha mãe sobre essas mudanças em um curto período de tempo, ela me disse que, quando se é criança, o que importa é estar confortável. Ela contou que, ao tentar colocar vestidos em mim, minha reação era sempre de choro, e por isso associou esse comportamento ao possível desconforto que essas roupas poderiam causar, pois era comum que apresentassem muitos detalhes e enfeites incômodos à pele.

Entretanto, considero que durante a minha pré-adolescência e adolescência, minha mãe gradualmente parou de atribuir importância à questão do conforto, pois, ao rememorar algumas situações, percebo que as imposições da socialização feminina tornaram-se uma constante. Sempre que íamos às compras, o mesmo argumento era utilizado: “*você só quer comprar roupas masculinas e desarrumadas, quando for sair, não vai ter roupa*”; e, exaustivamente, eu retornava a dizer que sairia com “as masculinas e desarrumadas”, pois era com essas que eu me sentia bem. Além de confortáveis, essas roupas traziam o alívio de saber que seria impossível enxergar a minha silhueta através delas – lembro de ouvir comentários sobre o meu corpo desde pequena, como se o corpo que era meu, ainda infantil, fosse público. Isso só piorou quando entrei na adolescência. Nesse período, de maneira mais incisiva, eu tentava exercer alguma autonomia corporal, seguindo menos regras, atendendo a menos expectativas e me vestindo de

¹³ Ressalto que a discussão acerca da neutralidade de gênero não se faz presente ou necessária apenas nas questões relacionadas às existências não-cisgêneras, mas se mostra um recurso potente na destituição do privilégio do homem - branco, cis, hétero e cristão.

maneiras mais confortáveis. No entanto, algo que pode parecer tão superficial quanto uma roupa evidencia uma série de questões, como a vigilância social e os consequentes comentários sobre determinado corpo. Assim, ele se torna público, na medida em que é regulado por normas sociais.

Segundo minha mãe, eu era “*respondona e malcriada*”, o que, na época, eu achava engraçado e irônico, já que ela também participava da minha criação. Constantemente, ela estava muito ocupada com o trabalho e com os estudos, e acredito que, por esses e outros motivos, não tinha muito tempo ou disposição para dialogar comigo – hoje em dia, sei que todo aquele cenário imprevisível era assustador para ela. Além disso, sempre tive o hábito de questioná-la sobre as coisas mais diversas. Diferente de mim, minha irmã apresentava uma postura mais indiferente, quase ausente, algo que lhe era permitido e confortável por estar alinhada às normas.

Certa vez, estávamos comprando sapatos para um aniversário e rapidamente encontrei um de que gostei, mas minha mãe insistiu que deveríamos comprar um tamanquinho verde da Moranguinho, que, além de estranho, fazia o típico barulho de salto. Dessa vez, não houve pedido, combinado ou questionamento que a fizesse mudar de opinião e logo estava eu com os tamanquinhos nos pés. Então, tive a ideia de realizar todas as atividades possíveis usando os tamancos: ia ao mercado, à papelaria, à vendinha. Enquanto as pessoas imaginavam que eu gostava dos tamancos a ponto de usá-los em todos os lugares e elogiavam o fato de eu estar “arrumada”, meu maior desejo era que os sapatos se tornassem inutilizáveis.

Foi uma longa jornada até minha mãe não sentir mais incômodo (ou, pelo menos, desistir de verbalizá-lo) em relação às minhas vestimentas e pelo meu desinteresse por maquiagens – pelo menos no dia a dia. Acredito que, em algum momento, ela percebeu que todo o esforço que desempenhava – e que para ela parecia necessário – para que eu me tornasse “mais feminina” era em vão, pois eu apenas performava constantemente – como ela demandava.

Um dos seus últimos “pedidos” ocorreu em um domingo, antes de sairmos para almoçar. Enquanto organizava algo na cozinha, ela verbalizou que eu deveria passar maquiagem para que pudéssemos sair. A princípio, imaginei que fosse uma brincadeira, pois ela sabe o quanto a textura da maquiagem me causa aflição. Pensando que se tratava de uma piada, acabei rindo da situação; ela me olhou seriamente e disse que eu só sairia para almoçar se cumprisse seu “pedido”. E, mais uma vez, acatei a sua ordem. Minha irmã, ao contrário de mim, não era interpelada a se vestir de determinada maneira, a usar maquiagem ou adereços

considerados femininos, já que sempre se identificou com o padrão feminino que lhe fora imposto; por isso, ela e minha mãe, além de parecidas, sempre foram muito próximas.

1.3 Nem tudo é sobre gênero, mas sempre é.

A sensação de desconforto e de ser diferente sempre me foi familiar. Às vezes, sinto como se a diferença, o desconforto e eu andássemos de mãos dadas, explorando e descobrindo coisas pelo caminho, e por vezes, percebo que somos um só. Lembro de não compreender muitas das regras que me eram impostas - algumas delas não pareciam ter sentido algum - e de não encontrar respostas para os meus questionamentos. A sensação é de que passei um longo espaço de tempo demandando esforços para me encaixar em um molde que nunca me coube. Após muitas tentativas, constantes desistências e resistências, me identifico quando a Jota Mombaça afirma (2021, p. 31): “Eu sou maior que o meu trauma. (?)”

Você já experienciou o olhar de desaprovação? Quando foi a primeira vez que você percebeu que alguém te olhou assim? Você já se olhou no espelho e não se reconheceu? Cutucou o rosto, esticou a pele, penteou o cabelo de uma maneira diferente, mas nada mudou. Encontrou um corte de cabelo fora do padrão e ao fazê-lo, sentiu um alívio? Você já parou para pensar que um corte de cabelo pode te fazer refletir sobre tantas outras coisas? Por vezes, parece que determinados incômodos não têm relação com as imposições de gênero. No entanto, há alguns dias, uma frase ficou gravada em mim: nem tudo é sobre gênero, mas sempre é.

É compreensível o porquê e para que tantas exigências e imposições a serem seguidas por uma criança? É proibido falar alto e deve-se evitar responder determinados questionamentos porque é falta de educação e “*uma mocinha não deve se comportar assim, cruze as pernas e sente direito!*”. Não pode usar short longo, pois “*irá parecer um menino*”, mas não deve ser muito curto, “*pois pode atrair olhares desagradáveis e maliciosos*” – na infância, em dado momento, não podíamos mais usar short saia na escola; o motivo, segundo uma professora, consistia no fato de que as nossas pernas descobertas poderiam desconcentrar os meninos e homens presentes¹⁴. Além disso, não podia correr, pois podia cair e se machucar (recordo de chegar em casa com as mãos nos joelhos que sangravam e ir direto para o banho, acreditando que a minha avó não havia percebido); não podia subir em árvores como os

¹⁴ Por que nós, pessoas socializadas enquanto mulheres, devemos estar sempre à mercê de evitar ou ceder aos desejos masculinos? Por que eles não são educados a nos respeitar? Não pretendo criar respostas ou caminhos, pois qualquer tentativa seria genérica. No entanto, há um discurso recorrente com o qual discordo veementemente: a culpabilização da mãe. Sob uma ótica desumanizadora e misógina, ela é frequentemente acusada de não saber educar o seu filho. Além disso, essa visão reforça a ideia de que a figura materna deve ser a única responsável pelos cuidados das crianças.

meninos faziam e com tanta facilidade! Não podia andar de bicicleta na mesma velocidade que eles – em muitas ocasiões, me parecia que a aventura era destinada aos meninos.

Em contrapartida, na construção e perpetuação da masculinidade normativa, sustenta-se a ideia de que “homem não chora”¹⁵ – especialmente no caso de homens racializados, visto que o racismo permanece impregnado na sociedade brasileira, associando a ideia de masculinidade à repressão emocional e, proibindo esses homens, desde as suas infâncias, de demonstrarem vulnerabilidade e emoções por meio do corpo, do choro¹⁶, um fenômeno que antes de tudo, é biológico. Essa proibição, que pode ser implícita ou explícita, pode acarretar dificuldades no estabelecimento de relações profundas e saudáveis, além de dificultar o desenvolvimento de estratégias para lidar com situações cotidianas como estresse, cansaço e frustração. Além disso, podem se desenvolver comportamentos prejudiciais e até mesmo violentos, visto que determinados sentimentos e emoções são internalizados, reprimidos e, em determinado momento, podem vir à tona. Ressalto que os comportamentos violentos podem ser praticados tanto pela figura masculina, quanto pela pessoa com quem ele se relaciona, pois a masculinidade normativa não afeta apenas quem a encarna.

Ainda no contexto ocidental, para as meninas e mulheres, a sociedade impõe estereótipos de sensibilidade, passividade, contenção, disponibilidade constante para cuidar, além da valorização de ideais românticos e do desejo pela maternidade. Há ainda uma sobrecarga no trabalho doméstico, com as atividades da casa e a responsabilidade pelos filhos frequentemente recaindo sobre elas, independente de também trabalharem fora de casa. Além disso, há a desvalorização profissional e a disparidade salarial, baseadas na ideia de que, apesar de possuírem diplomas equivalentes ou até superiores aos dos homens, as mulheres devem ocupar, devido à desigualdade entre os gêneros, posições inferiores às dos homens. Como percebo de forma diária, o fator crucial para o privilégio parece ser, simplesmente, o fato de ser homem.

¹⁵ Com 93M visualizações, a música “Porque homem não chora”, do cantor Pablo, completou 10 anos em 2024. Na canção, o homem culpa a mulher pela dor do término do relacionamento e por ter destruído a sua vida; apesar de mencionar que ela o fez chorar, ao longo da canção, ele reforça a ideia de que “homem não chora”. Assim, a música apresenta uma ambiguidade entre o desejo de demonstrar a sua vulnerabilidade e as normas sociais que o fazem tentar reprimir suas emoções.

¹⁶ Como recomendação, apresento dois livros que abordam a desestruturação da masculinidade normativa: *Quinzinho* (2020), escrito por Luciano Ramos, que possui uma visão antirracista e explora tanto a masculinidade quanto a paternidade afetiva e fora da norma; e *O Menino Nito* (2006), de Sonia Rosa, que narra a história de Nito, que de tanto segurar o choro, adoeceu. A única alternativa, portanto, foi colocar o choro para fora. As duas obras apresentam um olhar crítico e sensível acerca das construções e expectativas culturais impostas às crianças. Enquanto ensinam a criança a trabalhar a autorregulação emocional, também incentivam cuidadores e responsáveis a repensarem suas posturas e comportamentos.

Quando se trata de mulheres negras, Lélia Gonzalez (1984, p. 224) expõe os estereótipos da “mulata, doméstica e mãe preta” ressaltando que a intersecção entre o racismo – visto como um “sintoma da neurose cultural brasileira” (p. 224), o sexismo e a classe são responsáveis por oprimir essas mulheres. Lélia reflete que as experiências das mulheres negras precisam ser analisadas levando em conta tanto o racismo quanto o sexismo, considerando a maneira como essas duas formas de opressão interagem e se reforçam. Os três estereótipos mencionados são, portanto, construções sociais que não apenas limitam as possibilidades de construção subjetiva para as mulheres negras, mas também delimitam papéis de subordinação e exploração para elas.

Os estereótipos culturais que menciono beneficiam determinados corpos e funcionam como reforçadores das normas de gênero. No entanto, certos corpos, em especial os marginalizados, são mais oprimidos do que outros. Essas normas limitam tanto as expressões quanto às vivências de cada pessoa. Para ilustrar, imagine que eu, sendo uma pessoa racializada, me comporto de maneira assertiva, provavelmente serei visto como uma pessoa grossa ou raivosa; já uma pessoa branca, ao se apresentar de forma assertiva, será considerada apenas assertiva e provavelmente receberá elogios pela forma como se comunica.

Ao refletir sobre estereótipos e representações, recordo da argumentação articulada por Leila Dumaesq no seu texto “Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera) (2016). Nessa discussão, ela argumenta que as atitudes de uma pessoa são julgadas com base em sua identificação ou não com o padrão de normalidade socialmente estabelecido. Capturando a ideia e aplicando no exemplo do parágrafo anterior, percebo que por ser uma pessoa racializada, em certos espaços, sou automaticamente colocada como uma pessoa isenta de assertividade, como se me coubesse apenas a agressividade e a bestialidade. No contexto da dissidência de gênero, Leila observa que ações realizadas por pessoas não-cisgêneras costumam ser interpretadas sob a ótica da patologização. Apesar de não existir nenhum quadro patológico ligado à dissidência de gênero ou sexualidade, a cisnormatividade enraizou essa perspectiva no imaginário social por meio de violências institucionais. No entanto, quando os mesmos comportamentos são feitos por pessoas cisgêneras, são lidos como comuns e aceitáveis – isto é, os julgamentos irão mudar de acordo com o lugar que cada pessoa ocupa na estrutura social (Dumaesq, 2016)

1.4 Pode uma criança se expressar?

Figura 04 - Com aproximadamente dois anos, em uma comemoração do São João



Fonte: Acervo pessoal

Figura 05 - Aos nove anos, olhando e sorrindo para a câmera, enquanto apoia uma mão no queixo e a outra no corrimão da escada, durante o baile de formatura de uma familiar



Fonte: Acervo pessoal (2008)

Figura 06 - Aos nove anos, novamente olhando e sorrindo para a câmera, com os braços apoiados no corrimão da escada, durante o baile de formatura de uma familiar



Fonte: Acervo pessoal (2008)

Figura 07 - Aos 7 anos de idade, fui “daminha” de um casamento



Fonte: Acervo pessoal (2006)

Nas fotografias 04, 05, 06 e 07 é possível perceber mudanças tanto nas vestimentas quanto no posicionamento do corpo, isto é, na performance para as imagens capturadas. Acerca

da foto de número 04, recordo apenas que adorava aquele vestidinho, pois, além de me deixar coberto, sua textura era confortável. Em relação às fotos 05 e 06, lembro desde o período da manhã daquele dia, quando fomos ao salão de beleza, até o momento em que as fotografias foram tiradas. Minha irmã e eu, na maior parte das vezes, frequentamos apenas esse salão, por isso, conhecíamos tanto as pessoas que trabalhavam nele, quanto algumas que frequentavam.

Sempre gostei de ouvir histórias, não importava se conhecia ou não quem fazia parte delas. No entanto, durante as inúmeras vezes em que frequentei o espaço, desejei que estivesse tocando um bom DVD, para que eu pudesse me concentrar nas músicas e ignorar tudo ao meu redor. Os assuntos, frequentemente protagonizados por mulheres brancas e loiras, giravam em torno de traições românticas, dietas milagrosas que prometiam resultados absurdos em poucos dias, questões familiares e comentários sobre corpos alheios. A sensação era de que, ao entrar naquele ambiente, se eu tivesse pecados a serem pagos, sairia sem nenhum. Por motivos como esse, demorei demasiadamente para me permitir voltar a um lugar que oferecesse, de fato, cuidado.

Naquele dia, eu encarava o espelho enorme à minha frente, que parecia intensificar todas as minhas “imperfeições” e “defeitos”. Enquanto arrumava meu cabelo, a moça puxava minha franja com força, certificando-se de que nenhum fio saísse do lugar. Além disso, era necessário ter cautela ao realizar qualquer movimento, pois o cabelo não podia ficar bagunçado ou sem os cachos feitos de maneira meticulosa. Tendo em vista que este evento em específico aconteceu à noite e fomos ao salão pela manhã, passamos um longo período quase inertes, o que, para Thalita de nove anos, era sinônimo de agonia.

O registro 07 não difere dos anteriores, pois me levaram ao mesmo salão de beleza. Nesse dia, fui daminha de casamento de um primo, exercendo a função de porta-alianças. Lembro de quando fomos escolher o vestido, as luvas, os sapatos e a almofada para as alianças. Aquele vestido me agradou pela simplicidade, especialmente em comparação aos outros que estavam expostos. Hoje, sorrio ao lembrar o quanto chorei antes de entrar na igreja, pedindo para a minha irmã trocar de papel comigo, já que ela ficaria com as flores – o que naquele momento, parecia ser bem menos vergonhoso. Também lembro que o local da festa era quase todo coberto por grama, e com a chuva, algumas partes ficaram com lama. A barra dos vestidos das daminhas certamente foram substituídas, pois só parávamos de correr quando chegava comida na mesa.

Em nenhuma das ocasiões em que fui ao salão para arrumar (leia-se: alisar) o cabelo, minha família ou as pessoas que me atendiam questionaram se eu gostaria de deixá-lo natural.

Apenas me dei conta disso na vida adulta, quando compreendi que ir ao salão, necessariamente, significava sair de lá com o cabelo liso. Naquela época, esse pacto implícito não me angustiava, mas, aos poucos, era como se me dissessem, carinhosamente, que meu cabelo natural não era “apresentável” e, por isso, precisava de ajustes. No entanto, hoje percebo o quanto os adultos, muitas vezes, não perguntam ou consideram a opinião ou os gostos da criança sobre aspectos do seu próprio corpo e autenticidade, como se ela fosse apenas uma receptora passiva das construções socioculturais.

Ao ver as fotografias 05, 06 e 07, imediatamente rememoro a teoria da Performatividade de Gênero, proposta por Judith Butler (2018). Nessas imagens, a construção social do gênero feminino se torna visível, sendo ilustrada pelas vestimentas, penteado, corte de cabelo, posturas e comportamentos delicados que são socialmente atribuídos às meninas e mulheres. A discussão que ela traz sobre a performatividade denuncia como a repetição de normas e regras sociais é utilizada por diversos grupos para perpetuar a ilusão – perversa – de que gênero é algo biológico, uma suposta zona da verdade, e não uma construção social. Normas, gestos e outros marcadores, apresentados como naturais para o meu corpo supostamente feminino, na verdade, são práticas sociais engessadas, que me foram ensinadas, internalizadas e repetidas.

Recordo que ao tirar fotos, minha mãe habitualmente solicitava que eu colocasse as mãos no queixo, pois, segundo ela, demonstrava maior delicadeza. E se, uma criança socializada enquanto menino, contrariando as normas de gênero, solicita que as suas fotos sejam capturadas dessa maneira? E mais, e se as pessoas cuidadoras dessa criança também solicitam? Quais os cenários possíveis para essa criança diante dessa situação? E para quem cuida dela? Qual o imaginário coletivo sobre meninos que performam, de alguma forma, aspectos que são considerados inerentes à feminilidade?

Em um dos cenários possíveis, essa criança seria rotulada como “Criança Viada”, um termo que, por vezes, é utilizado de forma pejorativa para caracterizar crianças que não se enquadram nos estereótipos tradicionais de gênero. Na cultura ocidental, à medida que uma criança não se encaixa nas normativas, em certas composições familiares, presume-se uma sexualidade divergente da esperada. Isso pode levar à adoção de punições e mecanismos de controle por parte dos responsáveis, na tentativa de alinhar essa criança às expectativas sociais. Já em contextos onde a performance de gênero é percebida como limitante e repressora da expressão infantil, as crianças têm maior liberdade para se expressarem de forma mais autônoma e, conseqüentemente, genuína.

Ao contrário do cenário mencionado acima, a utilização do termo “Criança Viada” pela comunidade LGBTQIANB+ não possui um caráter estigmatizado, mas sim afetivo, resgatando, por meio do humor – como em fotografias e vídeos – experiências de crianças que se distanciavam dos modelos normativos de gênero. O termo já existia, mas ganhou maior visibilidade em 2017, após ataques do Movimento Brasil Livre (MBL)¹⁷ à mostra “Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira”, sob alegações de que “algumas das obras promoviam blasfêmia contra símbolos religiosos e também apologia à zoofilia e pedofilia” (Mendonça, 2017).

Uma das artistas acusadas pelo MBL, a cearense Bia Leite, abordava em suas obras, aspectos da homossexualidade na infância com as exposições “Criança viada travesti da lambada e Criança viada deusa das águas”, oferecendo reflexões sobre gênero e sexualidade. O ex-presidente da Fundação Nacional de Artes Antonio Grassi se posicionou, afirmando ser deplorável a interrupção da exposição devido às acusações, visto que a arte é um campo fértil para o debate e este não foi, sequer, considerado. Neste caso, é evidente a quem interessa impedir a criação de espaços que promovam discussões sobre gênero e sexualidade por meio de mecanismos como a Arte, assim como os motivos que levam essas pessoas a se dedicarem tão intensamente a isso (Mendonça, 2017).

Esse ataque não foi isolado. Durante o Governo Bolsonaro (2019-2022), houve um intenso esforço em retroceder quanto às questões de diversidade de gênero e sexualidade. Sua campanha eleitoral foi estruturada em notícias falsas, sendo uma das mais recorrentes a reutilização do termo pejorativo “ideologia de gênero”. Mas, essa não foi a primeira vez que Bolsonaro declarou o seu desprezo pela diversidade sexual e de gênero. Em 2004, durante a gestão do presidente Lula, foi elaborado o projeto Escola sem Homofobia – que tornou-se concreto apenas em 2011 durante o Governo Dilma Rousseff, com Fernando Haddad como Ministro da Educação. Segundo o planejamento, o material seria distribuído em território nacional tanto para professores, quanto para alunos do ensino médio. A intenção era estimular discussões tanto no que se refere à diversidade sexual quanto sobre preconceitos e discriminações (Trevisan, 2018).

¹⁷ Segundo Barcelos (2017), O MBL (Movimento Brasil Livre), organização com membros investigados por diferentes crimes e financiado por partidos como o PMDB e grupos de interesse econômico dos EUA, surgiu inspirado nas formas de mobilização da juventude, como as vistas em 2013, especialmente na força das redes sociais. Isso pode ter acontecido na escolha de um nome parecido com MPL (Movimento Passe Livre). Não são poucas as referências comparativas entre a ação do MBL e a história de regimes nazi-fascistas. Contra a barbárie que se desenvolve e se avizinha em sua consolidação total, a única forma é o retorno ao foco na construção da resistência popular em defesa dos direitos e da explicitação dos interesses de classe envolvidos em grupos como o MBL. Novamente deixamos um vácuo para ser preenchido pelo fascismo.

De alguma forma, partes do projeto chegaram antes do período ao Congresso e à mídia. Imediatamente, movimentos fundamentalistas começaram a se opor à divulgação e distribuição desses materiais, que, nesse momento, de forma depreciativa, foram apelidados de “kit gay”. Naquela época, Bolsonaro fazia parte do Partido Progressista (PP) e disseminava, de maneira ilegítima, que o Ministério da Educação (MEC), aliado à comunidade LGBTQIAPNB+ estava fortalecendo o “*homossexualismo*” e que assim, seus filhos estariam mais suscetíveis à pedofilia (Trevisan, 2018).

Apesar das notícias falsas utilizadas por Bolsonaro em sua campanha terem sido refutadas, ainda em 2025, há pessoas que optam pelo negacionismo – marcado pela distorção de evidências e fatos para sustentar e manter uma ideologia. O conservadorismo, que preserva fortemente a “família tradicional brasileira” – um dos pontos de maior destaque na candidatura de Bolsonaro, é constituída pelo homem (patriarca), mulher (submissa) e filhos que repetirão o ciclo.

Estes valores têm crescido em algumas escolas e igrejas, sustentado pelo discurso de que as crianças devem ser protegidas de uma “ditadura gayzista” (Irineu, 2023). Essa expressão é mais uma das diversas tentativas de rotular a comunidade LGBTQIAPNB+ como autoritária e impositiva, quando, na verdade, essas atitudes violentas são historicamente cometidas por esses grupos conservadores. Em uma breve pesquisa no site do Governo Federal, especificamente no Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, acessei dados sobre as violências sexuais cometidas contra crianças e adolescentes:

Em 2019, 86,8 mil (registros) são de violações de crianças ou adolescentes (...) A violência sexual acontece, em 73% dos casos, na casa da própria vítima ou do suspeito, mas é cometida por pai ou padrasto em 40% das denúncias. O suspeito é do sexo masculino em 87% dos registros e, igualmente, de idade adulta, entre 25 e 40 anos, para 62% dos casos. A vítima é adolescente, entre 12 e 17 anos, do sexo feminino em 46% das denúncias recebidas (BRASIL, 2020).

O Ministério da Saúde, através do seu Boletim Epidemiológico, apresenta os dados de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, entre 2015 e 2021. Entre os anos mencionados, 202.948 casos de violência foram notificados, sendo que 83.571 (41,2%) se referem a crianças e 119.377 (58,8%) a adolescentes. O boletim indica que o estupro foi a violência sexual cometida na grande maioria dos casos, tanto contra meninas, quanto contra meninos. Além disso, a violência era recorrente em mais de um terço dos casos, e na maior parte dos crimes, ocorriam nas residências das meninas e dos meninos.

Em relação aos violadores, é relatado que a maioria era do sexo masculino e que, nas situações de abuso havia apenas um agressor – 75,3% no que se refere às meninas e (70,5%) quanto aos meninos. Em 40,8% dos abusos cometidos contra meninas e em 32,9% contra meninos, o agressor era um familiar. Além disso, há situações em que o violador era amigo ou conhecido da família – 23,5% no caso das meninas e 31,5% em relação aos meninos (BRASIL, 2023).

Destaco ainda, os casos que não são denunciados – seja por ameaça, manipulação, descredibilização ou assassinato da vítima. Dificilmente há uma pessoa, especialmente que seja lida ou que se identifique enquanto mulher, que nunca tenha sofrido violência sexual. E mais importante ainda, muitas pessoas podem não ter sido vítimas de violência sexual, mas certamente conhecem alguém que foi. Ao relacionar a narrativa ficcional de que a homossexualidade está ligada à pedofilia com os dados sobre violência sexual, torna-se evidente a falácia dessa construção. Os discursos conservadores não se sustentam diante da realidade dos dados.

Se para os conservadores, a defesa da família é tão importante, se há um esforço tão absurdo em manter as tradições (que colocam o homem branco cis e hétero no topo do privilégio), e se é necessário lutar constantemente contra uma “ditadura gayzista” e “ideologia de gênero” (invenções deles próprios), sob alegação de que precisam proteger os seus filhos, esses mesmos discursos não impedem os índices alarmantes de abuso sexual dentro das residências, o que me traz um questionamento: que proteção é essa que acontece dentro da própria casa, onde os abusos são, muitas vezes, cometidos por aqueles que se declaram defensores da moral e da família? Reafirmo a minha posição de que essas mentiras fabricadas funcionam como distrações para que esses homens possam cometer os seus abusos sexuais.

Uma das épocas que mais senti medo foi quando Bolsonaro se elegeu. Eu estava no ônibus, voltando para Petrolina, uma cidade que, pelo menos na época, era predominantemente bolsonarista. Ao chegar, um amigo me esperava na rodoviária e, ao entrarmos no *Uber*, o motorista, com seu carro coberto de adesivos e bandeirinhas do Brasil, começou a criticar Manuela d’Ávila (candidata a vice-presidente na chapa que não foi eleita) de forma gratuita. Não por suas propostas, mas simplesmente por ela ser mulher. A cada palavra do motorista, minha ansia só aumentava e o meu amigo continuava a me olhar como quem suplicava para eu não falar nada. A vontade era que eu pudesse fazer algo para reverter aquela situação, porque não era possível – mas foi.

Outro desejo foi pedir silêncio para o motorista, algo que me parece tão simples agora,

mas, naquele momento, assumi que deveria me proteger de todas as formas. Naquelas férias, tinha cuidado do pós-cirúrgico da minha mãe e, especificamente no dia da viagem, fiquei oito horas dentro do ônibus, pensando nos piores cenários que poderiam acontecer se Bolsonaro fosse eleito. No início da noite, o ônibus da Pernambucana foi tomado pela aflição, até que em um momento, um senhor colocou um áudio que iniciava assim: “É, nós perdemos...”. Depois disso, senti que estava operando no automático e “mapeando” a situação até o dia em que me sentisse pronto para enfrentá-la – como se houvesse essa possibilidade. Até que um belo dia, decidi visitar a orla de Juazeiro da Bahia e ouvi um rapaz gritar: “A gente vai matar viado!”

Esse ciclo de medo e tentativa(s) de controle não é um evento isolado ou uma experiência pessoal. Aquele período reflete um movimento maior, no qual discursos conservadores e negacionistas estruturaram políticas e discursos que intencionam exterminar pessoas dissidentes. A ascensão de Lucas Pavanato em 2024, um influencer de direita que sequer possuía experiência política, revela o quanto essa lógica está ativa. Lucas se tornou o vereador (PL) de São Paulo com a maior quantidade de votos. Os seus discursos não se restringem a reforçar inimigos em comum utilizando termos como “ideologia de gênero”; o uso dessas táticas, na verdade, reverbera de forma direta na elaboração de projetos que negam direitos e legitimam violências destinadas aos corpos dissidentes (César, 2024).

Entre as 9 propostas protocoladas por Lucas na Câmara Municipal, uma se refere à proibição de que hospitais e clínicas ofereçam tratamentos hormonais – tanto indutores quanto bloqueadores para menores de idade. De maneira implícita, o projeto afirma que há uma idade propícia para a identificação enquanto pessoa dissidente de gênero – no entanto, essa idade nunca chega. Para justificar, o vereador afirma que sua intenção é preservar a integridade e saúde mental para que essas crianças não tomem decisões irreversíveis. No entanto, o Conselho Federal de Medicina (CFM), além de comprovar que os bloqueadores são reversíveis, afirma que são mecanismos que podem ser utilizados na prevenção do desconforto físico e cognitivo. Outro projeto impõe o “sexo” biológico como parâmetro para utilização de banheiros em diversos espaços (Amaro, 2025).

Ao refletir a partir das fotografias, da criação e utilização de termos como “criança viada, kit gay e ideologia de gênero”, além das construções ficcionais que visam a regulação dos corpos, sou transportado a uma espiral de pensamentos sobre como, desde a infância, estive sob o controle da expressão de gênero e sob a vigilância de olhares que buscavam uma suposta “normalidade” ou “naturalidade”. Embora eu não soubesse, na época, o que significa a palavra gênero, meus processos de percepção e questionamento começaram ainda na infância. Tive a

liberdade de brincar de *Barbie*, casinha, costura, carrinho, patins, skate, polícia e ladrão e rouba-bandeira, mas essa liberdade era desigual. As brincadeiras interpretadas como femininas ou dentro do esperado, eram mais estimuladas e permitidas, enquanto outras, mais masculinas, eram desencorajadas ou até criticadas. Mesmo em um espaço que deveria ser de liberdade, era imposto um controle sobre minha expressão, intencionando moldar minhas ações, gostos e escolhas dentro de normas restritivas.

Parecia divertido ser menino, poder subir em árvores e pular lá de cima, enquanto eu ficava embaixo olhando. Naquela época, eu andava muito de patins e a minha avó sempre falava pra eu não sair, porque eu iria me machucar. E para que ter um patins, se eu não podia usar? No fim, a culpa era minha porque vez ou outra, eu caía. Enquanto isso, os meninos da rua que andavam comigo não sofriam nenhuma repressão por se machucarem, afinal, isso sinalizava que apesar de serem ágeis e habilidosos, estavam procurando melhorar no patins. Atualmente, questiono quantas vezes repetimos os mesmos padrões com nossas crianças – e até mesmo consentimos quando outros adultos reproduzem os mesmos comportamentos.

Por isso, me permito sonhar com a superação das relações de gênero e a considero como um caminho essencial. Na minha perspectiva, esse processo deve começar na infância, período em que a criança atravessa distintos processos e experiências de aprendizagem e começa a construir as suas percepções sobre o mundo e sobre si mesma. Ressalto a importância de processos educativos que incentivem a autonomia das crianças, contribuindo para a construção de um pensamento crítico. Isso inclui incentivá-las a questionar a imposição de normas de gênero e sexualidade e, problematizar o racismo e as desigualdades sociais e raciais.

Desconstruindo os estereótipos de gênero, o alarde em torno das preferências infantis, seja por determinados brinquedos, roupas, profissões ou atividades, não terá mais fundamento – algo que, em minha perspectiva, já não tem. Afinal, nenhuma escolha ou interesse deveria ser visto como inadequado com base em normas arbitrárias sobre o que é considerado "próprio" para meninos ou meninas. Ao meu ver, todas as pessoas devem ser livres para experimentar diferentes possibilidades, sem receio de julgamento ou repressão.

Imaginar espaços sem imposições de papéis limitantes e excludentes, a princípio, ainda me parece um pouco utópico. No entanto, “com direito de sonhar, com o direito ao delírio” (Galeano, 2012), eu preciso acreditar nas inúmeras possibilidades de mudança. Eduardo Galeano narra um dia em que estava com o seu amigo Fernando Birri na Universidade, respondendo perguntas de estudantes. Quando perguntado para que serve a utopia, Fernando Birri respondeu: A utopia está lá no horizonte, e digo e sei muito bem que nunca a alcançarei,

que se eu caminho dez passos, a utopia se afasta dez passos. Quanto mais a procuramos, menos vamos encontrá-la, porque ela vai se afastando à medida que me aproximo. Para que serve? Pois a utopia serve para isso, para caminhar.

Na escola, dizer que alguém acreditava em algo utópico era o mesmo que chamá-lo de ingênuo ou bobo. Hoje, no entanto, não enxergo a utopia como um destino inalcançável, mas como uma força impulsionadora que me ajuda a pensar, traçar estratégias e lutar por dias melhores. Viver em um país erguido com o sangue e o suor de pessoas escravizadas – e, que, após tantos anos, apenas modificou suas formas de escravização, ampliando seus sistemas de exploração – fez com que eu acreditasse que a realidade seria sempre estática. Por isso, cogitei desistir várias vezes. Algumas porque parecia impossível rebater e contestar as estruturas de violência; outras porque eu não tinha força para reivindicar nada. No entanto, quando penso em desistir, recordo dos diversos acontecimentos que pareciam utópicos e inimagináveis – até que se tornaram reais, especialmente para pessoas dissidentes e racializadas. Hoje, penso que devemos nos organizar para enfraquecer as violências estruturais e as opressões que há muito estão cristalizadas na sociedade. Caso contrário, não faz sentido acreditar ou escrever este trabalho.

1.5 “Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência.”¹⁸

Retornando à minha infância, além do desconforto causado pelas expectativas de que eu desempenhasse uma performance feminina, havia um incômodo de origem desconhecida. Um dia, alisei os cabelos e passei um pouco de maquiagem para ir a um rodízio de pizza com algumas amigas. Antes de sair de casa, decidi tirar fotos e, embora gostasse da minha imagem no espelho, ao olhar para a câmera, parecia que via alguém parecido comigo, mas do avesso. Acredito que, sutilmente, me dei conta de que, por mais que eu me esforçasse, não ficaria parecido com as minhas amigas mais próximas, simplesmente porque a maioria era branca, seus cabelos eram lisos e seus traços eram “finos”. Talvez, se em alguma das diversas idas ao salão de beleza alguém tivesse me questionado ou incentivado a manter o cabelo natural, os pensamentos de que cabelos cacheados pareciam estar “assanhados” e nunca estariam “arrumados” o suficiente não tivessem criado raízes tão fortes em mim.

Certa vez, no quinto ano, durante o recreio, uma menina – listada entre as mais bonitas da sala – perguntou na frente da turma se eu não penteava o cabelo para ir à escola. Por pirraça,

¹⁸ Trecho retirado de Frantz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2020, p. 152).

respondi que não, enquanto pensava no quão era racista aquele questionamento. Naquela época, eram raras as manhãs em que eu via minha mãe ou minha avó antes de ir à escola, pois elas saíam cedo para os seus trabalhos. Por isso, nós arrumávamos nossos cabelos: levemente ondulados e com mechas loiras, o cabelo da minha irmã estava sempre envolto na sua prancha; Eu lavava o meu e passava creme de pentear. Na escola, era comum pedir às professoras para ir ao banheiro apenas para molhar o cabelo e passar um pouco de creme, uma vez que o volume do meu cabelo chamava atenção e isso me causava vergonha. Nas turmas que estudei, lembro apenas de uma amiga com o cabelo cacheado, mas ela fazia relaxamento e sempre o prendia. Somente no oitavo e nono ano que duas novas alunas, também de cabelos cacheados, entraram na escola. Mas, nessa época, eu alisava o meu cabelo constantemente.

Após um período de frustrações e nenhum acolhimento familiar ou profissional – já que as minhas notas eram ótimas e pareciam mascarar como eu realmente me sentia – passei a me sentir ainda mais desconfortável com o meu cabelo e corpo. Recordo de um período em que, de forma instantânea, eu costumava olhar para os meus braços e me perguntar o porquê de logo eu ter nascido com aquela cor, aquele corpo e aquele cabelo. Era como se eu estivesse fadado ao fracasso devido às características que carregava e carrego. Durante um tempo, no calor de Juazeiro do Norte - CE, utilizei apenas calças, tênis e camisetas, independente de onde fosse, pois o meu corpo não parecia bom o suficiente para andar por aí e ser visto. Quando lembro dessa fase, o que mais me dói é perceber que, em grande parte, vivi isso sozinho, enquanto outras pessoas próximas certamente passavam por algo semelhante - e assim como eu, estavam sozinhas.

Para “melhorar” a situação, certo dia, o professor de Artes da escola, com quem também fazíamos aulas de dança que eram verdadeiras sessões coletivas de humilhação, veio na minha direção após o término do hino e disse baixinho: *“não se preocupe, um dia você vai ficar bonita como a sua irmã”*. Enojado, apenas paralisei e somente após algum tempo, reuni coragem e contei para a minha irmã, que, naquela época, foi uma das principais responsáveis por intensificar meus incômodos. Apenas dois anos mais velha, ela proferia comentários racistas e gordofóbicos como se fossem algo permitido (para ela, ainda aparenta ser). Até pouco tempo, qualquer oportunidade de desdenhar do meu cabelo, colocando apelidos, era prontamente aproveitada por ela.

Por conta desses fatos, sonhava e acreditava que, um dia, acordaria magicamente com a pele branca. Uma das histórias mais vergonhosas da minha infância é que, certa vez, perguntei à minha mãe o motivo de Michael Jackson estar com a aparência branca. Ela me contou que ele

havia ficado seis meses dentro de algo semelhante a um caixão, sem ver a luz do dia e sem ter contato com ninguém. Imediatamente, pensei: quando eu crescer, vou trabalhar, comprar o meu “caixão” e ficar seis meses dentro dele, feito! Quando entendi o que realmente aconteceu com Michael, me perguntei o que havia passado pela cabeça da minha mãe ao ponto dela criar essa narrativa e me permitir acreditar nela. Não considero que ela possa ter inventado a história por insensatez ou falta de empatia, muito menos que tivesse tato ou repertório para entender o que poderia estar encoberto no meu questionamento. No entanto, ao meu ver, essa história é uma demonstração da necessidade de que cuidadores se atentem ao que as crianças expressam, não apenas de maneira literal.

Figura 08 - Aparentemente feliz, sentado em uma cadeira



Fonte: Acervo Pessoal

Inclusive, minha história com o cabelo começou antes mesmo que eu pudesse explorá-lo livremente ou entendê-lo em profundidade. Enquanto os fios loiros e ondulados da minha irmã alcançavam os ombros, os meus cuidadores notaram que os meus possuíam uma textura diferente. Apesar de ter o cabelo cacheado, desde que se tornou militar, o meu pai não pôde deixá-lo crescer e, aos 51 anos, penso que ele desconhece a textura e a beleza do próprio cabelo. Assim, com as mãos cheias de esperança e violência, minha mãe raspava a minha cabeça, na expectativa de domar os fios cacheados que estavam por nascer. Não sei em que momento ela percebeu que não haveria mudança na textura dos fios, e, com um tempo,

aprendeu a cuidar do meu cabelo. Durante longos períodos, permaneci sentado em uma cadeira enquanto ela fazia cachinho por cachinho.

Na minha configuração familiar, a única pessoa preta é o meu genitor e, por ter crescido distante dele e de sua família, não tive referências reconfortantes de pessoas não-brancas durante a infância. Crescendo, percebi que, quando estava sozinho em estabelecimentos, frequentemente era seguido ou recebia olhares. Quando minha mãe – uma mulher branca e loira – estava presente, parecia que essas pessoas se sentiam menos inquietas. Crescer em uma família predominantemente branca e frequentar espaços majoritariamente brancos, gerou em mim conflitos internos que frequentemente retornam, como uma maneira de me lembrar que ainda existem. Durante um longo período, me vi questionando o que Jota Mombaça (2021, p. 34) traz em suas reflexões: “O que sobra de um corpo negro, quando ele próprio consente perder a batalha contra o mundo?”. E eu consenti várias vezes, até que não mais.

Primeiro, eu tinha consciência de que não era uma pessoa branca, mas algumas pessoas pretas já haviam me dito que eu não era uma pessoa preta, e se elas falavam, certamente falavam a verdade; segundo: quando eu estava entre pessoas brancas, a certeza de que eu não era branco era reforçada: elas andavam livremente nos mercados e lojas com os braços soltos, abriam as suas bolsas e agiam naturalmente, como se não tivessem com o que se preocupar – o que é fato. Percebi, depois de um tempo, que ao entrar em algum estabelecimento, automaticamente cruzo os braços.

Permaneci um longo tempo na ambiguidade: branco demais para ser preto, preto demais para ser branco, além de masculina demais para ser mulher e feminino demais para ser homem. Em algumas situações, sinto o racismo escancarado, por exemplo, quando estou em algum local acompanhado de uma pessoa branca – a sensação é que essa pessoa funciona como um “escudo branco”, o que significa dizer que eu não preciso ficar tão vigilante. Caso contrário, é como se o olhar do racismo (e *nós sabemos* quais são esses olhares), tornasse possível ouvir e sentir a indignação por eu estar ocupando determinado espaço e ameaçando a hierarquia e o bem estar social, usufruindo dos mesmos serviços, malhando na mesma academia às 09h, utilizando o mesmo elevador, sentando nas mesmas cadeiras, utilizando o mesmo banheiro, e, dessa vez, sendo servido ao invés de servir.¹⁹

Devido aos comentários alheios sobre a minha cor, que já haviam me deixado exausto, e à ausência de referências de pessoas pretas na família, foi somente na graduação, afastado do

¹⁹ Neste fragmento, o sentido utilizado não é o de quando Paulo Freire diz que “o sonho do oprimido é se tornar o opressor”, isto é, o meu desejo não é ser servido. Discorro no sentido de que, para algumas pessoas, ainda é inaceitável, por exemplo, jantar no mesmo restaurante que uma pessoa preta está jantando e não servindo.

meu núcleo, que comecei a esboçar (ainda de maneira muito tímida) a coragem de me reconhecer como pessoa preta. No entanto, isso acontecia apenas em espaços onde eu não precisasse verbalizar, pois o meu receio era que alguém contestasse a minha fala, baseando-se na negação da minha cor. Apesar de tímida, essa movimentação representou um avanço, especialmente para que eu decidisse passar pela transição capilar e pudesse descobrir as texturas do meu cabelo.

Ainda na infância, eu havia começado a alisar o cabelo. Durante a semana, minha irmã e eu almoçávamos assistindo a um canal de vendas que, em uma das suas propagandas, demonstrava uma prancha para cabelo que o deixava liso em segundos, e, no domingo, uma das irmãs da minha mãe levava consigo a sua prancha para que pudéssemos usar. Depois, optei pelo alisamento químico - o que implicava em várias horas no salão e três dias com os olhos ardendo. Com 16 anos, decidi cortar o cabelo que já passava da cintura, e, anos depois, quando optei pela transição capilar, senti como se estivesse em uma batalha quase fadada ao fracasso. Os comentários eram desde a perda da minha suposta feminilidade até sobre o quanto eu era desobediente, uma vez que eu deveria ter autorização social para decidir algo sobre o meu corpo.

Lembro que depois de muito estímulo de amigos e muita coragem reunida, decidi, pela primeira vez, ir com o cabelo completamente natural para a graduação. Antes que eu pudesse escolher uma cadeira, uma colega de sala falou: “*poxa, prefiro o teu cabelo alisado, fica mais bonito*”; um tempo depois, durante a pandemia, vi que ela havia raspado o cabelo também para passar pela transição capilar e em sua postagem, traçava um diálogo sobre. Logo, só consegui pensar no quanto nós projetamos as nossas frustrações para outras pessoas. Das três transições que fiz, a primeira foi a mais complicada. Incrivelmente, foi também a que mais tive acolhimento e rede de apoio, com amigas que, independente de seus cabelos serem cacheados ou lisos, se sentavam comigo e passavam um bom tempo finalizando o meu cabelo.

Em 2020, estive em acompanhamento com uma psicóloga lacaniana por um período de um ano. Das quatro psicólogas que me consultei até os 26 anos, *Maitê*²⁰ foi a única preta e a primeira a tentar dialogar sobre questões raciais. Algumas vezes, *Maitê* perguntava como eu me enxergava, me via, me identificava; e eu, só tinha o silêncio como resposta. Ironicamente, esse mesmo questionamento foi feito durante uma orientação do mestrado; estávamos debatendo um artigo que também discutia a racialidade e o meu orientador trouxe o mesmo questionamento

²⁰ Os nomes utilizados nesta pesquisa são fictícios e estão apresentados em itálico.

de *Maitê*. Paralisei por alguns instantes e disse que a dificuldade de falar ainda estava presente. Apesar das experiências e da maior facilidade na escrita, percebo a dificuldade que ainda possuo em me expressar enquanto pessoa racializada. Nos meus pensamentos, a qualquer momento, alguém pode chegar e me chamar de fraude.

No entanto, durante o mestrado, havia uma pessoa que me olhava e eu podia afirmar que ela sabia o que estava sentindo. Vanessa Oliveira me acolheu desde o dia em que fui para a primeira orientação. Ela sugeriu que fôssemos juntos até a sala de orientação, e, de imediato, me senti conectado com ela. Mas eu ainda estava muito tímido e carregava (carrego) um longo histórico de frustrações com amigas femininas, geralmente porque me sinto inadequado. Portanto, imaginei que isso poderia acontecer com ela e tentei não criar muitas expectativas. Fracassei (ainda bem) e logo estávamos fazendo feira, indo e voltando juntos da UFPB e compartilhando as tardes de domingo na Praça da Paz.

Ela, com seus olhos atentos, leu a grande maioria dos meus receios e cuidou de cada ferida entreaberta com suas mãos pequenas e cuidadosas. Quando esses machucados ameaçam reabrir, lembro dos nossos diálogos e do seu cuidado, e assim, me cuido. Certa vez, ao chegar para aula antes das 08h, meu companheiro e eu fomos chamados pelo pessoal que trabalhava na biblioteca. Nos mostraram alguns papéis com versículos bíblicos supostamente homofóbicos e transfóbicos que alguém havia colado no Bloco B. Enquanto voltava para casa, quase em estado de desespero, Vanessa me avisou que estava indo para o meu apartamento. Esse dia foi tão caótico que lembro de pouca coisa, mas definitivamente me recordo do momento em que deitei minha cabeça em seu colo e ela fez carinho no meu cabelo – foi como se, por alguns minutos, o mundo tivesse feito silêncio.

1.6 “Outro(s) modo(s) de habitar e enfrentar o mundo”²¹

Retornando à infância, no ano de 2009, a minha mãe nos apresentou a pessoa com quem estava se relacionando e, nessa época, apesar dos exemplos que eu tinha de relacionamentos românticos se restringirem a casais héteros, o fato de *Anna* ser uma mulher, na verdade, me deixava mais confortável. Todos os comentários homofóbicos que ouvi e que muitas vezes rebati, surgiam da nossa família - em viagens e comemorações, alguns familiares pediam para que *Anna* não estivesse presente, no entanto, ela sempre esteve.

Durante a pré-adolescência, tive o cuidado e o olhar de *Anna*. Para ela, não havia diferença se eu gostava de jogos tidos como masculinos ou femininos ou se me vestia de

²¹ Trecho retirado de Jota Mombaça, *Ñ VÃO NOS MATAR AGORA*, 2021, p. 26.

maneira A ou B. *Anna* não se vestia como a maioria das mulheres que eu conhecia e tampouco se preocupava em parecer feminina. Recordo de situações em que *Anna* costumava rir ao tentarem persuadi-la a utilizar salto, maquiagem e calças coladas e, por vezes, me encontro rindo pelo mesmo motivo. A partir dela conheci jogos como *GTA*, *Need for Speed*, *Mortal Kombat* e *Guitar Hero* e ganhei diversas batalhas contra amigos que às vezes mostravam-se ofendidos por perder para “uma menina”.

Naquela época, lembro de me sentir desconfortável em relação ao meu corpo e as roupas que utilizava, pois as que pareciam adequadas para o meu corpo me eram desagradáveis e, as que eram aconchegantes, pareciam incompatíveis e desajustadas a partir do momento em que eu saía de casa. Com o apoio de *Anna*, passei a comprar e ganhar roupas consideradas “masculinas” e costumava me questionar porque estas eram tão confortáveis e as “femininas” eram tão espalhafatosas, decotadas, apertadas e desconfortáveis. Lembro de várias situações em que me vi na obrigação de utilizar vestidos e saltos - eventualmente me vejo nessas situações e sinto o aperto e o peso da imposição de performar a feminilidade. Penso ainda se um dia ficarei ileso disso.

Lembro de uma situação que ocorreu por volta dos meus doze anos, ainda na nona série. Naquele momento, éramos um grupo de cinco e costumávamos nos reunir às tardes para estudar e conversar na casa de *Amélia*. Um dia, durante a aula, pediram que eu fosse à sala da diretora, que me recebeu com um bilhete e perguntou se eu havia escrito. Afirmiei que não e apesar de comprovar que a caligrafia não era minha, ela pediu que eu continuasse em sua sala. Ao ser chamada na direção, *Karen* confirmou que se tratava da sua letra e que havia deixado o bilhete na casa de *Amélia* para que ela o encontrasse.

A diretora chamou *Amélia* e nos contou a situação: a sua avó havia achado o cartão feito por *Karen* e como não havia assinatura, julgou que só poderia ter sido eu. Segundo a diretora, a avó de *Amélia* justificava a sua crença com o argumento de que, se a minha mãe namorava uma mulher, eu estaria tentando namorar a sua neta e por isso, a diretora deveria nos afastar. Apesar de não lembrar de muitos acontecimentos dessa época, recordo com nitidez essa situação. Apesar de tão jovem, eu sabia que situações como essa continuariam acontecendo.

Aos quatorze anos, iniciei um tratamento psicológico. Naquele momento, eu não fazia ideia de que grande parte das demandas e desconfortos que sentia estavam relacionados às imposições da cisgeneridade. Mesmo após esse entendimento, não me senti confortável para compartilhar essas questões, pois era certo que havia algo de errado comigo. Hoje vejo que não havia problema nisso, mas na época, passei a não reconhecer o meu corpo e o meu rosto, e,

assim, fui rotulado como um corpo adoecido. Naquela época, familiares me questionavam se eu era homem ou mulher, mas, na verdade, o que mudaria? As opções eram apenas essas? De forma semelhante a Pedro Vermelho, que se tornou uma representação humana mediante a observação, o aprendizado e a imitação de comportamentos, comecei a entender quando era necessário obedecer estritamente às normas femininas e onde era possível desobedecê-las e contrariá-las.

Algumas vezes – tentando me encaixar na binariedade – pensei que poderia ser um homem trans, mas esse pensamento perdia o sentido em questão de segundos. Em diversas ocasiões, experimentei o que nomeiam de disforia, e, por vezes, me pego flertando com ela. No entanto, como irei defender no presente trabalho, penso que o principal fator responsável pelo nosso adoecimento é a forma como a sociedade impõe as suas normas cisgêneras, binárias e heterossexuais. O que nos adoece é a realidade de que a depender da nossa genitália, somos postos em lugares estreitos com práticas reguladoras e bem definidas que não adoecem apenas pessoas dissidentes de gênero.

Durante o Ensino Médio, experienciei e experimentei tudo o que me foi oportuno, inclusive o que não deveria ter experimentado. Frequentei uma escola na qual havia uma pactuação implícita que proibia qualquer diálogo sobre gênero e sexualidade ou ainda, qualquer aproximação física que fugisse à heterossexualidade, mas isso não era uma questão para mim. Duas das minhas amigas mais próximas eram de outros cursos (estudávamos em uma escola técnica), eram assumidamente lésbicas e tiveram um breve relacionamento. Comecei a desenvolver amizade com uma, que já estava no 3º ano, e logo me aproximei da outra, que também cursava o 1º. Imediatamente, os boatos começaram a surgir e eu nunca dei ouvidos. Minha mãe havia me preparado para aquele tipo de situação, então estava tudo sob controle. Além do fato de que a heterossexualidade não era algo esperado ou imposto pela minha mãe, eu também tinha os meus amigos, que na grande maioria, eram da comunidade LGBTQIAPNB+.

Nesse período, vivi as minhas primeiras paixões e percebi que não havia distinção ou preferência sobre as pessoas que eu sentia afeto e desejo. Percebi que o que me encantava e ainda me encanta em qualquer pessoa, é a sua liberdade e coragem. No entanto, durante muito tempo, não conseguia estar confortável ao me relacionar com mulheres e, a sensação de que algo ou até eu mesmo estava errado, tornou-se comum. Recordo de situações em que sentia o meu corpo rígido e não reagia às demonstrações de afeto, apesar de gostar muito da pessoa e ter a noção, por exemplo, de que eu estar com uma menina, não seria um problema para a minha mãe.

Eu não conseguia entender os porquês de me sentir e comportar dessa maneira e, após um longo período, me dei conta que a minha mãe havia lidado com tanta homofobia por parte de familiares, que eu tinha receio de que ousassem falar que ela havia me “influenciado” a ser bissexual. Um dia, estávamos conversando e ela disse que não queria que eu passasse por nada que ela havia passado, ou que precisasse ouvir o que ela ouviu – na época, como ainda morávamos na casa da minha avó, que vez ou outra era homofóbica ou racista, não tinha muito a ser feito. Lembro que a minha mãe disse que eu poderia contar com ela para tudo e que tentaria me proteger dessas situações. Até hoje, com os meus 26 anos, ela continua sendo um alicerce na minha existência.

Já em 2016, iniciei o curso de Psicologia na Unileão, Centro Universitário do Ceará. Participei de um congresso no qual, durante uma mesa sobre Terapia Cognitivo Comportamental, um estudante questionou a existência de uma suposta base biológica que explicasse a homossexualidade, mencionando que, desde criança, seu primo apresentava certos *trejeitos* e na adolescência, afirmou ser gay. A resposta do palestrante foi simples e direta: por quais motivos a família da criança problematizava os seus comportamentos e antecipava um cenário no qual essa seria gay? Qual era o propósito dessa análise de um comportamento infantil? Segundo o professor, a preocupação em buscar uma origem química ou biológica para explicar a homossexualidade estava diretamente ligada à procura de uma “cura” para algo que não é uma doença.

Ainda em 2016, com dezessete anos, optei por cursar Psicologia na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e, por isso, passei a morar em Petrolina. Presumi que as disciplinas e, conseqüentemente, as discussões sobre gênero e sexualidade explorariam a temática de maneira mais ampla. No entanto, as discussões realizadas em simpósios, congressos e em sala eram predominantemente restritas ao binário masculino e feminino, mesmo quando se tratava da população transgênero.²² Meu orientador costuma dizer que “a academia é uma máquina de moer sonhos”, e, em muitos momentos, senti como se estivesse sendo empurrado para uma autêntica “zona do não ser”²³, pois apesar de existir – fisicamente – no espaço, constantemente era considerado uma mulher cis.

²² Não intenciono minimizar a importância dos debates voltados para a binariedade, seja no contexto cisgênero ou transgênero, mas sim demonstrar a importância e necessidade de ampliá-los.

²³ Frantz Fanon (2023, p. 22) descreve a zona do não ser como “uma região extraordinariamente estéril e árida, uma encosta perfeitamente nua, de onde pode brotar uma aparição autêntica”. Dito isto, a zona do não-ser é um espaço fabricado para desumanização.

1.7 O colapso da Santíssima Trindade: Sexo, Gênero e Desejo²⁴

Em 2019, no início da noite, saímos da Universidade e decidimos ir à Prainha²⁵. Foi em uma mesa amarela de bar que um amigo me falou sobre a existência da não binariedade. Naquele momento, parecia que ele descrevia com exatidão como eu me sentia há muito tempo. No entanto, senti receio da possibilidade de me identificar com algo. De maneira contraditória, eu enxergava essa identificação como algo necessariamente ruim – pois, me reconhecendo naquilo, acreditava que seria necessário me encaixar completamente. Expus esses receios para o meu amigo e ele me ouviu, calmo e paciente. Depois desse dia, passei a ler sobre a não binariedade e, quanto mais eu lia, mais parecia fazer sentido na minha experiência. Conhecer possibilidades para além do feminino e masculino me fez pensar que eu havia encontrado um lugar – um espaço que, ao mesmo tempo, já era meu, mas ainda precisava ser descoberto.

Rememoro esse período com muita felicidade, pois senti como se um grande peso tivesse saído dos meus ombros – como se a minha falta de identificação com o sistema binário fosse legítima, e era! Pouco tempo depois, algumas pessoas começaram a me procurar para dialogar, buscando entender como havia sido o meu processo de identificação com a não identificação, outras com receio de falar abertamente para a família e não haver aceitação e outras porque ainda não conheciam outra pessoa não binária.

Embora tenha nascido “biologicamente mulher” e aprendido a desempenhar comportamentos femininos, penso que não sei como é viver a binariedade, e sim, performar. Quando perguntam: “Como é ser não binário?”, eu pergunto: “Como é ser cis?”, pois não houve um momento em minha vida que me senti menina ou menino. Anteriormente, pensei ser fluido por conta da estética e dos gostos, mas não – acredito que não somos lineares e que possuímos camadas e camadas de profundidade. Por não me sentir encaixado em um gênero, houve um período em que parecia haver uma grande interrogação na minha cabeça. Durante um tempo, especialmente durante o mestrado, passei a ter aversão ao pronome feminino, e, atualmente, acredito que expressei esse descontentamento por se tratar da primeira vez em que eu estava me expondo enquanto pessoa NB. Hoje, com algumas ressalvas, utilizo e aceito qualquer pronome, uma vez que não há tanta diferença para mim.

Desde então, encaro diariamente a não binariedade no espelho e me esforço para me desprender dos vícios da socialização feminina que me causam sofrimento. Concluí o curso de

²⁴ A tríade sexo-gênero-desejo proposta por Butler (2018), indica que o gênero advém do sexo e a heterossexualidade é o caminho natural. Na matriz de inteligibilidade, se eu nasci com uma vagina, serei uma menina e terei relações afetivo-sexuais com homens.

²⁵ Apelido dado pelos estudantes da UNIVASF ao bar localizado em Petrolina - PE.

Psicologia sob orientação e acolhimento da professora Paula Galvão, do colegiado de Ciências Sociais e do professor Elias Mascarenhas – atualmente professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – que disse que eu poderia e deveria falar da não binariedade com mais paixão. Assim, surgiu o primeiro trabalho sobre a não-binariedade na UNIVASF e neste momento, a primeira dissertação de mestrado no PPGDH.

Apesar de ter escolhido a não binariedade como enfoque e justificativa do projeto, uma vez que o PPGDH não contava com nenhum trabalho sobre, não considerei a minha entrada especificamente em função do tema, pois, como de costume, imaginei que julgariam a minha pesquisa inicial como dispensável. Quando as aulas começaram, senti angústia e medo ao perceber que era a única pessoa não binária na 107B. Hoje, ao final do curso, fico imensamente feliz em perceber que nós, pessoas não binárias, estamos ocupando esses espaços, provocando estranhamento, produzindo novos olhares, sentidos e formas de visualizar outros mundos possíveis diante de tentativas de rompimento com a cisnormatividade.

Durante o mestrado, conheci pessoas amáveis que se tornaram companheiros de vida. Acredito firmemente que a amizade, o carinho e a lealdade dessas pessoas tornaram possível a minha permanência no PPGDH e consequentemente, a elaboração deste trabalho. O PPGDH foi o primeiro ambiente institucional no qual me apresentei como pessoa não binária e, apesar de expressar a identificação com o pronome masculino, tornou-se comum que me chamassem pelo feminino. Certo dia, estava saindo do Núcleo e indo em direção à sala de aula, quando uma pessoa que nunca havia falado comigo, me parou e perguntou: *“como pode uma pessoa agênero optar pelo pronome masculino?”*. A questão que denuncio aqui não são as dúvidas que as pessoas têm, pois compreendo que utilizamos repertórios enraizados na sociedade para nomear o mundo. O ponto é que, comumente, os nossos corpos são colocados e percebidos como objetos públicos, expostos à regulações, questionamentos e exposições. Além disso, formou-se no imaginário social a ideia de que nós, pessoas dissidentes, devemos promover o letramento de gênero.

Ao chegar em João Pessoa, minha irmã e eu moramos temporariamente com um dos seus amigos e posteriormente, encontramos um apartamento e ela convidou uma das suas amigas para dividir conosco. Eu já havia conversado com a minha irmã sobre o meu pronome e em um determinado momento, penso que ela começou a dar seriedade, pois passou a se corrigir quando errava. No entanto, a sua amiga, com a qual eu ainda não tinha muita intimidade na época, além de continuar utilizando o pronome feminino para falar comigo, fazia o mesmo com um amigo que costumava nos visitar. Era uma situação constrangedora, pois a cada vez que ela

nos chamava pelo pronome feminino, meu amigo a corrigia, e, mesmo assim, ela continuava errando. Se eu conseguisse me enganar, diria que ela não estava ouvindo ou que não estava fazendo aquilo por mal. Mas eu continuava a dizer para mim que não estava tudo bem, que não era certo ou legal que ela fizesse aquilo, e a única vontade que eu tinha era de subir na mesa e vociferar contra ela. Mas isso também não me ajudaria, só me deixaria com mais raiva. E o que eu iria – vou – fazer com tanta raiva?

Um dia, após ter ultrapassado o meu limite, decidi dialogar com a minha irmã e em poucos minutos, me arrependi. Contei as situações que estavam acontecendo, inclusive ressaltando as que ela estava presente, pois eu ainda esperava que ela tomasse algum posicionamento, especialmente porque estava tentando se adaptar ao meu pronome. Aparentemente sem muita paciência ou disposição para escutar, ela disse: *“é que ela nunca conviveu com alguém que não fosse cis, dê um tempo para ela”*. Nessa hora, senti que eu era uma coisa exótica, diferente, quase uma espécie de bicho que está sendo descoberta.

Expor esses processos, por vezes, torna-se tão aversivo e exaustivo que escolho o silêncio – e às vezes, o não-dito soa mais gritante do que qualquer palavra. Suponha que você precisa solicitar repetidamente a mesma demanda. O primeiro questionamento que faço é: como você se sentiria? O segundo: por que você precisa solicitar o mesmo pedido diversas vezes? Diante desses acontecimentos constantes, tentei dialogar com algumas pessoas e percebi o apego ao discurso de que *“a não binariedade é algo novo”* quando se cometia o erro contínuo de pronome. Logo, o fato de ser “algo recente” deveria ser a justificativa para que a situação fosse relevada. No entanto, percebo que essas “microagressões” alimentam o ciclo da violência contra pessoas dissidentes, à medida que em parte, mantém-se firme a crença de que a discriminação se restringe ao crime de extermínio.

Uma das reflexões que elaboro refere-se a ideia da não binariedade enquanto “novidade”, como um dos fatores que têm dificultado a legitimação e inteligibilidade dos nossos corpos. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) produz anualmente dossiês informativos acerca dos assassinatos e violências cometidas contra pessoas trans, e, em 2023, um dos apontamentos do relatório se trata da ausência de informações acerca de assassinatos de pessoas abertamente reconhecidas como não binárias (Benevides, 2023). Tal omissão de dados pode ser resultado de fatores como a subnotificação, a não identificação da pessoa não binária de maneira pública e até mesmo o não reconhecimento da existência da não binariedade.

A não contabilização e o não reconhecimento frequentemente surgem da perspectiva de

que a não binariedade não se inclui na transgeneridade. Se socialmente consideramos pessoas como cisgêneras por sua identificação com o gênero atribuído ao nascer, e, sendo a não binariedade uma ruptura da cisnormatividade, em qual lugar ela se encontra? Estaria integrada, interseccionada ou externa à transgeneridade? Embora haja confluências, não acredito ser possível afirmar que a transgeneridade engloba todas as vivências dissidentes de gênero, inclusive as não binárias.

Outro aspecto comumente questionado é que algumas pessoas não binárias não realizam mudanças físicas e/ou não evidenciam estar ou ter estado em um processo de transição hormonal. A exemplo disso, exponho uma situação que ocorreu na UFPB, na qual, durante uma roda de conversa promovida pelo DCE, nomeada “Psicologia Parahybana e articulações sobre a não binariedade”, uma pessoa – também dissidente – questionou se a não binariedade “*não se enquadraria em um tipo de cisgeneridade*”, pois, de acordo com ela, nós podemos nos camuflar em um ambiente predominantemente cisgênero. Na minha visão, esse pensamento pode tornar válida a existência de pessoas NB apenas quando estas, mesmo estando à parte da cisgeneridade e binariedade, permanecem no espectro binário e utilizam dispositivos que (re)afirmam e performam feminilidades e masculinidades, incluindo hormônios e procedimentos cirúrgicos.

Outro ponto refere-se ao fato de que o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) não nos permite a auto afirmação enquanto pessoa não-binária – mais uma vez, não existimos no regime feminino/masculino da UFPB. Essa dicotomia também está presente na Plataforma Brasil, que nos apresenta apenas as opções de pesquisador e pesquisadora, bem como no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que disponibiliza somente os campos “masculino” e “feminino” para preenchimento. Em contrapartida, na UFPB, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) destina vagas para pessoas autodeclaradas trans. No edital do processo seletivo para o mestrado e doutorado (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2024), encontrei a seguinte informação: “Parágrafo único: a designação “pessoa trans” será utilizada como termo guarda-chuva que abriga as categorias pessoas travestis, transexuais, não binárias e transgêneras, conforme a resolução do PPGA-UFPB N° 01/2024”.

Diante disso, questiono a existência de “contrato não binário” na não-binariedade. Considerando que os processos de socialização destinam-se para que sejamos homens ou mulheres, e, se nós nos enxergamos a partir da não binariedade, como deveríamos nos comportar para alcançar visibilidade e legitimidade? Não há como desconsiderar os processos

de sociabilidade aos quais fomos expostos e, na minha perspectiva, acessórios e adereços não deveriam ser utilizados para (des)legitimar qualquer existência.

Portanto, me interessa refletir se há um mundo possível no qual a não binariedade pode se estabelecer a partir das suas próprias formas. E mais, há uma forma não binária de existir? A não binariedade não se trata “somente” de negar a auto afirmação exclusiva entre ser homem ou mulher, é também uma recusa fundamental a um projeto civilizacional de experiência dual de gênero, sexo e desejo. É a partir desta recusa que me mobilizo, me movimento e elaboro os atravessamentos pessoais e das pessoas participantes.

A canção de Emicida “Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes” conta com a participação da cantora e compositora Majur, pessoa não binária e da Pabllo Vittar, *drag queen* do cantor e apresentador Phabullo Rodrigues da Silva. A melodia expressa o esforço de pessoas que, vivendo à margem da sociedade, buscam contar suas histórias através de uma perspectiva que desvincula o sofrimento e a desumanização enquanto elementos centrais de suas narrativas, pois, como nos diz Mombaça (2021, p. 31): “se o mundo, que é o meu trauma, não para nunca de fazer o seu trabalho, então ser maior que o mundo é o meu contra trabalho.” Aqui, a intenção é romper com a crença reducionista de vítima colocada sob a pessoa e, dessa forma, valorizar aspectos como a resistência.

Quando incorporo o trecho “tenho sangrado demais, tenho chorado pra cachorro, ano passado eu morri mas esse ano eu não morro”²⁶, no contexto da dissidência de gênero, reflito que apesar das diversas violências e do número exorbitante de assassinatos, tenho a expectativa de que continuem sendo construídas outras narrativas para pessoas dissidentes. Na minha perspectiva, enxergo a expectativa enquanto sinônimo de sonho – para nós, pessoas dissidentes, sonhar muitas vezes é um privilégio.

Ao relatar os processos violentos que vivenciei, não pretendo ser reduzido a eles. Em sua canção, Nação Zumbi diz: “quando fica cicatriz fica difícil de esquecer”²⁷. Minhas cicatrizes são diversas: algumas sensíveis ao toque e à lembrança, outras tão bem cuidadas que se tornaram quase imperceptíveis, e outras que reabrem de tempos em tempos. Elas fazem parte da minha trajetória, mas não me definem. Constantemente nos acusam de falar das nossas dores, como se estivéssemos presos ao lado “ruim” e “violento” da história. No entanto, nossa luta pela existência é também uma busca pelo amor, e se nossa existência só é possível na

²⁶ Fragmento musical composto por Belchior em “Sujeito de sorte” e utilizado por Emicida em “AmarElo”.

²⁷ Fragmento musical composto por “Nação Zumbi” em “Cicatriz”.

desobediência, o amor também. Daqui, continuo desobedecendo e amando diariamente, mesmo em um mundo que não nos permite existir sem cerceamentos.

Nas palavras de Thula Rafaela, Marcos Queiroz e Wanderson Flor (2022, p. 19) “identificar, criticar e abandonar a descrição colonial que foi feita sobre nós é passo essencial para a mudança das relações concretas e das dimensões subjetivas”. Portanto, anseio fortemente para que este trabalho te faça (re)pensar sobre as estruturas cisnormativas e racistas que, enquanto forem consideradas naturais e normais, serão responsáveis por construir e legitimar o estigma acerca de várias existências. Como Hija de Perra (2014), almejo que as nossas crianças possam crescer em espaços ausentes da heteronormatividade, que ao invés de as prenderem em imposições de gênero e raça, as façam livres, esperançosas e sonhadoras. Peço desculpas desde já se, em alguns momentos, este trabalho soar como um desabafo. Em grande parte, ele realmente é.

Diante dos expostos, estabeleci enquanto objetivo geral da pesquisa:

1. Compreender como a cisgeneridade afeta pessoas cisgêneras e dissidentes de gênero.

E, enquanto objetivos específicos:

1. Investigar como a cisgeneridade e a ciscolonialidade foram introduzidas, naturalizadas e reforçadas nas instituições;
2. Discutir formas pelas quais a cisnormatividade afeta existências binárias e não binárias;
3. Refletir como a imposição de padrões internos da comunidade dissidente de gênero atravessam pessoas não binárias;

Os capítulos estão divididos da seguinte forma:

1) INTRODUÇÃO: Neste capítulo, apresento a maior parte da minha autoetnografia, incluindo diálogos com a minha mãe sobre a minha primeira infância. Ao longo das narrativas, abordo temáticas que considero essenciais para a construção do trabalho. Demonstro também como a imposição da feminilidade ocorreu de forma gradativa, e como, desde criança, eu já sentia que aquele espaço não me pertencia. O capítulo também percorre as trajetórias que vivi desde a minha chegada em João Pessoa até o presente, analisando de que forma essas experiências impactaram meu processo de pensar e produzir este trabalho. Além disso, apresento os objetivos, as metodologias, e as pessoas que contribuíram diretamente para a pesquisa.

2) SE EU QUISER FALAR COM DEUS: Narro a experiência de Rafael, de Miguel e a minha. Todas em ambientes religiosos. Esse foi o capítulo mais difícil de escrever e durante um tempo, permaneci paralisado nele. No geral, o capítulo discorre sobre o panorama de

violência impregnado na Igreja Católica e nas Testemunhas de Jeová, dialogando sobre os processos de permanência, resistência e ruptura.

3) DO ÊXTASE À EXECUÇÃO: CORPOS DEVASSOS E A INQUISIÇÃO COLONIAL: Este capítulo apresenta relatos e reflexões como respostas à violência colonial. Nele, discuto como os portugueses promoveram um verdadeiro genocídio no Brasil. Para além da aniquilação física dos povos originários, a imposição de sua cultura, religião e modos de vida eurocêntricos resultou no extermínio de parte da cultura indígena no país. Até o presente momento, os brancos colonizadores ainda são vistos por muitos como heróis – uma ilusão criada pela narrativa de que trouxeram progresso e civilização ao nosso território. No entanto, o que de fato trouxeram foi a imposição de sua língua, sua “educação” e seu catolicismo, somados à exploração, violação sexual, apropriação e destruição de territórios.

4) “NÃO SE NASCE CISGÊNERO, TORNA-SE CISGÊNERO”: Neste capítulo, abordo como a cisgeneridade e a ciscolonialidade acarretam violências tanto para existências dissidentes quanto para cisgêneras. Compreendendo a lógica da cisgeneridade atrelada aos conceitos como binariedade de gênero e heterossexualidade compulsória – como construções sociais através de discursos e práticas, as pessoas que integram a pesquisa narram a impossibilidade em preencher os pré-requisitos inscritos nas feminilidade(s) e masculinidade(s) hegemônica de forma não-violenta e/ou adoecedora. Aqui, são narradas diversas histórias e consequentemente, desenvolvidos os diálogos a partir de temas como banheiros, menstruação e disforia de gênero.

1.8 Trajetórias metodológicas

O caminho percorrido para elaboração deste trabalho me provocou a perceber alguns fenômenos de formas distintas. Na proposta inicial deste processo investigativo, os objetivos concentravam-se em analisar a construção da Cultura *Ballroom* como um espaço de sobre(vivência), segurança e legitimidade LGBTQIAPN+, ressaltando as trajetórias de pessoas não binárias da cena de João Pessoa, na Paraíba. Outras questões se faziam presentes em minhas inquietações iniciais, como: quais as motivações sociais para a intensificação da violência e discriminação contra pessoas não-binárias? Em quais espaços as pessoas não binárias estão presentes e como essa inclusão se deu ao longo da história?

Dissertar sobre a Cultura *Ballroom* me inquietou devido à conjuntura em que surgiu: pessoas que fugiam aos padrões eurocentrico, cis e heterossexual não podiam partilhar dos mesmos ambientes de lazer com pessoas consideradas “normais”. “Preta, latina e

LGBTQIAPN+”, a Cultura *Ballroom* consolidou-se como um espaço que ofertava segurança, acolhimento e possibilidade de reafirmação dessas existências. Crystal Labeija, *drag queen* negra, foi responsável por fundar a *House of Labeija*, um espaço voltado para LGBTQIAPN+ negras e latinas (Lima e Frizeiro, 2020).

No entanto, o percurso investigativo me provocou e conduziu a trabalhar não a partir da construção de um espaço de (re)existência, mas com a expressão de como a cisgeneridade – posicionada idealmente, e, portanto, inalcançável – exerce influência tanto sobre existências inscritas na norma quanto nas que a excedem. Em 2020, na elaboração do projeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), os meus objetivos estavam centralizados em dialogar sobre a naturalização do padrão binário de gênero e suas consequências para as existências não binárias, sendo a compreensão dos elementos subjetivos que constituíam as existências não-binárias do Vale do São Francisco um dos propósitos da pesquisa. A finalidade consistia em me aproximar das pessoas e realizar as entrevistas de maneira presencial, no entanto, devido ao cenário da pandemia da COVID-19, julgamos a revisão bibliográfica como a opção mais adequada.

Ao adentrar no PPGDH e a partir da oportunidade de trabalhar a temática com o Professor Jailson, as orientações tiveram início em outubro de 2022. Quando afirmo que o caminho até esta produção foi desafiador, muito se deve às orientações que me fizeram questionar sobre o que eu tinha, até então, como certeza. Quando me nomeei como uma pessoa não-cisgênera, automaticamente me coloquei em uma posição de transgênero, no entanto, atualmente, isso me evidencia a dualidade e binarismo cis x trans. Nas orientações, discutimos se essa dualidade não seria uma maneira de categorizar e rotular vivências não-cisgêneras, e se a transgeneridade englobaria – obrigatoriamente – diversas dissidências de gênero, inclusive a não binariedade. Atualmente, considero que a não binariedade não está – necessariamente – inclusa na transgeneridade, e portanto, me enxergo fora desta. Aqui, nomeio alguns dos meus atravessamentos: cearense, pessoa não binária, preta, com formação em psicologia, neurodivergente e estudante de Universidade Pública.

Considerando os propósitos da pesquisa, a abordagem qualitativa me pareceu adequada, uma vez que se ocupa com questões que não são passíveis de contabilização. Sob a ótica de Maria Cecília Minayo (2007, p. 21), “trabalha com universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, isto é, aspectos que integram o tecido social. A pesquisa qualitativa ocorre imprescindivelmente quando há uma relação de envolvimento e implicação entre pesquisador/a/e e integrante da pesquisa, visto que, quem se

propõe a pesquisar determinado fenômeno, necessita compreender o contexto local e quais os diversos significados que o acontecimento pode ter para as pessoas que são afetadas por esse (Medeiros, 2012).

O procedimento metodológico escolhido para a pesquisa, a autoetnografia, foi sugestão do orientador, que ressaltou a importância de que eu, uma pessoa não binária dissertando sobre a não binariedade, pudesse utilizar do espaço e campo de produção do Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH) – escasso de diálogos sobre a temática – para compartilhar histórias, diálogos e demonstrar, por exemplo, como as estruturas de poder impactam as existências dissidentes. Como válvula de escape ou objeto de prazer, a leitura e a escrita sempre me acompanharam, portanto, optei pela autoetnografia, que combina a etnografia²⁸ e a história de vida da pessoa pesquisadora.

Possivelmente a utopia se encontra aqui novamente. Porém, uma das intenções ao escrever este trabalho é incentivar, no PPGDH e em outros programas, não apenas debates, mas o desenvolvimento de ações que detenham o potencial de atenuar a cisheteronormatividade e o racismo – opressões que, lamentavelmente, se manifestam de forma encoberta e explícita, compondo a própria estrutura hierárquica da Universidade. Infelizmente, em sala de aula, é frequente que pessoas com deficiência (PCD), não-cisgêneras, não-heterossexuais, pretas, entre outras, sejam responsabilizadas por abordar determinadas “temáticas”, uma vez que o conceito de Lugar de Fala tem sido deturpado. Nesse contexto, as pessoas são legitimadas e autorizadas a falar com base em suas histórias. Sobre esse conceito, Jota Mombaça discorre (2021, p. 86): “Se o conceito do lugar de fala se converte em uma ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergência de vozes historicamente interrompidas.”

Além de deslocar a discussão da esfera individual para a coletiva, Jota Mombaça (2021) demonstra como as relações de poder, ao longo da história, insistiram em estruturar o lugar de fala. O seu debate não se limita a reconhecer quem pode falar, mas investiga os mecanismos que, no decorrer da história, silenciaram vozes dissidentes. Ao questionar a desigualdade de fala e escuta, bem como os discursos considerados legítimos, Jota Mombaça propõe não apenas a emergência dessas vozes apagadas, mas também a subversão das estruturas que as marginalizam, ampliando a própria ideia do que significa falar e ser ouvido.

²⁸ Nos termos de Mariza Peirano (2014), “a etnografia é a ideia-mãe da antropologia, ou seja, não há antropologia sem pesquisa empírica. A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos – é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação.”

A distinção entre a metodologia autoetnográfica e outras abordagens relacionadas à história de vida, como a autobiografia, é que ela se propõe a compreender como as normas, costumes e crenças irão afetar os comportamentos da pessoa pesquisadora. Apesar das narrativas de quem pesquisa desempenharem um papel central, essas não devem se destacar de maneira excessiva nos resultados, isto é, devem estar unidas às outras informações e referências obtidas durante a investigação (Muñoz, 2014). Como as histórias e os elementos enunciados pela pessoa pesquisadora são reconhecidos como informações principais, me vi, durante o longo processo de elaboração do trabalho, em uma situação completamente nova: desconcertante, engraçada e, por vezes, inspiradora. Percebi, diversas vezes, que o vício e a compulsão por produzir e ser legitimado através de outros escritores eram fatores que dificultavam minha escrita. Percebi, nitidamente, o quanto a ideia de uma mera reprodução e de uma escrita positivista foi profundamente enraizada em mim.

Além disso, encarar e partilhar acontecimentos que se encontravam tão encobertos me impactou de maneiras que eu não poderia prever. No período que iniciei a escrita, acreditava que o professor orientador julgaria o material como ridículo – embora ele nunca tivesse dado indícios de que faria algo assim. Escrevia diversas vezes e de várias formas, mas lia incansavelmente até decidir que nada era bom o suficiente ou pelo menos, apresentável. Foram meses de terapia para assimilar que a cobrança de ser 10 vezes melhor, algo que carrego desde a infância, ainda habita em mim. Pensei em deletar histórias para não lidar com elas – como se, ao não escrevê-las, elas perdessem a sua concretude – e optei por guardar algumas comigo, pois meus medos pareciam sussurrar em meus ouvidos: “as pessoas vão ler a tua escrita, vão te acessar e te desaprovar”. E eu, que aprendi a permanecer em silêncio por longos períodos para não causar incômodos e me esforcei para não ser notado, agora estou aqui, me desnudando camada por camada, enquanto a voz de Conceição Evaristo (2020) ecoa em mim: “Escrever é uma forma de sangrar. E a vida é uma sangria desatada”.

Certa vez, meu orientador disse que eu choraria no dia da defesa, e eu desdenhei. O que ele não sabia – e eu tampouco imaginava – era que esse choro viria antes. Esse choro, em grande parte silencioso, acompanhou boa parte dessa escrita, que, sobretudo, é uma catarse²⁹. Nesses meses, senti angústia, raiva, ódio, vontade de gritar, de sair sem rumo, de deitar em posição fetal, dormir por dias e de escrever sobre qualquer outro assunto. Simultaneamente, senti alegria ao pensar nas pessoas que construíram e sustentaram este trabalho comigo e

²⁹ O termo catarse pode ser utilizado e explicado em diversas áreas. No entanto, neste trabalho, optei por empregá-lo como sinônimo de alívio emocional.

naquelas que embora tenham partido, habitam na memória e estão presentes na minha caminhada – esta dissertação possui fragmentos de cada uma dessas pessoas, e é por isso que ela existe.

Além da Autoetnografia, incorporei à pesquisa a utilização da História de Vida, uma metodologia qualitativa e biográfica na qual a pessoa pesquisadora, através de entrevistas, escuta do relato de outre sobre a sua própria história, e possui como característica principal a relação de confiança mútua construída entre esses dois atores (Nogueira, Barros, Araujo & Pimenta, 2017). O relato não é somente um processo de repetir memórias, pois, ao narrar as suas vivências, a pessoa entrevistada é levada a se reencontrar com elas, o que torna possível novas interpretações, e, à medida que a pessoa narra sobre os seus processos individuais, que estão ligados ao ambiente social, é aberta a possibilidade de acessar aspectos como cultura, conjuntura social, valores pessoais e ideologia (Nogueira et al., 2017).

Há uma dimensão terapêutica e ética intrínseca tanto na escuta comprometida e participativa da pessoa que realiza a pesquisa, quanto nas ressignificações construídas por quem narra as suas experiências (Silva, Barros, Nogueira & Barros, 2007; Nogueira et al., 2017). A inclusão da metodologia de História de Vida também se fundamenta na valorização da descrição dos fatos e na busca de sentido: os fatos se inserem na experiência de vida singular de cada pessoa e nas relações sociais, enquanto o sentido é construído a partir da releitura da narrativa, e, torna-se possível através do encontro entre entrevistado/a/e e pesquisador/a/e.

À medida que a pessoa entrevistada narra a sua história de vida e é mobilizada por ela, também mobiliza quem está no local de pesquisador/a/e, proporcionando-lhe a oportunidade de refletir sobre si mesmo/a/e por meio da fala e da investigação do conteúdo apresentado na narrativa. Esse movimento é possibilitado quando o/a pesquisador/a/e abandona sua (suposta) posição de poder e se coloca horizontalmente na relação com a pessoa que está entrevistando. É na dinâmica entre entrevistador/a/e e entrevistado/a/e que ocorre a construção de sentido, garantindo que a pessoa não seja reduzida a um objeto de pesquisa. Ao compartilhar suas experiências e perspectivas, a pessoa entrevistada torna-se um agente ativo na produção do conhecimento (Nogueira et al., 2017).

Para uma melhor representação, a presente pesquisa é constituída por uma Revisão Bibliográfica, uma Pesquisa de Campo, e pela Análise Narrativa, que permite as reflexões fundamentadas nas entrevistas, expostas nos capítulos. Em relação a revisão bibliográfica, a princípio, a dissertação abordaria unicamente alguns dos impactos que a cisgeneridade ocasiona em existências dissidentes. Porém, em diálogos com amigos, tornou-se perceptível a

importância de refletir sobre os efeitos que a cisnorma também causa em pessoas que não experienciam a dissidência de gênero. Consequentemente, optei por ampliar a revisão bibliográfica, visto que as pesquisas contabilizadas se limitavam àquelas que possuíam implicações com a dissidência de gênero. Nesse sentido, realizei uma busca por trabalhos produzidos entre janeiro de 2020 e agosto de 2024, a fim de compreender e exemplificar as produções contemporâneas neste estudo. Especifico abaixo os critérios utilizados para a execução da pesquisa.

Quadro 01 - Critérios utilizados para a execução da revisão bibliográfica

Bases de dados	SciELO - Biblioteca Eletrônica Científica Online e Periódicos CAPES;
Descritores	Cisgeneridade; Gênero não binário;
Abrangência e metodologia de busca	Produções entre 01/2020 e 08/2024; Idiomas: português e espanhol; Busca por descritores nos títulos, resumo e palavras-chaves;
Critérios de inclusão	Trabalhos completos que discutam acerca das repercussões da cisnormatividade nas vivências cisgêneras e dissidentes de gênero;
Critérios de exclusão	Excluídos os estudos que apresentavam análises sobre obras literárias e cinematográficas, apesar de vinculadas à temática da pesquisa; Excluídos trabalhos que se restringiam à narrar estudos de caso e casos clínicos; Artigos repetidos foram contabilizados uma única vez.

Fonte: elaboração própria (2024)

Diante do levantamento bibliográfico, a partir da análise dos títulos, resumos e palavras-chaves, encontrei 75 artigos: 57 indexados no Periódico CAPES, 8 na SciELO e 10 presentes em ambas as bases de dados; em relação aos descritores, 34 produções fazem referência a “cisgeneridade”, 38 a “gênero não binário” e 2 abordam ambos. Visando uma melhor organização e representação, optei por agrupar as produções com base nas similaridades entre as questões e áreas abordadas por elas. Também apresentei alguns artigos encontrados durante minha pesquisa. Assim, estruturei as temáticas e as resumi na seguinte representação

Quadro 02 - Organização das discussões abordadas nas produções, esquematizadas com base nas áreas e temáticas

Por uma Psicologia desviada:

Nesta categoria, reuni os estudos que discutem a cisgeneridade, estereótipos de gênero e os que tecem críticas ao modo como a ciência psicológica é construída e fundamentada no modelo cisheteronormativo em suas práticas clínicas. Em algumas circunstâncias, a ciência psicológica se restringe a ofertar laudos que comprovam a Disforia de Gênero a fim de aprovar decisões jurídicas e médicas, o que implica uma atuação insuficiente na construção da autonomia da pessoa sobre o seu corpo e subjetividade. Compreendendo que o laudo ainda se mostra como um recurso³⁰ a ser utilizado por pessoas dissidentes, os estudos desse bloco propõem o rompimento do fazer psicológico com o sistema hegemônico - branco, cis e hétero - e o comprometimento com a construção de sentidos que dissolvam a naturalização da cisgeneridade.

1. Infâncias, gêneros e sexualidades: implicações ético-políticas das parentalidades
1. A cisgeneridade em negação: apresentando o conceito de ofensa da nomeação
2. Abordando estereótipos de gênero e cisgeneridade: entre a subversão e resistência nos discursos transfeministas e feministas radicais trans-excludentes
3. Masculinidades cisgêneras e os controles de acesso da comunicação heteroterrorista
4. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro
5. Psicologia cisgênera: notas sobre uma patologização cordial
6. Psicologia e cismatividade
7. (Des)epistemologizar a clínica: o reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero
8. Produzindo Corpos Trans: Cartografia pelo Território Virtual do YouTube em uma Perspectiva Pós-colonial

Arte como denúncia:

Neste contexto, as performances são colocadas como elementos centrais para a elaboração, entendimento e representação de dinâmicas culturais desveladas pelo corpo, como os códigos sociais da cismatividade. Aqui, as performances possibilitam a expressão de subjetividades e processos de resistência, além de possuírem um caráter de denúncia, contestando e tensionando novas maneiras de reconhecimento e direitos para corpos dissidentes.

³⁰ Quando menciono o caráter estratégico da utilização do laudo, desejo enfatizar apenas que ele possibilita a concretização de solicitações de pessoas dissidentes. No entanto, não apresento o laudo como uma ferramenta positiva, mas como um mecanismo que, por meio do poder, utiliza a norma cisgênera para atestar quem não está inscrito nela.

9. Transgeneridades em Performance: desobediências de gênero e anti colonialidades das artes cênicas
10. A Praça é Pública: Corpo estranho, Performance e LGBTfobia no espaço público
11. A performance do Selvagem em Hilda Hilst e Sylvia Plath

Lutas em prol dos direitos sociais:

Integro os estudos relacionados à saúde e aqueles que discutem questões jurídicas por considerar que estão entrelaçados. A partir do momento em que a pessoa se identifica como dissidente, pode encontrar entraves tanto no acesso à saúde básica, como no respeito ao pronome ou nome social, quanto nas questões legais, como a dificuldade que a pessoa não binária enfrenta no processo de reconhecimento jurídico - esses obstáculos denunciam o funcionamento da sociedade ocidental através de uma lente cisnormativa. Nesse sentido, os estudos demonstram a falta de preparo dos profissionais quanto às questões de gênero, o que implica em uma não procura e também na desistência de pessoas dissidentes ao utilizarem serviços de saúde. Muitas vezes, a falta de preparo vem desde a graduação, o que evidencia a urgência de ampliar e atualizar as grades curriculares, para que os profissionais possam atuar de maneira adequada às especificidades de cada pessoa. Entre os artigos, também são expostas as mobilizações para que as ideias de patologização e estigmatização das pessoas trans sejam dissolvidas.

12. Prevalência de Sífilis e coinfeção com HIV na população transgênero acompanhada no ambulatório multidisciplinar de atenção à saúde da população transgênero no centro estadual especializado em diagnóstico, assistência e pesquisa - Bahia (Cedap - BA)
13. A satisfação de mulheres trans trabalhadoras do sexo com a qualidade do suporte social prestado pelos serviços sociais
14. Consumo de drogas entre universitários vulneráveis para infecções sexualmente transmissíveis: Um estudo de abordagem quantitativa
15. Abordagem e orientação de pessoas trans e não binárias nos cuidados de saúde primários: experiência e conhecimento
16. Muros, frestas e atalhos: agenciamentos de pessoas transmasculinas para hormonização no Processo Transexualizador na cidade de São Paulo
17. Frequência e fatores associados à COVID-19 em minorias sexuais e de gênero: potencialidades da atenção primária à saúde
18. Direitos e garantias constitucionais do transexual: direitos sociais, seguridade e previdência social
19. Gênero, binaridade e previdência social
20. Brasil é o que mata
21. LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena
22. Direitos e garantias constitucionais do transexual: direitos sociais, seguridade e previdência social

23. Governamentalidades e depurações hierárquicas dos direitos humanos no Brasil: A educação pública e a população LGBT+.
24. Reconhecimento de la identidad no binaria: un desafío al sistema normativo chileno
25. Desessencializar para Pluralizar

O papel das práticas pedagógicas na (des)construção de gênero:

Aqui, destaca-se a presença de discussões voltadas para gênero e sexualidade no cenário educacional. No entanto, ressalta-se a importância de que esses debates sejam incluídos e desenvolvidos de maneira aprofundada nos diversos processos formativos. Possuindo um caráter construtivo, o espaço educacional tem discutido conceitos como cisgeneridade e branquitude, o que evidencia a desestabilização de pressupostos normativos que moldaram as práticas educacionais. Assim como nas áreas da Saúde e do Direito, é necessário que educadores incluam em seus currículos conhecimentos sobre a diversidade de gênero e sexualidade, a fim de evitar a suposição de que todas as pessoas em sala seguem uma linearidade cisgênera e heterossexual. A partir dos saberes e das experiências, também será possível promover a desbinarização de gênero nas ferramentas educacionais, como nas brincadeiras. Os estudos também demonstram mudanças nas práticas pedagógicas, considerando, por exemplo, a utilização da linguagem não binária como essencial.

26. Educação em sexualidade e gênero na licenciatura em Ciências Biológicas: relatando uma experiência do Programa de Residência Pedagógica
27. Mapeamento de pesquisas em ensino de física sobre gêneros e sexualidades
28. Alunes trans e professores cis: etnografia, diferença e diversidade no escopo da educação popular
29. Percepções e vivências de gênero na formação superior em gastronomia
30. A Branquitude e a Cisgeneridade problematizadas na formação de professoras(es) de Ciências e Biologia: Uma proposta decolonial no estágio supervisionado
31. Contradições e divergências em torno da linguagem não binária
32. Inteligibilidade e hegemonia: Diálogos com o futebol na relação com a cis-hetero-normatividade

Contra-colonizar:

Neste espaço, são apresentadas as conexões entre colonialidade e cisheteronormatividade, e as pesquisas demonstram o funcionamento dessas estruturas enquanto perpetuadoras de desigualdades e exclusões. No entanto, apesar de ser uma resposta à opressão do poder colonial, a decolonialidade é capaz de repetir posturas excludentes se não pautar os seus debates em uma perspectiva crítica acerca da cisgeneridade e da heteronormatividade. Assim, são tensionadas maneiras de reconstruir a história através do paradigma decolonial: em uma delas, deve-se evocar e englobar vivências de pessoas que foram silenciadas e esquecidas por não se encaixarem na cisheteronormatividade. Além dos artigos

contidos nesta categoria, trago, como resposta à colonialidade, a contra-colonização de Nêgo Bispo e o seu pensamento de que a nossa história não se finda, pois somos “começo, meio e começo”, isto é, nós podemos (e devemos) voltar às nossas origens e resgatá-las.

33. Colonialidade cishetero-endossexo: Uma crítica decolonial à decolonialidade
34. Outras encruzadas para a arte pública: elementos das cosmovisões ameríndias e afrodiaspóricas na trama entre outras temporalidades alternativas, comunidades com multiplicidades e diferentes ensinagens
35. Gêneros perdidos: por uma arqueologia transfeminista
36. Releituras feministas do complexo de Édipo: entre o modelo pré-edípico de Whitebook e a subversão edípica de Butler

Representações midiáticas e as (des)construções de gênero:

Mídias e plataformas digitais são ferramentas utilizadas na construção de imagens e representações sociais sobre determinados fenômenos. Nessas pesquisas, são exploradas as formas pelas quais a mídia constrói e representa o gênero, inclusive na infância, demonstrando as imposições para que as crianças se adequem às normas. Algumas redes, como Instagram e Youtube, têm se mostrado promissoras na disseminação de críticas e debates que localizam a experiência cisgênera como legítima. Esses espaços possibilitam o compartilhamento de narrativas que ultrapassam a vivência cisgênera e binária, permitindo que outras pessoas acompanhem esses processos. No campo do jornalismo, este ainda opera na naturalização de cisgeneridade, tratando-a como uma metanarrativa.

37. Quem “inventou” essa criança trans? O Caso de Coy Mathis e a visibilidade da criança trans na mídia brasileira
38. “Por que você não pode ser normal?”: gênero, infâncias e currículos culturais na animação Float (2019)
39. Produzindo Corpos Trans: Cartografia pelo Território Virtual do YouTube em uma Perspectiva Pós-colonial
40. Traducir en la hos(ti)pitalidad: el lenguaje no binario en los productos de ficción actuales
41. Uma reflexão bakhtiniana sobre o fenômeno da não marcação de gênero
42. Subvertendo Gênero: O Lugar da Não-binaridade Numa Análise Discursiva de Conteúdos Midiáticos
43. Meu corpo é meu: aplicativos menstruais e a normalização sócio-técnica do gênero
44. "O que as pessoas acham de não-binários?": Disputas representacionais e comentários de ódios no youtube
45. Estratégias e usos do pronome indefinido todes em tweets
46. A última morte de Lourival: a cisgeneridade como metanarrativa sobre os corpos no jornalismo

Embora esta seja uma produção autoetnográfica, a inclusão do levantamento bibliográfico possibilitou conhecer produções relevantes para a pesquisa e a construção das categorias de análise, revelando-se primordial para a contextualização teórica e metodológica, além de ampliar os diálogos e proporcionar maior profundidade nas reflexões. Portanto, os apontamentos teóricos apresentados na pesquisa oferecem suporte às discussões tecidas ao longo do texto, e não almejam legitimar, explicar ou interpretar qualquer fenômeno. A teoria, nas palavras de Minayo (2007, p. 18), “é um conhecimento, mas não deve ser uma camisa de força.” Não intenciono apenas reproduzir ou evidenciar os saberes e debates que vêm sendo construídos, mas sim utilizar este espaço como uma estratégia para contribuir com os diálogos e ações que visem desestabilizar as normas hegemônicas.

No que diz respeito à pesquisa de campo, a pessoa que propõe o estudo tem a oportunidade de se aproximar ainda mais de suas indagações e motivações, à medida que desenvolve e aprofunda relações com as pessoas e, consequentemente, com o contexto social a ser pesquisado. Há duas maneiras fundamentais e não-exclusivas para conduzir o trabalho de campo: por meio da observação, que possibilita a percepção dos não-ditos e das entrevistas, que contam com a presença de discursos (Minayo, 2007).

Nas palavras de Brandão (2007, p. 03), “o trabalho de campo é uma vivência, ou seja, mais do que um puro ato científico (...), é um estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento”. Os materiais de um trabalho de campo são construídos a partir das interações estabelecidas e dos diálogos tecidos entre elas, portanto, não há espaço para neutralidade. Além disso, a pesquisa de campo deve ser planejada com base em fundamentos teóricos; entretanto, estes não devem ser vistos como verdades absolutas e não devem se sobrepor às descobertas obtidas no campo. A pessoa pesquisadora não deve buscar conclusões imediatas e precisa estar aberta e preparada para rever seus fundamentos conceituais, caso haja necessidade (Minayo, 2007).

Acerca da inserção no campo, as reflexões anteriores se tornaram possíveis a partir de determinadas vivências. Ao mudar para João Pessoa, morei temporariamente em um apartamento com duas pessoas não binárias que, assim como eu, estavam inseridas em ambientes predominantemente compostos por pessoas cisgêneras. O estranhamento e a negação da binariedade de gênero nos aproximaram rapidamente, e, em nossos diálogos, podíamos compartilhar vivências sem a necessidade de explicá-las ou justificar os motivos de nos sentirmos de determinada maneira. Conversávamos sobre as nossas infâncias, as “descobertas” enquanto pessoas dissidentes e como nos sentíamos naquele momento específico, e, embora

tivéssemos várias semelhanças, nossas experiências eram individuais e únicas. Essas relações construíram e fortaleceram um senso de pertencimento e coletividade, pois, naquele período, éramos três e buscávamos constantemente uns aos outros, sabendo que aquele era um espaço seguro, no qual, encontrávamos apoio mútuo. No entanto, essas e as outras pessoas que moravam no apartamento eram brancas e naquele momento, percebi que a minha cor chegava antes do meu (não)gênero e que algumas situações, por mais óbvias que fossem para mim, eram completamente distantes daquelas pessoas. Apesar disso, uma dessas pessoas tinha uma maior consciência racial e de classe, e por isso, nos tornamos mais próximos. Nossa rotina, por um bom tempo, foi dedicada aos livros, à Praça da Paz, a assistir Pantanal – o nosso compromisso diário – e a inventar pratos veganos.

Após um tempo morando apenas com pessoas brancas em João Pessoa, passei um curto período dividindo apartamento com duas pessoas pretas, sendo uma pessoa não binária e a outra, uma travesti não binária. Foi um período incerto, pois nós três estávamos atravessando momentos turbulentos. Mas isso não nos impediu de alimentar nossa relação, que parecia existir antes mesmo daquele encontro. Cresci em uma casa com pessoas brancas e, quase todas as pessoas com quem morei ao longo da vida também eram brancas, com exceção de Carol, uma amiga da graduação. Por isso, acordar todos os dias e olhar para aquelas pessoas tomando café, conversavam e gargalhavam – me reconhecer nelas – trouxe beleza e felicidade para a minha vida. Desde então, quando pensamentos ruins sobre o meu corpo, cabelo ou aparência surgem, lembro dessas pessoas que se parecem comigo e dos cuidados que construímos.

Rememorando tais acontecimentos, estabeleci como critério para a participação na pesquisa: conhecer previamente a pessoa, partindo da hipótese de que essa relação pré-existente proporcionaria maior confiabilidade e interação, e, com isso, as pessoas se sentiriam mais confortáveis para compartilhar suas vivências. Essa suposição também foi pensada a partir da percepção de que falar sobre si é algo íntimo e que, por vezes, sensibiliza tanto quem narra quanto quem escuta. Além de que, nós, pessoas dissidentes, habitualmente somos colocadas como objeto de estudo na Universidade, portanto, eu não me sentiria confortável em dialogar aspectos tão subjetivos sobre a vida de uma pessoa sem conhecê-la, e, pela mesma questão, acredito que o convite para participar da pesquisa poderia resultar em um incômodo. Como critérios de exclusão, utilizei: **1)** pessoas menores de dezoito anos e **2)** pessoas com quem eu não havia interagido de forma alguma antes. Assim, a partir do meu círculo de relacionamentos, construídos na Paraíba, Bahia, Pernambuco e Sergipe, comecei a pensar em possíveis participantes. A pesquisa foi aprovada através do parecer de número 7.027.986 (anexo II) em

23 de agosto de 2024.

Construí uma lista de possíveis participantes, e ao entrar em contato com essas pessoas, dialoguei sobre as proposições e os objetivos do estudo. Após a confirmação de participação, desenvolvemos estratégias para realizar os diálogos propostos, e sugeri que houvesse um momento de interação anterior à entrevista, especialmente para as pessoas com quem eu havia tido pouco contato. Não havia nada planejado e nós nos dedicamos a dialogar sobre coisas do cotidiano. Foi notório que esses momentos possibilitaram uma maior abertura e fluidez, pois, mesmo que já houvesse algum nível de relação entre a pessoa e eu, não havíamos estado na configuração pesquisador/a/e e entrevistado/a/e.

A decisão pela entrevista como instrumento ocorreu porque ela possibilita a obtenção de “dados subjetivos” (Minayo, 2007, p. 65), isto é, informações sobre a percepção e compreensão de mundo da pessoa entrevistada, que só podem ser alcançadas por meio de diálogos. Aqui, minha intenção não era realizar uma entrevista no formato “bate e volta”, e sim criar e partilhar um espaço no qual pudéssemos narrar experiências e construir sentidos. Elaborando acerca disso, optei pela entrevista semi-estruturada, que torna possível a flexibilização e fluidez do roteiro a ser utilizado, considerando perguntas já elaboradas e outras que surgem durante a conversa (Minayo, 2007).

Entre os benefícios da entrevista semiestruturada, têm-se a flexibilidade quanto ao tempo de realização e o seu caráter dinâmico que proporciona uma interação mais intimista entre as duas partes, e, com isso, possibilita que a pessoa que está entrevistando acesse informações mais sensíveis e profundas. Diante da interação estabelecida e da consequente fluidez, os diálogos podem ocorrer de forma autêntica, apresentando respostas inesperadas e não imediatas (Boni e Quaresma, 2005). Devido à possibilidade de incluir outras perguntas e direcionar o diálogo para algum aspecto mencionado, a modalidade me proporcionou maior autonomia.

Para a elaboração das entrevistas, realizei contato com algumas pessoas também dissidentes de gênero e as questioneei sobre o que elas gostariam de compartilhar sobre si – nesse momento, as entrevistas ainda seriam realizadas apenas com pessoas não binárias. Também contatei o orientador da pesquisa e a professora Luziana Ramalho, que é docente do PPGDH e referência nos estudos de gênero. No processo de elaboração, incluímos perguntas que abrangem desde a infância, objetivando compreender de que forma os elementos e acontecimentos dessa época se fazem presentes nas narrativas atuais. Assim, organizei duas entrevistas semi estruturadas (Apêndice A e B), a partir de eixos temáticos e sequenciais, cada

uma contendo doze perguntas. A primeira é destinada a pessoas não binárias, enquanto a segunda é voltada para pessoas cisgêneras.

Com as entrevistas estruturadas, uma das dúvidas que surgiram foi em relação ao número de pessoas que eu deveria entrevistar. Em seu estudo, Duarte (2002) explica que o total de participantes raramente pode ser definido de forma prévia, sendo fundamental organizar constantemente os relatos obtidos ao longo das entrevistas, a fim de identificar, por exemplo, questões relacionadas à investigação, além de narrativas que se assemelham e se distanciam. Me direcionando através do estudo de Duarte (2002), conduzi quatro entrevistas com pessoas não binárias e seis com pessoas cisgêneras. Ressalto que o meu objetivo, ao entrevistar tanto pessoas dissidentes de gênero quanto pessoas cisgêneras, não foi realizar um comparativo entre as vivências e experiências, mas discutir como a cisnormatividade afeta não apenas as pessoas que não se reconhecem nesse sistema, mas também impõe expectativas e molda a existência da pessoa cisgênera.

Para a realização das entrevistas, o local e o dia foram combinados de forma conjunta, visando evitar interferências externas e consequentes desconfortos. Inicialmente, disponibilizei e dialoguei sobre os tópicos incluídos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): enfatizei a confidencialidade das histórias narradas e a preservação da identidade, além de mencionar que a pesquisa não causaria danos à integridade física e/ou mental, mas que poderiam ocasionar riscos mínimos, como desconforto emocional ao discorrer sobre questões sensíveis.

Além disso, informei sobre a não obrigatoriedade de resposta e acerca da possibilidade de interromper a entrevista a qualquer momento, caso houvesse desejo. Apresentei como benefícios da pesquisa a possibilidade de gerar questionamentos e tensionamentos sociais em relação à cisgeneridade como única forma legítima e válida de existência, além de promover e disseminar diálogos que valorizem as vivências que excedem a essa norma.

Dito isto, para dar início às entrevistas, expliquei que estas tinham como objetivo explorar aspectos relacionados à infância, adolescência e fase adulta, tanto de pessoas não-binárias quanto de pessoas cisgêneras. Algumas gravações foram realizadas presencialmente com a câmera do meu telefone celular, e, para as que foram gravadas de maneira remota, utilizei a ferramenta do *Windows* e o *Google Meet*. Considerando que a utilização da câmera poderia inibir comportamentos e relatos, optei por questioná-las sobre a utilização tanto presencialmente quanto de forma remota.

Durante os momentos em que estive entrevistando, especialmente no início, minha

maior preocupação era causar algum desconforto ou alguma sensação semelhante. Inicialmente, essa insegurança era ampliada à medida que eu escutava os relatos e notava que as pessoas compartilhavam aspectos íntimos de suas histórias comigo. Ao escrever isso, percebo que a situação parece contraditória. Na terceira entrevista, esse receio foi diminuindo e passei a me sentir mais preparado para guiar os diálogos de maneira mais fluida. Esse momento foi fundamental na continuidade da pesquisa e por isso, irei me ater a falar dele.

Em uma tarde, saí de casa em direção à UFPB. Ao chegar na Praça da Alegria, Guendolina já se encontrava no local. Senti a tensão nos meus ombros e pensava, de maneira quase automática, que não conseguiria ter um bom desempenho naquela entrevista. Eu havia encontrado Guendolina duas vezes: a primeira, em vinte e cinco de março, em um grupo de discussões do Seminário Internacional de Direitos Humanos, no qual éramos as únicas pessoas não binárias presentes na sala; e, na segunda vez que a vi, alguns meses depois, estávamos em uma roda de conversa promovida pelo DCE, nomeada “Psicologia Parahybana e articulações sobre a não binariedade”. Ao final do evento, decidi me aproximar e perguntar sobre o Coletivo Não Binário. Ela me convidou para integrar o grupo do WhatsApp e contou que recordava da apresentação que eu havia feito no grupo de discussões. Conversamos um pouco e fui embora. Entrei no grupo e, quando idealizei a presente pesquisa, ela foi uma das primeiras pessoas que pensei em convidar.

A entrevista ocorreu de maneira fluida, me senti confortável e à vontade, e Guendolina aparentava estar se sentindo de forma semelhante. Após os diálogos baseados nas questões propostas, ela compartilhou como estava se sentindo, as suas impressões e confirmou as minhas percepções sobre o processo. Além disso, contou que o modo como conduzi o momento a fez refletir sobre alguns aspectos de sua pesquisa de mestrado e da atual pesquisa de doutorado. A devolutiva de Guendolina contribuiu para que eu percebesse que estava conseguindo guiar os diálogos da maneira desejada. Isso me impulsionou a refletir de maneira mais profunda sobre os encontros e acerca da construção da minha própria pesquisa, a partir de uma ótica que me trouxe mais sentido e segurança. Posso afirmar que as considerações de Guendolina, somadas às outras experiências e devolutivas que tive no campo, me auxiliaram e estimularam em um processo de me perceber como uma pessoa apta para realizar esta pesquisa.

1.9 Integrantes da pesquisa

Inicialmente, questioneei se o uso de nomes fictícios poderia representar uma forma de apagamento, especialmente em relação às pessoas dissidentes que participaram da pesquisa. Em

diálogos com as pessoas participantes, estas expressaram que não haveria problema em utilizar seus nomes verdadeiros. No entanto, após discussões com o orientador, foi decidido que o anonimato seria a opção mais cautelosa. Portanto, os nomes utilizados são fictícios e foram escolhidos pelas pessoas participantes.

Considerando o caráter qualitativo da pesquisa, solicitei que as pessoas participantes escrevessem uma minibiografia. Reconhecendo que às vezes é desafiador falar ou escrever sobre si, dialoguei com cada integrante e expliquei que esse espaço estaria aberto e poderia ser utilizado para tratar de qualquer assunto. Além disso, mencionei que a minibiografia poderia ser escrita ou gravada, compreendendo que algumas pessoas possuem maior fluidez e conforto ao escrever, enquanto outras se expressam melhor verbalmente.

Olívia (ela):

Me chamo Olívia, sou paraibana, formada em Psicologia pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, mas atualmente estou migrando para a programação. Quando não estou estudando, costumo passar meu tempo assistindo filmes, principalmente se forem de terror, lendo, e escutando músicas e podcasts. Tenho dois gatinhos (eram três, mas um nos deixou recentemente), que são minha família e meu aconchego diário.

Otto (ele):

Eu sou Otto, de 27 anos. Sou formado em Direito pela UFPB, nascido em Pernambuco, mas moro na Paraíba há cerca de 8 anos, quando me mudei para iniciar minha graduação. Atualmente trabalho como advogado e venho desenvolvendo uma pesquisa de mestrado na mesma instituição na qual me graduei, na área de Direitos Humanos. Tenho uma dificuldade imensa de me descrever, assim como de escrever, em si, sobre mim (não me parecem sinônimos). Não sei ao certo o motivo dessa dificuldade alegada, mas acredito que muito disso vem das próprias questões ligadas a como me sinto uma pessoa sempre “diferente” do que eu já fui, do que estou sendo etc. Não me acho especial ao ponto de dizer que essa “diferença” seja algo muito além do que (me parece), a maioria das pessoas já sente, aquela mudança que vem vindo com o tempo e as experiências, mas (também me parece), que a minha dificuldade em entender o que resta de “meu”, através do tempo, às vezes pode ser maior do que a dificuldade que muitas pessoas relatam, o apenas contaria negativamente (eu acho?).

Tudo que escrevi até aqui vem para relatar que essa descrição já nasce um pouco datada, tendo em vista que eu talvez não me identifique com esse “eu” que escreve no momento em

que ela for lida. Indo direto aos pontos mais básicos: sou um homem branco; classe média; vindo de um interior de um Estado já meio pequeno; tenho uma irmã e dois sobrinhos; sou o filho mais novo de pais que se separaram no decorrer da minha infância; tenho um padrasto (que muitas vezes fez as vezes do “pai”) e uma madrasta; tenho muitas memórias da infância, mas, também, muitas lacunas; tenho vários tios e tias, dos quais sou mais próximo do lado materno; tenho duas avós vivas, um avô que morreu antes do meu nascimento e um avô que considero pelos pactos sociais não escritos. Sou uma pessoa um tantinho dramática; nenhuma crítica existente a qualquer coisa que eu faça pode ser pior que as que eu mesmo faço (nesse aspecto, venho tentando ser mais gentil, com algum sucesso, bem lento); sou um tanto neurodivergente, descobri depois de adulto que sou acometido pelo famigerado TDAH e, nesse caso, grande parte das minhas dúvidas sobre talvez ser uma pessoa meio “quebrada” foram explicadas (tipo não me achar normal, não conseguir estudar, fazer minhas atividades igual as pessoas “normais” etc.).

Preferi cachorros a minha vida toda, sempre falei mal de gatos e, não surpreendentemente, hoje tenho um gato, que considero anormalmente bonito. Me considero uma pessoa tranquila, apesar dos pesares, acho que sempre fui de esquerda, pelo menos desde que me entendo por gente a passei a “entender” as coisas sob um viés, em algum nível, crítico. Gosto de pensar sobre as coisas, gosto de tentar chegar a explicações que não tenho na minha cabeça acerca de assuntos difíceis (?), mas não gosto tanto de partilhar esses pensamentos com as pessoas; eu sou, desde que me conheço (e talvez essa seja uma das coisas que melhor resiste ao tempo), uma pessoa que gosta de contato, mas que também gosta muito de estar só na minha cabeça, as vezes sozinho em si. Penso sobre quase tudo que me chega, dedico um tempo mesmo para isso. Penso muito nas coisas passadas, nos meus erros e no que acredito que acertei. Como é possível de se imaginar, pela leitura até aqui, tenho dificuldade de deixar as coisas passarem. Sou uma pessoa nostálgica, que sente falta das sensações que já senti e das coisas que já vi. Talvez, o que escrevi seja uma grande bagunça, mas é a bagunça que inevitavelmente vai acontecer quando eu tento falar sobre mim.

PS: gosto de música, gosto de rock, de MPB, de samba, de rap, de pagode, de POP, de tudo que (das duas, uma) me anima ou serve de trilha sonora para a situação que tá acontecendo, em concomitância, na minha realidade e na minha cabeça.

Bento (ele):

Sou Bento, baiano, formado em Psicologia, mas atualmente trabalho como

programador. Gosto de dançar, aprender coisas novas, ler, fazer novas amizades, viajar. Fui criado em ambientes muito conservadores, como escolas e famílias evangélicas, o que me levou a reproduzir diversos preconceitos de forma irrestrita. Felizmente, minha graduação, junto com a convivência e troca com outras pessoas, me ajudou e ajuda a questionar e desconstruir esses padrões. Identifico-me como homem, mas, ainda assim, me interesso e busco questionar normatividades, inclusive as relacionadas ao gênero. Por ter vivenciado diferentes ambientes, tanto normativos quanto não normativos, uma parte significativa da minha vida – e que ainda persiste – tem sido marcada pelo enfrentamento das angústias geradas por minhas performances não normativas e questionadoras, que frequentemente fazem com que eu seja visto como alguém estranho ou diferente.

Miguel (ele):

Pai, Professor Universitário, irremediavelmente desajustado com o mundo.

Ariel (ela):

Meu nome é Ariel, tenho 25 anos. Estudei Biotecnologia e, hoje, faço mestrado em Direitos Humanos. Minha carreira é como minha personalidade: multifacetada. Busco diferentes elementos para comunicar minha verdade por meio do conhecimento científico, da arte e da vida. Portanto, não acredito em ciência impessoal, paredes brancas ou verdades absolutas. Minha sexualidade e o meu gênero definitivamente não são as coisas mais interessantes sobre mim. Contudo, o mundo insiste em me interpelar sobre os rótulos de mulher e lésbica. Assim, os repito, pois não são rótulos que me envergonham, mas eles certamente apagam minha personalidade multifacetada.

Rafael (ele):

Meu nome é Rafael, tenho 23 anos e sou formado em Sistemas de Informação pela Universidade Federal de Sergipe. Eu acho que a vida é um amontoado de vivências que vão nos moldando e nos fazendo entender e apreciar o mundo com base no que aprendemos desse processo. Sou uma pessoa que ama jogos de videogame, eles sempre me fizeram companhia e proporcionaram entretenimento nos momentos em que mais me sentia o oposto disso. Gosto muito também de futebol, a paixão e ligação pelo esporte e pelos times que criei ao longo do tempo, apesar de ter seus momentos ruins, me ensinam muito sobre lealdade, me fazem sentir parte de algo, de um grupo maior, e é algo que mexe bastante com meus sentimentos. Sou uma

pessoa que gosta muito de música também, ao mesmo tempo que aprecio bastante o silêncio no dia a dia, acho que em certa dose, ambos ajudam a acalmar todo o barulho e correria da nossa mente e do cotidiano. Além disso, sou uma pessoa que gosta muito de estar com amigos, conhecer pessoas novas, sair um pouco da bolha e do convívio da tecnologia que já me cerca durante todos os dias.

Guendolina (ela):

Eu me chamo Guendolina, tenho 31 anos. Passei um bom tempo estudando na UFPB, onde cursei Psicologia, fiz mestrado em Psicologia Social e, depois, fui para a Sociologia fazer o doutorado e me especializei em gênero e diversidade na escola – tudo isso pela UFPB. Agora, dou aula de Psicologia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Acredito que essa trajetória se dá em virtude à minha relação progressiva com o ato de pensar e refletir sobre a vida. Lentamente, fui percebendo que gostava de saber e entender como o mundo funciona, como as coisas se dão. Comecei a ter o que posso chamar de sede de conhecimento, algo que para mim tem uma relação muito íntima, pois foi me construindo enquanto pessoa – muito mais do que simplesmente coletar informações sobre o mundo. Fui construindo uma forma de enxergar as coisas e a mim mesma.

Sou uma pessoa não binária e, para me ver como tal, tive que trilhar um longo processo de reflexão, porque no início, eu me via como uma criminosa, como alguém que estava fazendo algo errado. Porém, aos poucos e no meu próprio ritmo – graças também a esse processo formativo –, fui compreendendo que não sou uma pessoa problema. Eu não tenho uma questão que precisa ser resolvida; o problema é a sociedade. Entender a sociedade me fez perceber que algo parecia errado, a partir da minha perspectiva.

Assim, comecei a refletir sobre a minha vida e minhas relações, me perguntando: “como estou lidando com as pessoas?”. Isso é algo muito precioso para mim e se entrelaça profundamente com a minha trajetória. Sinto que se eu não tivesse mais isso, não sei, perderia o sentido. Gosto de muitas cores: preto, branco e rosa, principalmente. Também gosto de jogos eletrônicos, que trilharam um caminho longo na minha história. Através deles, também comecei a refletir, pois jogos são produções humanas, e muitas vezes são vistos apenas como brincadeiras. Mas, por meio deles, consegui pensar em muitas coisas na minha vida, e isso foi – e ainda é – muito importante, pois ocasionalmente jogo. Gosto muito de João Pessoa, a cidade em que nasci, e, embora agora esteja morando em Campina Grande, ainda tenho um apego muito forte pela minha cidade, que, apesar de conservadora, ocupa um lugar especial no meu

coração.

Sou uma amante da Filosofia e gosto muito de Sociologia, então a Psicologia ficaria talvez em terceiro lugar. Na prática, migrei para a Sociologia, mas hoje dou aula de Psicologia. Preciso admitir que, apesar de gostar muito de uma leitura foucaultiana da realidade, tenho uma veia marxista muito forte. As pessoas tendem a achar que Foucault e Marx não podem dialogar, mas eu quero é que se lasque, pois acredito que há, sim, diálogo. Sinto que preciso me posicionar cada vez mais como marxista, porque quanto mais reflito sobre a sociedade e como ela funciona, mais percebo seus problemas e penso nos caminhos para superá-los, como diria Marx.

Tenho o pensamento marxista como essencial para pensar a sociedade. Algumas pessoas usam essa teoria para secundarizar determinadas lutas, como as de gênero, afirmando que pessoas não binárias, ou qualquer outro grupo que não seja a classe trabalhadora, querem apenas protagonismo e esfacelar a verdadeira luta. Porém, na minha perspectiva, temos que considerar tudo isso, sublinhado pela luta de classes contra a exploração do capitalismo e a gestão das identidades e identitarismos - a transformação da identidade em uma estratégia, um produto a ser consumido na sociedade. Acredito que o marxismo é importante, e por isso me coloco como uma pessoa marxista, que vê o capitalismo como fonte de muitos problemas que precisam ser superados. Acredito que essas ideias podem me definir um pouco, mas não existe uma definição rígida. Nós somos movimento.

Aurora (ele):

Sou Aurora e tenho 24 anos. Nasci no Rio de Janeiro e fui criado em Natal. Sou Técnico em Multimídia pelo IFRN e estudo Cinema e Audiovisual na UFPB. Também atuo como figurinista, diretor, diretor de arte e montador. Os meus interesses são voltados aos estudos feministas e à teoria Queer; as minhas produções geralmente envolvem questões de gênero e montagens frenéticas. Sou apaixonado por filmes de montagem e os meus vídeos ensaios se debruçam sob o meu próprio material de arquivo.

Omar (elu):

Me chamo Omar, sou psicóloga clinique, ator-performer e escritor (e), bicha não binária, nordestine, pessoa com deficiência. Sou mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pós-graduando em Psicanálise e Relações de Gênero: Ética, Clínica e Política pelo Instituto de Pesquisa em Psicanálise e Relações de Gênero.

Luan (ele):

Meu nome é Luan, sou não binário, transmasculino, preto, graduando em Serviço Social e atualmente trabalho em uma escola. Faço parte da Ballroom e me interesso muito por temas de antirracismo. Gosto muito de crianças e dos meus sobrinhos.

1.10 Metodologia de Análise dos Diálogos

A escolha pela Análise Narrativa se deu porque o método investigativo excede o pensamento de que os relatos possuem um caráter individual. Nesse método qualitativo, por meio da coleta e interpretação de narrativas, é possível compreender como se deu a construção da própria história, quais as experiências, interações e dinâmicas sociais envolvidas e como as subjetividades têm sido moldadas. A Análise Narrativa possibilita explorar as temáticas que surgiram ao longo das entrevistas – no caso deste trabalho – e como elas se relacionam entre si e com o contexto social. (Bastos e Biar, 2015).

Em relação à aplicabilidade da metodologia nesta pesquisa, a utilizo para interpretar como as histórias que foram compartilhadas comigo estão conectadas às estruturas sociais mais amplas. Para isso, faço uso da análise narrativa sob a perspectiva da análise crítica e interseccional, a fim de compreender como impactos históricos – que por vezes, se mostram sob novas roupagens – afetam tanto corpos dissidentes quanto corpos cisgêneros. Alguns marcadores sociais são investigados – e desvelados durante os diálogos –, tais como: raça, exclusão, normatização e resistência. Utilizando essa perspectiva, proponho uma reflexão sobre como a construção histórica do conceito de raça e das normas de gênero e sexualidade impacta, de alguma maneira, todas as vivências.

2. “SE EU QUISER FALAR COM DEUS”³¹

2.1 Prestes a ser nomeado coroinha, optou por se tornar ateu.

São 13h30 e estou sentado de frente para Miguel, que gira timidamente sua cadeira de um lado para o outro. Entre nós, há uma mesa. Em outro contexto, o posicionamento dos nossos corpos poderia conferir à entrevista um caráter mais rígido ou formal, no entanto, ao chegar à sala combinada, me posiciono de maneira automática, pois estamos habituados a essa dinâmica. No início da entrevista, Miguel demonstra estar inquieto e me conta que estava se sentindo *um pouco perdido*, pois precisou ir a uma consulta médica e saiu do seu cronograma. Preocupada, dialoguei com Miguel, que prontamente se mostrou disposto a dar continuidade à entrevista naquele dia.

Dentre os aspectos marcantes da sua infância, Miguel fala sobre a sua inserção na igreja católica e como essa experiência foi capaz de moldar sua existência por um bom período. Nascido em uma família tipicamente católica e “*quadradona*”, Miguel, aos quatro anos, ia todos os sábados com suas duas irmãs mais velhas para as aulas de catecismo, em uma escola associada à igreja, que ficava no final da rua onde moravam. Ele relata a “*sensação de culpa absurda*” que sentiu ao falar um palavrão pela primeira vez enquanto jogava futebol: “*aquilo ali para mim foi a morte, de tão forte que era essa questão cristã*”.

A experiência de crescer envolto na lógica cristã trouxe a Miguel um conjunto de regras e comportamentos responsáveis por atenuar e até mesmo deteriorar a sua autonomia, fazendo com que ele se sentisse muito “*podado*”-- nos diálogos, é perceptível que desde a sua infância, o seu corpo, subjetividade e consequentemente, a sua história já estava traçada com base em um viés religioso. Foi na adolescência, por volta dos seus quinze anos, que ele tomou uma atitude após questionar - a escassez - de sentido em estar imerso naquela lógica, e ao invés de assumir uma posição que antes era tão almejada por Miguel, que, prestes a ser nomeado coroinha, optou por se tornar ateu.

Para alguns, a mudança de perspectiva de Miguel parecia incompreensível e havia ocorrido de maneira súbita. Para outros, significava apenas rebeldia típica da adolescência. A

³¹ Escolhi a música “Se Eu Quiser Falar com Deus”, composta por Gilberto Gil em 1980, como título, pois ao meu ver, ela apresenta uma forte ambiguidade e flutua entre a crítica e a busca pela experiência religiosa. Nas três primeiras estrofes, Gil descreve o que enxergo como um ritual, no qual ele se prepara – na intenção de ficar o mais vulnerável possível – a fim de conversar com Deus: “tenho que ficar a sós; tenho que folgar os nós, dos sapatos, da gravata, dos desejos, dos receios; ter a alma e o corpo nus.” No restante das estrofes, me parece que Gil aponta uma postura diferente: “tenho que aceitar a dor, tenho que comer o pão que o diabo amassou; tenho que virar um cão, tenho que lamber o chão; tenho que me ver tristonho, tenho que me achar medonho; tenho que subir aos céus sem cordas pra segurar.” Para conseguir falar com Deus, nesse ponto, parece haver a necessidade de experienciar várias situações opressivas, humilhantes e que soam como sacrifícios.

adolescência, frequentemente caracterizada como um período de conflitos internos e externos, é um momento marcado pela busca por identidade, compreensão de si mesmo, identificação e pertencimento grupal. Nesse caminho, que não é linear, é comum que haja questionamentos acerca das regras, valores e ensinamentos que foram internalizados e naturalizados. Não foi por acaso que, nesse período da sua vida, Miguel começou a externalizar suas indagações, descontentamentos e conseqüentemente, optou pela ruptura com a crença cristã. Assim, ele pôde vislumbrar outras possibilidades de existência, inclusive, de construir suas próprias formas de estar no mundo.

Para Miguel, perceber o que a igreja lhe causava - fazendo com que ele se tornasse algo que não desejava - e a falta de sentido em relação à fé cristã o levaram a sair de uma configuração da qual havia sido completamente envolto. Miguel compartilhou ter feito a primeira comunhão aos dez anos e que, após esse processo, deveria fazer a perseverança e depois a crisma. O seu relato nos mostra que dentro da igreja católica, há um caminho e ritos de passagem a serem seguidos. Essas etapas, sempre sucedidas por outras, demonstram, na minha perspectiva, uma rotina pesada para uma criança. Miguel conta que “*para não ficar sem fazer nada*”, todos os sábados se dirigia à igreja da Torre, ia para a perseverança e por fim, assistia à missa das crianças às 17h.

Miguel descreve com entusiasmo que participar das atividades da igreja lhe proporcionava uma “*sensação de poder, reconhecimento e pertencimento*” e que, para ele, era importante fazer parte das arrecadações das missas; no entanto, “*o ápice era o negócio da hóstia*”. O entusiasmo e os sentimentos positivos gerados pela atuação de Miguel coexistiam com uma inquietação e incômodo quanto à estrutura rígida da missa, onde não havia espaço para dúvidas ou questionamentos: “*o padre ia dar sermão lá, ele falava e ninguém podia ter dúvida, ter direito a ter dúvida, porque ele falava; ninguém perguntava: ih porra, o que é isso aí que tu tá falando?*”. Penso no que aconteceria se as pessoas que frequentam a igreja comessem a cobrar um espaço para expor suas dúvidas, caso tivessem direito a questionar algo sobre a instituição ou sobre suas regras.

Em seus relatos, Miguel torna perceptível como a igreja foi colocada, através da sua família, como o cerne da sua existência desde sua primeira infância. É como se a inserção na instituição fizesse parte de um projeto maior que visa agrupar o máximo de pessoas, impor regras e ditar como elas devem se comportar e existir, sendo a aceitação passiva a postura esperada dos fiéis da igreja católica. Assim, desestabilizar essa composição hierárquica, na qual alguém que está no altar – no caso da missa – se encontra em um nível bem acima do restante,

que está nas cadeiras, é um compromisso que Miguel leva para sua vida, seja no trabalho ou na sua vida particular.

Em janeiro de 2025, o bispo Wagner Alves, da Igreja Universal do Reino de Deus do Rio Grande do Norte, viralizou ao fazer um discurso sobre a “marca da besta”. Para ele, essa marca será aplicada de acordo com o grau de escolaridade da pessoa. No vídeo, o líder da Igreja inicia mencionando o Anticristo e, em seguida, afirma que as pessoas que não possuem graduação, serão marcadas na mão direita, enquanto quem possui ensino superior, receberá a marca na testa. Ele ainda enfatiza que não haverá possibilidade de escolha do local e que haverá registros sobre quem fez Universidade (Heleno Farias, 2025).

As indagações – praticamente retóricas – que manifesto são: o que aconteceria se uma pessoa como Miguel, que sentia desconforto por não ter espaço para expor os seus questionamentos, se sentisse incomodada com o discurso do bispo e o questionasse? É muito provável que tanto o líder quanto as outras pessoas presentes interpretassem esse questionamento como um ato de desrespeito ou uma demonstração de falta de fé. Além disso, por que é tão conveniente para a Igreja propagar discursos – sempre em tom de intimidação e ameaça – que desencorajam a busca pelo ensino superior?

Ao assistir o vídeo, recordei da educação libertadora³² de Paulo Freire. Por isso, penso que a Igreja intenciona traçar um caminho contrário à liberdade, pois, ao colocar a educação como uma ameaça, impede que as pessoas decidam por si e desenvolvam melhor o seu pensamento crítico. Quanto menos exercício crítico, maior a probabilidade de êxito das manipulações desses líderes religiosos. Considerando a instabilidade do mercado de trabalho, no qual um diploma não garante estabilidade, mas colabora para o desenvolvimento profissional, a Igreja não se posiciona como uma instituição que influencia a procura de melhores condições de vida, mas como uma que perpetua o ciclo de vulnerabilidade e submissão.

³² Para Teresa Nunes (2017), a educação libertadora é: “uma educação como prática da liberdade, fundamentada na teoria da ação dialógica, que substitui o autoritarismo presente na escola tradicional pelo diálogo democrático nos diferentes espaços de vivências e de aprendizagens. A educação libertadora tem, fundamentalmente, como objetivo desenvolver a consciência crítica capaz de perceber os fios que tecem a realidade social e superar a ideologia da opressão.”

2.2 “A igreja te acolhe e te cura.”

Na casa em que cresci, visitas à igreja não eram habituais e pouco se falava sobre questões religiosas. Em família, íamos à igreja somente para as celebrações das missas de sétimo e trigésimo dias de morte de alguém importante. Acredito que por conta da tradição geracional, a minha avó me inscreveu no catecismo quando eu tinha entre sete e oito anos. As aulas aconteciam aos sábados, em uma escola perto da minha casa, e, nos encontros, as professoras se dedicavam a ler a Bíblia e nos perguntar qual a moral e a lição das histórias. Eu respondia apenas quando a pergunta me era direcionada, pois, no meu entendimento, as histórias retratadas no livro não faziam sentido e apesar de não ter contato prévio com a igreja, eu sabia que não devia expor ou questionar isso naquele ambiente. Compareci três ou quatro vezes até desistir de ir às aulas.

Ainda nessa época, algumas pessoas questionaram se eu não desejava casar, pois, para isso, eu deveria fazer primeira comunhão e crisma. Hoje, consigo ver o quão absurdo é questionar uma criança sobre isso. No entanto, na época, apesar de não pensar sobre casamento ou qualquer forma de relacionamento além das que eu havia experimentado, senti que poderia estar perdendo algo em não ir ao catecismo. Assim, pedi que a minha avó me inscrevesse na outra turma, mas não fui um dia sequer. Quando eu pensava em passar algumas horas do meu sábado ouvindo as mesmas histórias, só podia pensar que o casamento, ou o que quer que dependesse do catecismo, poderia esperar.

Nunca tive obrigatoriedade de seguir uma doutrina religiosa, mas, por volta dos doze anos, julguei interessante adentrar nesse mundo. Eu sabia que, se pedisse para ir assistir à missa no domingo à noite, sempre teria a permissão da minha avó. Assim, saí diversas vezes em direção à igreja São Miguel, sentei na calçada do outro lado da rua e passei horas conversando com as minhas amigas da escola. Nessa época, algumas pessoas próximas aproveitavam esse tempo e espaço para paquerar e dar os seus primeiros beijos. Eu, geralmente, utilizava a “missa” como uma desculpa para sair de casa.

Nesse meio tempo, minhas amigas e eu conhecemos alguns adolescentes que faziam parte das ações da igreja. Logo recebemos os convites para o acampamento de oração Thalita Kum (TK) e, apesar de eu ainda não ter a idade mínima – 14 anos – consegui participar com a ajuda de um amigo que morava na rua do Seminário e coincidentemente, estava na organização do evento. Desses dias, recordo bem: chegamos no sábado pela manhã, fizemos o credenciamento, entregamos nossos celulares e fomos para o pátio da escola, onde tudo ocorreu de maneira tranquila. À tarde, foram feitas filas de oração, e as pessoas da igreja falavam sobre

temas que, por serem comuns, poderiam impactar várias pessoas. Lembro que o cenário era de choro, grito e gente caída no chão por conta do “Repouso no Espírito Santo”³³ – até hoje não consigo explicar, mas a sensação de ter as pernas cedendo enquanto alguém sussurrava ao meu ouvido era estranhamente desconfortável e reconfortante, pois, uma vez que eu estava no chão, tudo ao redor parecia leve e nítido.

Nessa tarde, chorei o choro de uma vida e terminei com uma enxaqueca. Pensei em ligar para *Anna*, pois sabia que ela viria me buscar. Mas, ao conversar com os responsáveis pelo evento, me ofereceram medicação e pediram que eu deitasse um pouco. À noite, nos convidaram para um jantar à luz de velas – uma metáfora para um encontro com Jesus. Após o jantar, entregaram as cartas enviadas pelos familiares. Naquela época, minha relação com minha mãe era complexa, e ler a sua carta, no estado em que eu me encontrava, foi como um soco no estômago. As outras, no entanto, serviram como um afago.

Já era tarde e começamos a nos preparar para descansar. Os dormitórios eram divididos entre femininos e masculinos e, depois de certa hora, só era possível sair do ambiente para ir ao banheiro. Mais cedo, enquanto tomávamos um banho cronometrado de no máximo quatro minutos, ouvi uma fofoca sobre uma menina ser bissexual e que várias meninas que participavam dos acampamentos já haviam beijado ela. Eu sabia de quem estavam falando e fiquei surpreso, não pela bissexualidade, mas pelos acontecimentos durante o acampamento. Ao me deitar, percebi o quão péssima tinha sido a ideia de levar aquele colchonete que mais parecia um pano. Uma das minhas amigas mais próximas, que estava em um colchão inflável de casal, ofereceu que eu dormisse com ela. Prontamente neguei. Apesar de já estar acostumado a dormir na casa dela, passei um tempo ponderando se deveria, receoso de que comentassem algo sobre nós. No fim, levantei e fui deitar com ela.

Hoje, acredito e afirmo, a partir das minhas experiências, que a igreja católica mobiliza as pessoas, mas não oferece acolhimento e suporte emocional adequados. Repetidas vezes, a igreja abre uma demanda³⁴, a cutuca, e como forma de cuidado, promete e assegura que apenas Jesus, “o único salvador”, é capaz de curar aquela dor. Na verdade, acredito que esse “cuidado”

³³ Nas palavras do professor Felipe Aquino, apresentador do programa “Escola da Fé” na Tv Canção Nova, o fenômeno “é uma experiência espiritual, e é chamado de “repouso” porque as pessoas, muitas vezes, se sentem relaxadas e, às vezes, caem no chão de forma suave, como se estivesse descansando em Deus. Muitas pessoas são tocadas ou preenchidas pelo Espírito Santo, assim renovando sua fé e proporcionando uma sensação de renovação espiritual.”

³⁴ Utilizo a palavra “demanda” para me referir às necessidades e questões de ordem emocional que uma pessoa pode apresentar. Quando digo que a igreja “abre” demandas e as cutuca, refiro-me ao fato de que ela busca identificar algo que te sensibiliza, direciona certa atenção a essa questão e, a partir disso, te “convida” a fazer parte da religião.

funciona mais como uma prisão, pois são diversas as condições para a permanência nesse meio. Como pessoa formada em Psicologia, um dos pontos mais inquietantes e perturbadores é que para contornar e mediar situações, “abrir”, cuidar e fechar demandas, nós vivemos um processo de formação continuada - o que é mais do que apropriado. É também por isso que considero irresponsável a atitude da Igreja em abordar assuntos delicados, embora comuns, sem oferecer um acompanhamento adequado, estruturado e estruturante. Pensando por outra ótica, não acredito que a Igreja, com suas maneiras de funcionamento, poderia oferecer um acolhimento minimamente adequado que não criasse e reforçasse uma relação de dependência. Infelizmente, aos 13 anos, eu não tive essa percepção e, apesar de me sentir desconfortável, continuei nesse ambiente.

Ainda no acampamento TK, na manhã de domingo, serviram o café e depois fomos novamente para o pátio. Após as pregações, há um momento em que, por meio de outra metáfora, você aceita e se entrega a deus. A metáfora - que depois descobri ser comum no acampamento - se tratava de algumas mesas empilhadas e alguns homens com os braços entrelaçados para segurar quem optasse por aceitar Deus. A preocupação, quase generalizada, era “quem garante que esses homens vão nos segurar?”, mas, segundo as pessoas da igreja e outras que já tinham participado, saltar das mesas implicava confiar nas pessoas que estavam logo abaixo delas. De maneira resumida, esse salto simbolizava a entrega dos seus medos e receios a deus.

Nos agrupamos na fila e decidimos pular, mais por influência e receio do que as pessoas iriam pensar caso não participássemos. Algumas pessoas compartilhavam o que haviam sentido ao pular, como se sentiram próximas de deus, como precisavam se entregar. Eu, por outro lado, sentia apenas o desconforto causado pelo impacto do meu corpo nos braços daqueles homens. À tarde, realizaram uma dinâmica que consistia em receber uma folha A4 e imaginar que ela representava a nossa vida, até dado momento. Depois, deveríamos amassar as folhas e jogá-las fora, pois agora teríamos uma nova vida, uma vez que o nosso passado *mundano* não fazia mais sentido e portanto, não agregava mais em nada.

Durante a tarde, realizaram um encontro com os nossos pais e a minha mãe não compareceu porque havia levado *Anna* ao hospital. No entanto, como não estávamos em contato, ela só me contou depois. Foi horrível ver os familiares de várias pessoas chegando, inclusive algumas próximas, pois eu senti que havia sido abandonado pela minha mãe naquela tarde. Os olhares que me eram direcionados pareciam confirmar a sensação e, os abraços

pareciam tentar consolar alguém que perdeu um ente querido. De novo, chorei copiosamente, fiquei com os meus amigos e à noite, fomos embora para as nossas casas.

Depois de um tempo, fui chamado para outro acampamento, se não me engano, nomeado de Shekinah. O acampamento aconteceu na cidade vizinha e eu passei a maioria do tempo descansando no quarto. Recentemente, me perguntando porque havia decidido ir – apesar dos acontecimentos no TK – imagino que naquela época eu ainda sentia medo de sofrer alguma punição por não conseguir acreditar em deus, pois era como se houvesse algo de errado na minha não-crença. Além disso, o acampamento me afastava um pouco de casa e eu podia estar mais próximo dos meus amigos. Por ter ficado mais isolado no quarto, lembro especificamente de dois momentos: no primeiro, durante uma noite, fizeram algo semelhante a uma boate – com luzes, drinks (sem álcool) e músicas religiosas. Lembro de entrar na fila dos drinks várias e várias vezes.

Já no segundo momento, foi realizada a missa de encerramento do evento, e, por isso, compareci. Por incrível que pareça, mesmo com a minha atenção flutuando de tempos em tempos, tudo acontecia de forma tranquila enquanto o padre seguia o ritual de todas as missas. Eis que ao terminar, ele resolveu dizer que a igreja – e ele, enquanto membro – aceitava homossexuais. Em alto e bom tom, ele disse: *“A igreja te acolhe e te cura.”*. Acredito que nunca irei esquecer essa frase, pois foi ela que me fez levantar daquele banco de madeira e não voltar mais. Não me recordo se, naquela época, eu pensava especificamente sobre a minha sexualidade, mas tinha certeza de que minha mãe e *Anna* não precisavam de cura alguma.

A fala do padre ecoou por um longo período no meu pensamento. Para mim, tornou-se nítido que eles tratavam as pessoas dissidentes de maneiras diferentes – não sei se havia de fato um “tratamento terapêutico” ou “medicamentoso”, e felizmente, não permaneci tempo o suficiente para descobrir. Naquela época, um amigo da escola participava do mesmo grupo religioso e apesar de saber que se atraía afetivo e romanticamente por outros homens, não enxergava problema na frase – ação – do padre. Na visão dele, a sexualidade dissidente era uma questão a ser enfrentada e a promessa da “Cura Gay”, uma possibilidade de salvação.

Desde o processo de invasão e colonização do nosso território, a heterossexualidade foi imposta como comportamento natural, logo, as outras formas de sexualidade eram desviantes e dignas de punição. Em 2021, a “psicóloga cristã” – como ela própria define – Rozangela Justino, alegou que a homossexualidade se trata de uma patologia e necessita de tratamento, portanto, afirmou estar de acordo com a Terapia de Reversão Sexual – que de maneira

resumida, planeja inserir a pessoa na norma. A pastora e também autodeclarada “psicóloga cristã” Marisa Lobo, sustenta a Terapia de Reorientação Sexual (Novaes, 2021).

As terapias de reversão sexual permeiam as esferas religiosas e políticas, e, além de serem coercitivas, não possuem qualquer evidência científica. As tentativas de realizar as terapias – de forma legal ou não – evidenciam o quanto a homossexualidade foi perpetuada enquanto patologia: instituições religiosas e políticas com fundamentos conservadores continuam pregando e disseminando que orientações afetivas/sexuais e gênero diversos que não atendem à norma necessitam de cura.

No entanto, as pessoas que são submetidas a esses "tratamentos" não têm como motivação ou estímulo a orientação sexual em si, mas sim as situações aversivas que estão diretamente relacionadas ao fato de não serem heterossexuais. Uma vez expostas a esses tratamentos, as pessoas desenvolvem aversão aos métodos de condicionamento impostos, e não à sua orientação afetiva/sexual. Dito isso, a problemática não habita na pluralidade das sexualidades, mas na forma como a sociedade encara a dissidência – algo que me parece óbvio, mas não é. É muito provável que, se eu, socialmente identificada como mulher, fosse obrigada a alternar entre permanecer em uma banheira de gelo e em um ambiente extremamente frio sempre que beijasse outra mulher, meu comportamento de beijar mulheres diminuísse com o tempo.

Recentemente, decidi perguntar à minha mãe sobre a sua passagem pela Igreja Católica, uma vez que, assim como Miguel, ela havia ocupado um cargo importante e também havia rompido com a instituição. Ela me disse que aos oito anos, ia sozinha para o catecismo e se divertia enquanto tocava campainhas e saía correndo. Ainda inserida no contexto religioso, aos quinze anos, participava da Cruzadinha, um movimento no qual grupos de jovens se reuniam para atividades, incluindo cantar na igreja. Foi nesse período que ela começou a perceber as incoerências do padre, que não cumpria o que pregava – entre outras coisas, ele mantinha um relacionamento amoroso com uma mulher e tinha uma filha. Especialmente por esses motivos, minha mãe decidiu se afastar da igreja e nunca cogitou voltar ou inserir os seus filhos nesse ambiente.

Quando saí do Ceará e fui para Pernambuco, morei por um período com uma tia que fazia parte da Igreja Luterana³⁵. De início, eu ia contra a minha vontade, especialmente porque domingo à noite é um momento que eu separo para mim. No entanto, passei a visitar a igreja porque não queria ou podia permanecer sozinho em casa, ou ainda, porque gostava da pregação

³⁵ Apesar de citar a Igreja, não a utilizei como ponto para análise.

de determinada pessoa – que nada tinha a ver com a bíblia ou com o contexto religioso. Também participei de várias atividades extras que envolviam piqueniques no parque, churrascos e jogos na beira do rio e refeições na própria igreja. De um modo geral e breve, a Igreja Luterana “mais tradicional” se baseia apenas na Bíblia e não possui intercessores – como os santos da igreja católica. Além disso, para os fiéis, somente a fé excede a racionalidade, somente Deus é cultuado e não há nada que possa ser feito para merecer os favores ou a graça divina. Não há uma prática de proibir, mas a ideia de que você deve agir de acordo com os seus princípios. Nessa comunidade religiosa em específico, havia a preferência por manter um pequeno número de pessoas e a não imposição de muitas regras. Em se tratando das dissidências de gênero e sexualidade, os fiéis enxergam como pecado, mas, segundo o grupo, Deus é o único que pode julgar.

Acredito que o único lugar onde estive e que não impôs a noção de pecado às dissidências foi o terreiro, especialmente porque fui convidada por uma mulher com quem me relacionava na época. Naquele dia, sentei próximo à porta que permaneceu aberta por um bom tempo. A rua estava vazia e eu lembrei de um terreiro que havia sido atacado há pouco; logo, comecei a pensar que se alguém viesse em direção ao terreiro, eu teria que ser rápida e fechar a porta e bloquear a entrada de alguma maneira. A cena passava repetidas vezes até que, finalmente, uma pessoa fechou a porta e eu pude respirar mais aliviado. Somente essa semana, enquanto via o feed do instagram, vi três casos de terreiros destruídos pela violência ancorada no colonialismo e na imposição do cristianismo como religião dominante. No dia 28/01/2025, o terreiro de umbanda Casa de Caridade Caboclo Pena Dourada, situado na zona norte do Rio de Janeiro, teve seus eletrodomésticos roubados e o espaço deteriorado – incluindo as imagens sagradas dos orixás. As pessoas que invadiram ainda deixaram uma bíblia na entrada do local (Africanize, 2025).

2.3 *“Puts, como eu vou lidar com isso daqui um tempo porque uma hora a bomba estoura. Até onde eu escondi, até onde eu faço isso, até onde dá para levar?”*

Meu encontro com *Rafael* aconteceu à noite, e passei o dia inteiro entusiasmado, ansioso para o momento de ouvi-lo. Recordo que no dia que o convidei para a entrevista, ele demonstrou bastante surpresa e após o nosso diálogo, que durou 1h20, de maneira quase automática, passei a elaborar suposições sobre ele ter ficado surpreso ao receber o convite. À medida que *Rafael* me relatava a sua história, senti que determinadas palavras possuíam um

peso e dor própria - que soavam quase físicas. Tive a impressão de que, ao discorrer sobre a sua história, o peso e a dor que *Rafael* carregava, se dissipavam, ainda que de forma sutil.

No início do nosso diálogo, *Rafael* compartilhou que hoje em dia é uma pessoa bem mais tranquila consigo, e que antes tinha muitos problemas em enxergar quem ele era, se era uma “*coisa válida ou suficiente*”. Ele afirmou que nos dias atuais, se vê como uma pessoa amigável, que gosta de conversar mas que não sabe se é suficiente em alguns pontos, além de não se enxergar como uma “*pessoa completa*” em aspectos como relacionamentos e trabalho.

Sobre a sua infância, *Rafael* me contou que não se recorda de muitos acontecimentos. Lembra que não podia receber ninguém em casa, o que fez com que a sua infância fosse solitária. Na escola, era o aluno que os colegas de turma não gostavam por sua quietude, que sentava na primeira carteira e sempre tirava dez. Entre 2010 e 2011, a sua mãe decidiu iniciar os estudos para fazer parte do movimento religioso das Testemunhas de Jeová, e com apenas 10 anos de idade, *Rafael* foi conduzido a fazer o mesmo movimento, tornando-se membro da organização religiosa, na qual permaneceu até 2021. Diferente da sua mãe, seu pai nunca se tornou membro da Igreja, mas permitia que os jovens os ensinassem os estudos.

Rafael relata que durante a transição entre o ensino fundamental e o ensino médio, surgiram as questões relacionadas à sexualidade. Naquela época, ele ainda não podia receber visitas, mas havia um colega de sala que a sua mãe conhecia e permitia a amizade. Esse colega era três anos mais velho e apesar de não haver contato algum entre os dois em sala, ele mencionava para a mãe de *Rafael* que precisava resolver algo com ele, e, assim, ela autorizava a sua entrada na casa. No entanto, as suas visitas eram motivadas pelo interesse que ele mantinha, e foi assim que *Rafael* teve a sua primeira experiência sexual com alguém que segundo ele, não o interessava: “*não que fosse alguém que me agradasse, porque nunca achei ele atraente, nunca beijei ele porque eu não queria beijar alguém que não gostasse, mas ele era alguém que chegava aqui e ficava tentando puxar alguma coisa sexual comigo e eu não queria, mas depois eu pensava “é o que tem, né? vamos ver se é o que quero”, e aconteceu 2 ou 3x e depois eu disse que não queria mais.*”

No término do ensino fundamental, *Rafael* começou a fazer amizades, mas ainda não tinha liberdade para trazer ninguém para casa. Ainda era considerado o “*nerd da sala*”, sem muita interação social, mas construiu uma relação com um garoto que, apesar de gostar dele, nunca se aceitou. Em alguns momentos, esse menino demonstrava querer algo mais, mas a situação não era totalmente compreendida por *Rafael*. Raramente, ele o convidava para sua

casa, mas algumas vezes, ia à casa de *Rafael* e colocava filmes pornográficos para os dois assistirem, o que causava constrangimento e desconforto nele.

Durante o período de provas para o ensino médio, *Rafael* decidiu que tentaria ser aprovado apenas na escola que o garoto e seu grupo do ensino fundamental haviam escolhido. No entanto, ao iniciarem as aulas, ele percebeu que aquelas pessoas, inclusive o garoto com quem havia construído uma relação, não eram mais as mesmas e, inclusive, além de cortarem relações, passaram a fazer bullying com ele. A experiência no ensino médio é retratada por ele como a “*pior época*”, e ficou marcada pela falta de motivação e bullying intenso. A junção de todos esses fatores culminou em uma tentativa de suicídio.

Durante a adolescência, entre 14 e 16 anos, *Rafael* viveu o confronto entre compreender sua sexualidade enquanto lidava com as imposições da religião: “*puts, como eu vou lidar com isso daqui um tempo, porque uma hora a bomba estoura, até onde eu escondo, até onde eu faço isso, até onde dá para levar?*”. Desde os 12 anos, ele mantinha amizade com outro garoto também gay, que somente revelou seus sentimentos românticos quando *Rafael* já havia saído da igreja – experiência que o fez refletir sobre a falta de apoio e diálogo durante o tempo em que ainda fazia parte desse contexto. No ensino médio, sua rotina se concentrava entre o ambiente escolar e as atividades religiosas, e seus momentos de lazer eram limitados a jogar videogame com os meninos da igreja nos finais de semana. Sendo o único que possuía videogame, ele associou que as relações estabelecidas com os outros rapazes eram baseadas em interesse.

Ainda nessa época, *Rafael* lidava com a preocupação quanto à sua aparência e com a inquietude por “*ser uma pessoa extremamente fechada*”, além da imposição de que só poderia estabelecer relações com pessoas da religião. Estar proibido de criar vínculos fora desse contexto o sufocava, pois, para ele, significava “*viver com o fato de que eu sabia que uma hora a bomba ia estourar e minha família ia parar de falar comigo e eu ia perder meus amigos todos que não saíssem da religião*”. Assim, ao concluir o ensino médio, decidiu buscar alternativas para um possível relacionamento e considerou que, se não podia estar com alguém de fora, talvez fosse menos arriscado se envolver com alguém que estivesse no mesmo contexto religioso.

No momento em que *Rafael* terminou o ensino médio, a questão de pensar no futuro tornou-se um peso considerável. Somado a pressão e a imposição social de escolher uma carreira permanente quando ainda se é jovem, o apoio da religião em relação à graduação era inexistente, com base no argumento de que o mundo exterior estava corrompido e a vida verdadeira e digna estava restrita àquelas pessoas do grupo: “*eles têm toda essa questão de se*

isolar do resto porque o mundo é todo errado e o que tá dentro é onde está o pessoal da sua vida e o pessoal de dentro não tem amizade com ninguém.” Algo que parecia não demonstrar coerência para ele, eram as tentativas de converter essas pessoas consideradas erradas: “*que pessoa é essa que não presta que você vai tentar converter, né?*”. No entanto, as normas dentro desse contexto eram – e ainda são – tão rígidas, que por cortar o cabelo em degradê, ele também era considerado errado.

O argumento da religião, automaticamente aderido pela família de *Rafael*, era de que a faculdade não era necessária. Trabalhar meio período, garantir o básico com o salário e dedicar o tempo restante pregando a palavra era o caminho certo a ser seguido. Nesse período, o pai de *Rafael* insistiu que ele deveria fazer faculdade, especialmente após a mãe dele perder o emprego, onde ocupava uma posição muito bem remunerada. *Rafael* narra que entre 2017 e 2018, se dedicou a estudar em casa para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Foi nesse período que conheceu um rapaz da igreja - que irei nomear de *André* - e experienciou, pela primeira vez, a reciprocidade em uma relação romântica. Os dois moravam a três horas de distância, e por isso se encontravam a cada um ou dois meses. Apesar da relação afetuosa e recíproca, todas as vezes que se encontravam, *Rafael* ouvia as mesmas frases: “*meu Deus, eu tenho que sofrer e pagar pelo que estou fazendo, eu tenho que buscar ajuda e você também tem que ir*”. Ciente das consequências que podia sofrer, *Rafael* revisava incansavelmente o material da igreja, na intenção de encontrar uma brecha que acalmasse o seu parceiro e o fizesse desistir de “buscar ajuda”.

Rafael traçou um plano que consistia em concluir a graduação, sair de casa e romper com a igreja. Apesar de não ter interesse no curso de Ciência da Computação, ele iniciou por indicação de um homem da igreja que era graduado na área e pelos comentários de que era o ramo do futuro. Estar em um contexto social diferente e com outras pessoas, colaborou para que ele se tornasse uma pessoa mais comunicativa, especialmente porque ele já conhecia outro estudante – que irei nomear de *Bruno* – pois os seus pais trabalhavam juntos. Apesar da visão política conservadora que o jovem tinha, *Rafael* tornou-se próximo dele e de outras pessoas, o que o proporcionou a sensação de pertencer a um grupo que não fosse relacionado à religião: “*meu Deus, achei um grupo para fazer as coisas, sabe? Tipo, tenho amigos pela primeira vez*”. Nesse momento, foi como se, apesar de ter consciência do fato, ele pudesse ampliar sua percepção sobre as possibilidades sociais: “*Nossa, não tem só o povo da religião, sabe? Nossa, tem outras pessoas, sabe?*”.

No entanto, a religião insistia que o ambiente acadêmico fosse voltado apenas ao cumprimento das atividades, visto que as pessoas que ocupavam esse espaço, certamente ensinariam “*coisas erradas*”, e as únicas amizades deveriam ser as do grupo religioso. Para além dessa insistência, entre 2018 e 2019, *André* pediu que ele o tratasse apenas como amigo, visto que a relação que mantinham, segundo as regras da religião, se tratava de um namoro, mas como o namoro entre dois homens era inaceitável para a religião, consequentemente, ele se culpabilizava pelo relacionamento e não namoraria outro rapaz. Os dois cortaram contato e *Rafael* passou pelo luto do término sem expressá-lo.

Nesse período, *Bruno* passou a convidá-lo com frequência para sua casa. Ele tinha um irmão gêmeo, por quem *Rafael* já havia se interessado. Durante as visitas, ele descobriu que o interesse era recíproco, no entanto, nenhum dos dois sentia segurança em estabelecer um vínculo mais íntimo, pois temiam que a situação chegasse ao conhecimento de seus pais e compromettesse não apenas suas relações familiares, mas também sua permanência naquele ambiente. Nesse período, *Rafael* já se encontrava fragilizado por conta da súbita ruptura com *André* – que até então, havia sido a relação que ele tinha desenvolvido mais intimidade. Além disso, a relação com os gêmeos também se desfez de maneira brusca.

Certo dia, na Universidade, o seu grupo de convivência decidiu brincar de adivinhar os interesses românticos uns dos outros, com base na lista de seguidores do Instagram. Quando estavam tentando adivinhar de quem um homem gostava, automaticamente buscavam por uma mulher – demonstrando a heteronormatividade grupal. *Rafael* estava seguro de que ninguém descobriria, visto que ele estava apaixonado por outro homem. No entanto, depois de várias tentativas, *Bruno* expôs: “*Óbvio que vocês não vão descobrir de quem Pedro gosta, porque ele gosta do meu irmão.*” A notícia rapidamente se espalhou e das 50 pessoas que da sala que ele considerava amigas, nenhuma lhe dirigia a palavra, nem mesmo os dois estudantes que eram abertamente gays.

Ao chegar em casa, ele escreveu em seu Twitter, questionando como alguém poderia compartilhar informações tão sensíveis e pessoais com um irmão homofóbico, sabendo que eles estudavam na mesma instituição e na mesma sala – para ele, a única forma de *Bruno* ter acesso à informação, seria se o seu irmão o contasse. Ao ler o Twitter, o irmão de *Bruno* sentiu que *Rafael* estava o acusando, começou a falar mal dele e optou por cortar contato, o bloqueando.

Era a primeira vez que *Rafael* estava se sentindo pertencente e acolhido por um grupo que ele havia decidido fazer parte, no entanto, a exclusão após a “brincadeira” foi repentina e frustrante, especialmente porque, apesar das divergências ideológicas entre ele e *Bruno*, a

postura de expor algo tão íntimo diante da sala e logo após, cortar contato, não era esperada por *Rafael*. No final de 2019, ele se percebeu sem vínculos: não tinha mais relação com *André* ou com o irmão gêmeo de *Bruno* – além disso, passou a ser excluído na Universidade. Em 2020, a pandemia da COVID-19 teve início, e assim, *Rafael* passou por mais um período de isolamento social.

Rafael compartilhou que esse período foi particularmente difícil e que perdeu completamente o ânimo para estudar ou realizar qualquer outra atividade. Após um tempo, a sensação de abandono foi substituída quando encontrou acolhimento em alguns amigos do seu primo, e diferente das relações anteriores, esses novos vínculos foram construídos de maneira genuína - o que lhe proporcionou identificação e uma rede de apoio. Suas novas amizades eram pessoas mais velhas que possuíam uma visão mais aberta e madura sobre o mundo, e foi nesse espaço que *Rafael* começou a “*achar um pouco de abrigo e refúgio.*”

Além disso, essa aproximação também estreitou a relação que tinha com o seu primo. Até então, os dois não eram particularmente próximos, mas a convivência com o novo círculo de amigos criou uma nova conexão entre eles. Em uma situação que *Rafael* narra com uma combinação de humor e naturalidade, ele descreve o momento em que questionou o primo sobre sua orientação sexual, perguntando diretamente se ele era gay. A resposta veio entre a leveza e o deboche: “*o que tu acha?*”; *Rafael* respondeu que “*achava até demais*”, e o primo confirmou. Além disso, o distanciamento físico das práticas religiosas devido ao contexto pandêmico, proporcionou alívio de uma rotina que já lhe era exaustiva: “*Eu só tava dando graças a Deus porque na pandemia não estava saindo de porta em porta, porque já estava cansativo e eu não queria mais. Agora era só pegar um telefone e sair ligando para uma lista telefônica e falar com o povo, era melhor do que tá indo de porta em porta.*”

No final de 2020, *André*, com quem havia se envolvido anteriormente, ressurgiu e pediu para que retomassem a relação. No entanto, *Rafael*, lembrando de tudo que havia passado, negou. Então, *André* passou a mandar mensagens dizendo que estava buscando ajuda com o pessoal da religião. Sobre essa ajuda, *Rafael* descreve que ocorre quando alguém da igreja percebe o outro “*triste, decepcionado, depressivo e começa a se aproveitar disso, igual eu acho que a maioria se aproveita para inclusive passar o pessoal para dentro da religião*”. *André* se confessou na igreja da sua cidade e dizia estar recebendo ajuda. Além disso, ficava questionando se *Rafael* também estava procurando ajuda - nesse ponto, *Rafael* já sabia que o pessoal da igreja da outra cidade queria descobrir quem ele era para que pudessem intimá-lo.

Em dado momento, *André* expôs *Rafael* e no mesmo dia, a liderança religiosa entrou em contato enquanto ele estava na praia, convocando-o para uma "comissão judicativa" – um julgamento interno que, segundo seu psicólogo, se assemelhava a uma Inquisição. Esse episódio o desestabilizou por completo, fazendo com que ele retornasse para um estado depressivo. A “bomba” finalmente havia estourado - logo em um momento em que ele estava se reerguendo, encontrando novos amigos e se sentindo pertencente.

No tribunal religioso, por ser maior de idade, *Rafael* tinha a opção de ir sozinho. Ele narra que dentro da religião, o controle sobre a vida dos membros era sistemático, e, todo mês, era necessário preencher um relatório de produtividade detalhando o tempo dedicado à fé: quantas casas visitadas, quantas revistas distribuídas, quantos estudos bíblicos conduzidos. Paralelamente, líderes escrevem um relatório sobre todas as conclusões que eles têm de cada integrante - uma vigilância constante que ultrapassa as diretrizes bíblicas explícitas.

Segundo *Rafael*, ele já não era bem visto dentro da comunidade. Muitos comportamentos, mesmo sem proibição expressa nas escrituras, eram julgados com base na "consciência" de cada um, orientada, obviamente, pela doutrina da organização. Ele recusava essas imposições arbitrárias. Enquanto outros evitavam videogames por serem considerados violentos ou abandonavam esportes por medo da competitividade, ele conta que jogava livremente, pois não via sentido em abrir mão de algo que não prejudicava ninguém. No entanto, após um período, abandonou o futebol. Sua postura também se refletia na aparência: cortava o cabelo em degradê, usava umas roupas diferentes pois “*Deus me livre andar de Polo e camisa de listra*”. Além disso, sua família costumava viajar anualmente - algo incomum na comunidade, pois viagens eram vistas como desperdício de recursos. Seu pai, no entanto, acreditava na importância e na necessidade dessas experiências. Nesse ponto, aos olhos da religião, *Rafael* parecia representar um desafio à ordem.

Aos 16 anos, um dos estudantes da igreja começou a insinuar sobre a sexualidade de *Rafael*. Primeiro, fazia comentários ambíguos, a fim de ganhar sua confiança. Depois, ao perceber a abertura, armou uma acusação falsa: apagou mensagens, baixou um aplicativo para montar conversas falsas, adulterou a conversa e afirmou que *Rafael* o abusava virtualmente. O estudante era parente de muitas pessoas da religião, o que fez com que aos 16 anos, *Rafael* tivesse a sua voz silenciada. Sem possibilidade de defesa, perdeu os seus “privilégios” - isto é, não podia mais comentar nas reuniões ou fazer discursos. Para ele, estavam legitimando o quanto não gostavam dele e o quanto o julgavam.

Rafael enxergava o julgamento como a oportunidade perfeita para que finalmente o expulsassem. Os questionamentos eram invasivos e buscavam detalhes íntimos para medir a gravidade do erro: “*No dia tal, quando você estava em tal lugar em uma cama com André, você colocou a mão dentro da roupa dele? Você colocou a mão até onde?*”. Entre as pessoas que estavam para julgar, algumas apenas esboçavam e verbalizavam o nojo: “nossa, eu não consigo nem imaginar um negócio desses, você tem que ser assim como eu e ter nojo, porque Deus é assim, ele tem nojo.”

Ao responder, *Rafael* expôs um caso semelhante envolvendo o irmão de um dos juízes, mas o assunto foi rapidamente redirecionado. A decisão final foi pela desassociação – um termo formal para expulsão. No entanto, conhecendo as normas internas, *Rafael* descobriu que havia a possibilidade de apelar. Poucos faziam isso, mas ele decidiu tentar. Apesar de não se considerar uma pessoa exemplar no contexto religioso, sempre teve interesse em estudar a doutrina e sabia como argumentar.

Rafael escreveu uma defesa detalhada, argumentando com base nos textos bíblicos e nas publicações da religião, afirmando que a decisão de expulsá-lo não estava de acordo com as normas estabelecidas. Ele também questionou a forma de julgamento, em que o arrependimento genuíno era a chave para a decisão, algo subjetivo e interpretado por pessoas que, muitas vezes, agiam com base em preconceitos. Ele optou por não chorar, fazendo uma argumentação racional sobre sua situação. Quando teve a chance de apelar, sentiu que poderia ter uma chance de convencer pessoas que não estavam envolvidas diretamente com sua história. No entanto, quando ele chegou ao novo julgamento, descobriu que os membros da comissão já haviam se reunido previamente, e ironicamente, um dos juízes era um homem que apesar de ser casado com uma mulher, era conhecido por ser gay. No final, decidiram por não expulsá-lo.

Como as decisões ficaram 1x1, os relatórios foram enviados para instâncias superiores dentro da religião, incluindo a sede no Brasil. Durante esse mês, *Rafael* narra que as pessoas que queriam a sua expulsão, olhavam para ele com ódio. Quando a “sentença” chegou e ele foi expulso, houve um grande choque entre os membros, que não estavam cientes do que estava acontecendo. Como era algo que não envolvia ninguém da sua cidade além dele, apenas os líderes tinham conhecimento, “ninguém sabia o que ia acontecer e eu estava lá, extremamente de boa - fingindo - porque se tem uma coisa que alguém que é gay aprende a fazer, é fingir a vida toda.” Na semana em que foi expulso, ele precisou fazer uma cirurgia no joelho, pois havia rompido o ligamento, o que criou um contexto ainda mais complexo e desafiador para ele.

Como ele já era maior de idade, os líderes da igreja deixaram que ele escolhesse se contaria o motivo da expulsão. Ele compartilhou com seus pais e familiares, porém, criou uma versão na qual havia ficado com uma menina em um evento da igreja. De antemão, ele pediu que respeitassem a sua opinião em não querer voltar para a igreja. Apesar disso, seu pai insistiu que ele deveria fazer o que fosse necessário para retornar, porque *“era melhor do que estar fora no mundo, fazendo qualquer coisa”* - *Rafael* ironiza o posicionamento do seu pai, já que *“antes ele estava no mundo traindo minha mãe”*. Sua mãe, por outro lado, expressou arrependimento e rejeição, afirmando que se soubesse que ele seria assim, não o teria tido como filho.

Rafael traçava os seus planos para atender às expectativas da família, conquistando ótimas notas e sendo aprovado em primeiro lugar no curso de sua escolha. No entanto, quando foi expulso da religião, encarou a rejeição e a falta de apoio da família. Um dos tios de *Rafael* sempre o apoiava em tudo, inclusive, pagando o tratamento no fonoaudiólogo durante anos. Ele falava que *Rafael* não poderia ser um discursante da religião falando daquela maneira e por isso, patrocinou o tratamento inteiro. Quando foi expulso da religião, decidiu ler as mensagens no celular da mãe e uma havia sido escrita por esse tio: *“não sei porque você está surpresa, sempre soube que Rafael não daria em nada na vida”*.

Mesmo em uma situação física debilitada após uma cirurgia, ele não recebeu ajuda de seus pais e teve que se virar sozinho. De muleta, com a perna engessada, ele carregava uma cadeira pesada de madeira enquanto se arrastava - para que pudesse tomar um banho sozinho. Quando visitava a casa de sua avó, sua tia mudava de cômodo para não falar com ele, as pessoas na rua trocavam de calçada, e na academia, ou ficam olhando *“como se eu fosse um bicho”* ou falando mal porque acham que ele não escuta por estar sempre de fone. Hoje em dia, a religião começou a flexibilizar algumas regras, como a questão da barba, para tentar manter seus membros, pois, segundo *Rafael*, apenas manipular não é suficiente.

Rafael reflete sobre o fato de que, após anos de rejeição e silêncio da parte da religião e até mesmo de sua própria família, ele não precisa mais responder àquelas pessoas. Sua mãe fica chateada com a sua postura ausente, mas *Rafael* não vê necessidade de justificar seu comportamento. Para ele, o abandono e a exclusão durante aquele período foi extremamente doloroso, a ponto de ele ter que se reinventar, mudando sua forma de interagir com os outros. O isolamento forçou *Rafael* a mudar sua postura: *“foi onde eu deixei de ser uma pessoa totalmente fechada, para ser uma pessoa que fala com qualquer pessoa em qualquer momento”*. Possivelmente, essa mudança vem acompanhada de uma defesa emocional: na grande maioria, ele ainda mantém a *“cara fechada”*, um reflexo da forma como foi ensinado a

esconder “*qualquer traço*” da sua sexualidade, especialmente em um ambiente onde isso não poderia ser demonstrado. Outro aspecto é a “*camisa de time*”, que pode ser utilizada como uma forma de criar uma barreira e, ao mesmo tempo, como uma estratégia de sobrevivência emocional frente ao medo de julgamento e rejeição.

Os contextos de repressão e exclusão que se fizeram presentes ao longo da sua vida, ainda refletem na forma como *Rafael* se relaciona com o mundo. Mesmo frequentando novos espaços como baladas, ele ainda carrega consigo a postura fechada que aprendeu para se proteger. Ele consegue sorrir e brincar com pessoas conhecidas, mas demonstrar afeto publicamente, dançar ou se soltar continuam sendo barreiras. Só recentemente, com *Oli*, ele começou a quebrar alguns desses bloqueios.

A sensação de deslocamento é constante e foi vivenciada também por *Oli*, quando ele visitou sua cidade e se sentiu julgado pelas roupas que estava, algo que não acontece em Campina Grande, apesar de ser uma cidade conservadora. *Rafael* vive hoje com as amizades que construiu depois da expulsão, mas o processo foi árduo. Ele teve que aprender a lidar com pessoas, inseguranças e experiências sociais que nunca teve, pois “*vivia em uma bolha.*” Essa falta de vivências o faz questionar seu lugar o tempo todo. Ele se sente inseguro sobre ser uma pessoa legal, porque sempre perdeu pessoas. Sente que precisa se esforçar para ser aceito em grupos, já que nunca teve uma socialização natural. Não se sente confortável em festas, porque nunca foi; em relacionamentos afetivos, porque nunca viveu isso de forma plena; e até em questões sexuais, porque sente que começou tarde demais. Ele se compara com pessoas que tiveram liberdade desde cedo e se pergunta como pode chamar a atenção de alguém.

Além disso, *Rafael* se vê em um espaço ambíguo entre nichos que não parecem feitos para ele. Ele ama futebol, mas não encontra outros gays que compartilhem esse interesse. Se quiser ir a um jogo, não tem com quem ir. Em um bar, conversa melhor com héteros do que em uma balada gay, onde sente que não se encaixa na cultura pop dominante. A única coisa que compartilha com outros gays, segundo ele, é gostar de homens – e, fora isso, parece estar sempre em busca de quem é e de quem pode se tornar.

No seu primeiro processo terapêutico, *Rafael* narra que a sua lógica funcionava da seguinte forma: se ele havia sido expulso por conta da sexualidade, apenas por ser quem é e como é, então ele precisava provar para si mesmo que valia a pena tudo que ele tinha vivido: “*eu passei tudo para provar que eu consigo e que eu posso ser feliz sendo quem eu sou.*” Diante desse pensamento, ele buscava incessantemente um relacionamento. Esse desejo constante, no entanto, tornou-se um peso, pois ele se via sempre tentando encontrar alguém

para namorar, como se um relacionamento fosse a validação definitiva da sua existência fora da religião.

Com o tempo, ele percebeu que as coisas não funcionam dessa maneira, que não se força um encontro afetivo para dar sentido ao passado. Esse entendimento fez com que ele mudasse sua forma de se relacionar, reduzindo essa busca incessante. Além disso, ele carrega consigo um lado romântico e afetivo que nunca pôde demonstrar genuinamente. Crescendo em um ambiente repressivo, teve que esconder sua sensibilidade, sua vontade de expressar carinho e amor. Atualmente, distante do contexto religioso e da casa dos seus pais, Rafael busca espaços onde sente que pode existir sem culpa ou medo de ser descartado. Ainda lida com as cicatrizes do passado, mas agora com autonomia sobre suas escolhas – o que tem lhe permitido sentir de maneira mais leve.

Dentre os diversos diálogos realizados nesta pesquisa, o encontro com Rafael é construído como um dos momentos mais impactantes, tanto pela imersão e complexidade afetiva envolvidas, quanto pelas reflexões que ele trouxe. A história de Rafael me atravessa porque evidencia, de forma crua, as dinâmicas de serventia, controle, disciplina e descartabilidade que moldam certos espaços religiosos. Não sei se é possível digerir o que foi feito com ele – e talvez nem devesse ser. Mas sei que essa história precisa ser contada e não só neste trabalho. A minha história é completamente diferente, a começar pelo fato de que a minha mãe nunca me levou para a Igreja. Mas isso não impediu que criássemos um vínculo incrivelmente rápido, e que eu pudesse perceber a ansiedade do início se esvaindo e as palavras que pareciam tão carregadas, perdendo força. Até agora, acredito que a surpresa de Rafael ao ser convidado para participar da pesquisa esteja relacionada ao fato de que ele tem poucas oportunidades para discutir abertamente sobre os acontecimentos passados.

A história compartilhada por Rafael está atravessada por diversos fenômenos sociais e históricos que moldaram suas experiências e o seu modo de ser e estar no mundo. Um desses fenômenos é a religião, que lhe foi imposta aos 10 anos e durante um longo período, operou como mecanismo de controle – regulando, por exemplo, as suas crenças, desejos e seus comportamentos dentro e fora do contexto religioso. No primeiro processo que enfrentou, Rafael sequer pôde falar; no segundo, foi bombardeado com perguntas invasivas e íntimas sobre o que especificamente havia feito com outro rapaz – com a função de medir o nível de “pecado” e analisar a correspondência entre os relatos. Para concluir, a avaliação do possível arrependimento se deu de maneira subjetiva – acredito que essa forma de julgamento requer

uma performance compatível com a decisão de permanência, sem necessariamente indicar que a pessoa está arrependida ou sente repulsa por si mesma.

A história de Rafael carrega uma violência brutal e silenciosa, uma marca profunda deixada não apenas pelo contexto religioso, mas por um sistema inteiro de exclusão e disciplina. O que mais me impacta é como o controle continua a agir sobre ele, mesmo depois da expulsão. A exclusão não se encerra no momento em que ele foi desligado da comunidade; ela se prolonga no medo, na vigilância internalizada, no isolamento forçado que molda sua subjetividade. Esse sistema de vigilância moral em que as atitudes individuais são literalmente julgadas por líderes religiosos, é semelhante ao que Michel Foucault descreve em sua obra *Vigiar e Punir* (2014), na qual o poder disciplinar – presente nas instituições – opera a partir da vigilância e controle de corpos, a fim de moldá-los para que atinjam o padrão normativo.

Em certos momentos, Rafael narra sobre o medo constante de que “a bomba estoure”, evidenciado que, por muito tempo, viveu com receio de que as pessoas soubessem sua orientação sexual, pois seria rejeitado. Em outros momentos, ele discorre como se esse medo fosse gradualmente dissolvido, à medida que desenha o plano de terminar a faculdade, sair de casa e da igreja. André, o rapaz que Rafael se relacionou, também demonstra medo, pois acredita que a relação entre dois homens é errada, logo, é necessário que os dois busquem ajuda. Pois bem, é isso o que a igreja diz.

O peso da doutrina se torna ainda mais evidente quando André afirma que precisa sofrer e pagar pelo que está fazendo – aqui, devia estar incorporado o pensamento de que ao se relacionar com outro homem, ele estava pecando. Se ele estava pecando, provavelmente, deve ter imaginado que deveria aceitar ajuda da igreja, não? Só assim, ele poderia sair dessa posição de pecador e culpado. Rafael julga essa suposta ajuda como uma forma de aproveitamento, já que a pessoa se encontra vulnerável e é provável que aceite qualquer condição – até mesmo deixar de ser quem é – em troca da permanência na comunidade religiosa e da sua salvação. A permanência, claro, significava abdicar da sua sexualidade (ou escondê-la melhor).

A expulsão de Rafael representa a forma como esse poder regula os corpos, descartando quem não se encaixa e quem “desvia” da norma estabelecida. Essa exclusão não é apenas uma penalidade espiritual – particularmente, não acredito que a penalidade espiritual seja uma motivação. Presumo que se trate de uma forma de segregação social que de maneira automática, distancia essa pessoa do restante da comunidade, especialmente porque quando uma pessoa é desassociada, as outras pessoas da comunidade são proibidas de manter contato – assim, é estabelecido o linchamento social e Rafael é isolado e rejeitado por pessoas que

anteriormente pareciam ser sua rede de apoio. Rafael já não tinha uma relação próxima com a sua mãe, e ao ser proibida de manter comunicação com ele, o vínculo dos dois apenas se deteriorou.

Em relação ao seu núcleo familiar, quando Rafael foi desassociado, sua mãe expressou abertamente que se arrependia de tê-lo como filho, demonstrando que apesar de não ter desenvolvido um vínculo próximo com ele, possuía expectativas rígidas quanto a sua permanência na igreja – apesar de não saber se era um desejo dele. Esse período coincidiu com a cirurgia do joelho e consequentemente, com a recuperação. A ausência de cuidado e apoio da família se tornou evidente e mesmo quando ele estava fisicamente debilitado, o tratamento era de silêncio e distância. A figura dos pais revela contradições: seu pai defendia a permanência na religião a qualquer custo, mesmo tendo um histórico de atitudes questionáveis. A mãe, que expressava orgulho pelo sucesso acadêmico do filho, foi a mesma que verbalizou arrependimento por tê-lo trazido ao mundo quando ele não se encaixava mais nas expectativas dela.

Quando a notícia da sua desassociação circulou, Rafael percebeu que as pessoas passaram a evitá-lo, a trocar de calçada e a encará-lo com hostilidade. Para ele, qualquer situação dessas torna perceptível o desconforto do outro. Dessa forma, a medida que a cidade reflete as relações de poder e pertencimento, pode ser utilizada como mecanismo para excluir determinados corpos que não compõem essas relações. É possível que Rafael não tenha, por um bom tempo, acesso aos espaços públicos que as pessoas da comunidade religiosa frequentam – já que ele ainda é visto como um desassociado e isso tem um peso social que os distancia. Esse é o amor construído e disseminado na Igreja? Um amor que expulsa, que isola, que faz alguém perder tudo ao seu redor e por vezes, desejar voltar, mesmo sabendo que aquele lugar sempre foi inóspito? A promessa de acolhimento entra em contradição com a prática da expulsão, revelando um modelo em que, para pertencer, Rafael precisaria negar a si mesmo. Esse não é apenas um problema teológico, mas também social e político, à medida que as consequências da expulsão ultrapassam as barreiras da igreja. Diante disso, o que significa construir uma comunidade onde a permanência exige apagar partes da própria existência?

Em dado momento, Rafael cita que vivia em uma “bolha”. Bem, essa bolha funcionava como um mecanismo de controle social, negando sua exposição a experiências que fugissem dos padrões normativos impostos pela religião e pela família. Essa bolha era composta por regras, valores e práticas que restringiam sua vivência ao ambiente religioso, onde tudo era filtrado e regulado para manter a conformidade com a doutrina. Isso significa a proibição tanto

de determinados comportamentos, quanto da construção de uma autonomia. Ao sair do ambiente religioso, ele percebeu que não sabia dançar, não tinha familiaridade com a cultura LGBTQIAPNB+ e se sentia deslocado em espaços que, teoricamente, deveria se sentir bem. Essa sensação de deslocamento é um reflexo da socialização restrita, que impede o desenvolvimento de habilidades sociais com outras pessoas e grupos, e, conseqüentemente, não permite que a pessoa conheça opiniões, valores e ideias de outros.

A socialização não apenas impedia Rafael de vivenciar o mundo de maneira genuína, mas também fazia com que, ao sair, ele se sentisse inadequado, como se estivesse sempre atrás dos outros em termos de experiências e pertencimento. Esse é um fenômeno comum entre pessoas que crescem em comunidades normativas e repressivas, no qual a saída do grupo significa não apenas uma ruptura ideológica, mas também a necessidade de uma reconstrução profunda. Mas, outro fenômeno é a reconstrução que Rafael tem feito ao longo desses anos. Apesar das dificuldades e das cicatrizes, ele aprendeu a se adaptar socialmente, tem buscado novas formas de se relacionar, enfrentado inseguranças e tentado não se censurar tanto.

3. DO ÊXTASE À EXECUÇÃO: CORPOS DEVASSOS E A INQUISIÇÃO COLONIAL

Durante as nossas infâncias, nos ensinaram que a colonização deu início ao processo de “civilização” no Brasil, como se antes da invasão europeia, só houvesse vazio e atraso. Frequentemente, o pensamento de que os portugueses trouxeram progresso e salvação – inclusive, através da imposição do catolicismo – ainda funciona como uma cortina de fumaça que esconde o sangue, a violência, os estupros e as mortes – também subjetivas – que caracterizam esse processo. Mas o que acontece quando percebemos que o “descobrimento do Brasil”, foi, na verdade, uma invasão? E que aquilo que parecia ter sido um erro de rota, tornou-se um projeto de exploração e genocídio?

Recordo das aulas de História com a professora Rosa, ainda no ensino fundamental. Dentre todas as matérias, a sua era a minha preferida – ela lecionava de uma forma que mantinha a minha atenção durante toda a aula. Lembro como se fosse ontem: no dia em que falou sobre a colonização, Rosa iniciou a aula afirmando que não havia “descobrimento” algum e escancarou as atrocidades que os portugueses cometeram. Rosa não possuía o menor interesse em replicar narrativas hegemônicas, e, naquele momento, nos mostrou a ferida aberta sob a qual vivemos.

Antônio Bispo dos Santos, mais conhecido como Nêgo Bispo, foi um mestre quilombola que também se dedicou a dialogar – por meio do seu próprio modo de viver – sobre a farsa construída acerca da colonização. Através das suas falas, diretas e nítidas, Nêgo Bispo expôs como essa ficção, mantida sob esforços árduos, é responsável por silenciar as violências e a resistência dos povos originários. Nêgo Bispo também discute de forma ampla a continuidade do projeto colonial – a estruturação social e econômica do Brasil baseadas em sistemas de exploração, expropriação e hierarquias sociais e raciais.

Na sua obra *Colonização, Quilombos: modos e significados*, (Nêgo Bispo, 2015), narra que ao invadirem o território até então nomeado de Pindorama, os colonizadores modificaram os nomes das terras e nomearam os nativos de índios, redefinindo as relações sociais e intencionando aniquilar a pluralidade e culturas dos povos originários. Ele enfatiza que a mesma tática de adestramento foi utilizada pelos colonizadores na dominação dos povos sequestrados da África, já que alterar os nomes e as diversas formas de identificação objetivava desumanizar, segregar e controlar essas pessoas.

Diante desse contexto, o mestre quilombola enfatiza a importância de manter viva a sabedoria ancestral – a conexão com a história, saberes, práticas e resistências dos nossos antepassados, que permanecem vivos, nos guiando e orientando. Para ele, cultivar a

ancestralidade é um ato de resistência: “Você tem que assumir o compromisso que vai ensinar tudo o que lhe ensinei para quem precisar. E enquanto você ou alguém que aprendeu com você está ensinando, passando para frente o nosso conhecimento, eu estarei vivo, mesmo enterrado” (Moncau, 2023).

Nêgo Bispo ancestralizou em dezembro de 2023, mas, por meio do compromisso de tantas pessoas, ele continua a se fazer presente. Conheci o mestre através do meu orientador, pouco tempo após adentrar no PPGDH. Me senti imediatamente encantada com seus ensinamentos e com sua maneira de se expressar – uma combinação entre humor, aconchego, ironia e seriedade. Seus saberes são transmitidos em uma poética crua, sem idealização ou embelezamentos, e suas obras não dão espaço para invenções ou tiranias. Além disso, seus diálogos me ajudam a refletir sobre os modos de vida que desejo construir.

Sua simplicidade, humildade e resistência nos ensinam sobre a necessidade de viver em coletivo. O mestre quilombola aponta questões fundamentais sobre o pluralismo, ancorado na crença de que, ao reconhecermos e acolhermos a pluralidade das experiências e existências para além das impostas pela colonização, podemos impulsionar mudanças estruturais. Isso inclui a destituição das hierarquias sociais, a defesa das comunidades para que possamos viver livres com nossas crenças e modos relacionais, o rompimento com as normas de gênero e sexualidade e a superação do capitalismo. Ele não se limita a criticar o sistema ou a procurar maneiras de torná-lo menos excludente – sua proposta é um convite à ação: considerar a sociedade, as práticas e as relações não como espaços de troca, mas como territórios de confluência.³⁶

Assim como Nego Bispo se propôs a recuperar e difundir os ensinamentos ancestrais dos povos afro-pindorâmicos para aqueles dispostos a escutá-lo, Frantz Fanon (2022) analisou a violência psicológica imposta pela colonização francesa na Argélia, processo responsável por desumanizar e “coisificar” pessoas. Essa “coisificação”, além de ser uma estratégia de dominação, intencionava criar e naturalizar uma hierarquia entre os colonos e os colonizados, na qual os corpos e subjetividades destes últimos eram moldados e internalizados como inferiores. Fanon denuncia que a colonização não se limitava à expropriação econômica, mas também atuava na construção de uma suposta ordem social – obviamente, excludente. Ele afirma que: “a humanidade foi reduzida a um atributo exclusivo, a partir da experiência de

³⁶ Na perspectiva quilombola de Nego Bispo, a confluência valoriza a diversidade e reconhece que os diferentes saberes – como os das comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e acadêmicos – podem coexistir de maneira fluida e colaborativa. Isso significa respeitar e considerar os modos de vida e epistemologias de cada grupo, sem reduzir um ao outro ou tentar encaixá-los em um modelo preexistente (Santos, 2015).

quem é branco, de ascendência europeia, cisgênero, heterossexual, cristão, proprietário, sem deficiência, tudo no masculino” (grifo meu, 2022, p. 12).

Nascido na Martinica em 1925, Frantz Fanon, psiquiatra, tornou-se um agente transformador por meio de seus escritos políticos e filosóficos, que, de forma atemporal, discutem e evidenciam o racismo, a luta antimanicomial e o colonialismo. Fanon atuou na Frente de Libertação Nacional (FLN) em busca da independência do povo argelino, que sofria com a colonização francesa. Nos seus escritos, ele denuncia que “para os colonizadores, a violência oferece a gramática mobilizada para garantir sua supremacia” (2022, p. 11), isto é, a violência se torna uma prática destinada a subordinar o colonizado, delimitando os modos de vida e impondo, através da coerção, o que eles entendem por normalidade, ordem e organização social. Diante dos processos de violência e coerção, ele afirma que o colonizado ainda é modulado para cobiçar o lugar – a imagem e à semelhança – do colonizador, pois este é delimitado como referência.

Nesta obra, ele descreve como o colonialismo promove uma fragmentação urbana, a qual ele nomeia de cidade do colono e cidade do colonizado. A cidade do colono é descrita como um espaço privilegiado, organizado, higienizado e com um planejamento urbano eficiente – para atender brancos e estrangeiros que possuem domínio territorial. De maneira oposta, a cidade do colonizado – “a cidade indígena, a cidade negra” – é um espaço que evidencia o projeto colonial de expropriação, seguido da precarização e marginalização da vida. O trecho “Aí se nasce não importa onde não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê” (p. 35) demonstra, novamente, a indiferença dos colonizadores quanto à vida dos colonizados. Essas cidades a que Fanon se refere não se limitam a espaços físicos, mas representam um conjunto de mecanismos de poder que asseguram e protegem quem tem direito à vida, ao mesmo tempo em que legitimam a morte social e física dos “outros”.

Os escritos de Fanon referem-se à colonização francesa na Argélia e à dominação europeia na África e no Caribe. No entanto, compreendo que diversos pontos da sua análise – como violência, racismo e resistência – podem ser contextualizados para refletirmos sobre a colonização no Brasil. Os colonizadores, ao estabelecerem hierarquias, reduziram os colonizados à condição de “coisa”, de modo que a colonização não se limitou à expropriação de riquezas e territórios, mas também a internalização da ideia de inferioridade por parte dos povos subjugados. Fanon analisa esse processo e como as pessoas violentadas internalizaram a noção de inferioridade – algo que, no cenário brasileiro, também se manifesta de maneira profunda.

Relaciono o conceito de “cidade do colono” e “cidade do colonizado” de Fanon (2022), à segregação urbana no Brasil. Enquanto periferias, muitas vezes privadas de um sistema de saneamento básico e são historicamente ocupadas por pessoas dissidentes, os grandes centros urbanos, meticulosamente planejados, são destinados às elites brancas. Diante desse cenário que continua se reproduzindo, Fanon destaca a necessidade de resistência e enfrentamento. No contexto brasileiro, alguns dos espaços que estão nessa luta são os terreiros de religiões de matriz africana, os movimentos indígenas em processo de retomada, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as Ligas Camponesas, o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Coletivo Não Binário.

Outra pessoa que, por meio de estratégias subversivas, articulou inúmeras críticas ao processo de colonização na América Latina, às hierarquias sociais e às estruturas de poder foi Hija de Perra. De origem chilena, foi artista, escritora, pedagoga e ativista social (María José Opazo Marinkovic, 2023). Em um dos seus escritos, ela questiona: “existimos desde que nos descobriram?” (2014, p. 02), pois, na história que nos é contada – a versão do colonizador – as existências parecem ser legítimas apenas quando vistas sob o olhar do branco europeu.

Nas escolas, percebo que frequentemente, além da abordagem superficial e romantizada da colonização, raramente se discute sobre os povos originários que habitavam essas terras e as múltiplas violências a que foram submetidos. E mais, os modos como essas pessoas viviam e se relacionavam também são omitidos, pois são julgados a partir do olhar de quem as colonizou. Ao meu ver, o mais desconcertante na reprodução dessa violência epistêmica – impregnada com êxito – é crescermos como se estivéssemos distantes dessa história, o que, por vezes, nos leva a reproduzir um olhar exótico, de colonizador.

Hija de Perra (2014, p. 02) evidencia que os olhares supremacistas dos invasores não se restringiam a enxergar os “homens indígenas como seres selvagens afeminados por conta da sua ornamentação”, mas também interpretavam seus comportamentos e estéticas como aspectos a serem enquadrados nos moldes ocidentais. Referenciada por suas contestações pedagógicas sobre as imposições rígidas e binárias de gênero, Hija de Perra narra que o olhar exotizante e estrangeiro do branco europeu originou a necessidade de normalizar os ancestrais latino-americanos, sujeitando-os a um viés ocidental que desconsiderava a suas próprias formas de autoidentificação, organização e de viver em comunidade.

João Silvério Trevisan (2018) explica que os costumes sexuais dos indígenas não apresentavam semelhança com aqueles moldados e permitidos pelo moralismo ocidental. Para eles, a virgindade era pouco relevante e o celibato, de fato, não era uma prática encorajada.

Hans Staden, mercenário alemão que esteve no Brasil em duas ocasiões, relatou que, ao final de um embate, o indígena vencido poderia dormir com *as filhas*³⁷ e *esposa* de quem o capturasse, como último ato antes de morrer. O jesuíta José de Anchieta admitiu não ter conhecimento sobre assassinatos cometidos por indígenas motivados por *adultério* ou *ciúme* – na verdade, essas “concepções” sequer existiam entre os povos originários. Além disso, os olhares ocidentais identificaram tanto a *poliandria*³⁸ quanto a *poligamia*³⁹ nas relações indígenas, sendo relatado, ainda no século XVI, que as *mulheres*⁴⁰ procuravam *amantes* para os seus *cônjuges*.

Além disso, há inúmeras situações de indígenas que narravam publicamente suas experiências sexuais sem qualquer constrangimento, pois para eles, não havia razão para tal. Diante dessas histórias, os cristãos – imersos no puritanismo – apresentavam uma postura ambígua: às vezes apavorados, outras vezes, fascinados. Suponho que os indígenas falavam abertamente sobre suas práticas sexuais pois não as viam sob a perspectiva de pureza e pecado, como prega o catolicismo. Se por um lado, os comportamentos livres de moralidade e imposições religiosas causavam aversão nos europeus, por outro, os atraía para o modo de vida – até então – livre que os indígenas levavam. No entanto, quando os europeus se entregaram aos atos que eles próprios julgavam como promíscuos, o pecado era “neutralizado” (Trevisan, 2018).

Sob essa ótica, o historiador Abelardo Romero rotulou os indígenas de “devassos no Paraíso”, sendo a *sodomia* a prática devassa mais impactante. Conforme aponta o historiador Jacques Solé: “o vocabulário teológico-moral cristão englobava, sob o conceito de sodomia, tanto o sexo oral e anal heterossexual (fora ou dentro do casamento), quanto a relação sexual exclusivamente entre indivíduos do mesmo sexo” (p. 118). Jean de Léry, em 1577, relatou que um dos xingamentos utilizados pelos indígenas era “tivira” ou “tibirô”, que, na língua tupi, equivale a “viado”. Carl von Martius, no século XIX, que entre os indígenas Guaicuru haviam os *cudinas* ou *cudininhos*, “*homens castrados*” que desempenhavam atividades que, para eles, eram consideradas femininas. Os povos originários não buscavam esconder suas formas de relacionamento, pois não havia a ideia de pecado, castigo ou punição.

³⁷ Algumas palavras, embora comuns atualmente, representam o olhar do homem branco sobre os indígenas. Portanto, optei por escrevê-las em itálico, a fim de reforçar o pensamento de que, embora esteja contando fragmentos da história da colonização, nesse momento, ainda o faço sob a perspectiva do colonizador.

³⁸ A união entre uma mulher e dois ou mais homens;

³⁹ Forma de relacionamento em que se estabelece vínculo com mais de um cônjuge.

⁴⁰ Escrevo em itálico os termos mulheres, homens e outros similares, pois, anterior ao processo de colonização, não existia essa rigidez binária. Portanto, considero que a aplicação de termos binários aos povos originários é uma violência. Foi somente através da doutrina cristã e da moralidade europeia que a binaridade de gênero e a heterossexualidade se instituiu, buscando deslegitimar outras vivências.

Em uma carta, o fidalgo Pero Correia escreveu sobre as aldeias formadas exclusivamente por *mulheres*: seus cabelos eram curtos, desempenhavam *papéis masculinos* e não se relacionavam de forma afetiva-sexual com *homens* – suas relações eram construídas com *outras mulheres*. Se, para os cristãos, a sexualidade *feminina* estava subordinada ao *homem*, qualquer forma de “disfunção” ou “falha” nesse sistema era vista como algo a ser corrigido. Sobre esse fato, o jesuíta Pero Vaz afirmava que a prática da sodomia entre os indígenas – “um pecado contra a natureza” – era responsável por desencadear o mesmo comportamento entre as *mulheres* (Trevisan, 2018).

Reflito sobre como a afirmação do jesuíta sobre uma suposta “natureza” torna evidente a consolidação desse pensamento ao longo dos séculos, infiltrando-se na sociedade e moldando percepções sobre corpos, gêneros e sexualidades. Esse processo impôs a cisgeneridade, a binariedade de gênero e a heterossexualidade como as únicas formas legítimas de existência. O controle e a repressão não se restringiram ao campo moral e religioso, e, posteriormente, se estruturaram nos sistemas educacionais, jurídicos, e científicos.

Naquele momento, ao perceber modos relacionais que divergiam da moralidade, dos valores e das crenças binárias e sexistas europeias, José de Anchieta, focando no batismo nos indígenas, delimitou o casamento cristão cis/heterocentrado e monogâmico como a única forma válida de união – reforçando a visão colonizadora que interpretava e tratava os indígenas como primitivos e selvagens. Logo, com a invasão dos colonizadores, práticas como a *sodomia*, antes comuns entre os indígenas, passaram a ser condenadas pelos europeus, que as enxergavam como pecado (Trevisan, 2018).

As condenações eram feitas por meio da Inquisição, que instalou prisões com janelas voltadas para as ruas. O mais jovem a confessar as – tentativas – sodomitas tinha apenas dezesseis anos de idade. O mais velho, Frutuoso Álvares, era um padre português que já havia sido exilado para a África ao cometer atos ilícitos. Posteriormente, foi banido de forma perpétua para o Brasil por crime de sodomia. Trevisan (2018) ainda afirma que: “o padre Frutuoso Álvares parece ter sido um pedófilo contumaz” (p. 141) – mas, o próprio termo “pedófilo” ainda não existia de forma jurídica. Durante o período que permaneceu no Brasil, o padre teve relações sexuais com muitos adolescentes que possuíam entre 12 e 17 anos. Inclusive, os europeus não enxergavam ou tratavam as crianças como seres em processo de descoberta e crescimento, mas como “adultos incompetentes” (p. 165).

Certamente, no contexto cultural em que estou/estamos, não há relação consensual com uma criança de 12 anos, há estupro de vulnerável. No entanto, somente a partir do Código

Penal Republicano, em 1890, que algumas condutas quanto às pessoas menores de idades foram tipificadas como crimes e nomeadas de “corrupção de menor”.

Somado a isso, em uma de suas cartas, Cristóvão Colombo – de forma cruel – retratava os povos originários como possíveis subordinados, já que costumavam repetir o que os europeus falavam. Na sua perspectiva, eles não possuíam religião – apesar de todas as crenças e múltiplas conexões espirituais com a natureza – e, ainda que houvesse inúmeras línguas entre as etnias, os indígenas foram forçados a falar a língua dos homens brancos. Para Geni Núñez (2023), que é indígena e ativista guarani, esse controle era uma estratégia de apagamento linguístico e cultural.

A perversidade de Colombo escancara sua crença supremacista, na qual sua maneira de viver enquanto homem branco europeu colonizador é considerada a única legítima, e portanto, deve ser replicada – em determinados níveis – mesmo que para isso, seja necessário recorrer à violência, abuso e ao extermínio. Sob minha perspectiva, o que torna esse cenário ainda mais desprezível é a construção ficcional de que os povos indígenas precisavam de salvação. Como mencionei, essa narrativa não apenas oculta os reais acontecimentos, mas também busca justificar práticas como o epistemicídio, a diluição de subjetividades e dos modos de vida – impondo a moralidade cristã europeia –, além do silenciamento, apagamento e genocídio.

Mas, como se essas violências não fossem suficientes, entre 1542 e 1546, os europeus começaram a traficar pessoas da África a fim de escravizá-las e tratá-las como objetos comerciais e comercializáveis. Estima-se que em 1584, 14 dos 60 mil habitantes do Brasil haviam sido sequestrados da África: as atividades das *mulheres* escravizadas iam desde recolher os lixos das casas até servir como objetos sexuais para os seus senhores, que as viam como objetos de prazer e reprodução. Também era comum que *elas* iniciassem a vida sexual dos filhos dos seus senhores. Para os patriarcas, outra questão fundamental tratava-se do tamanho do pênis dos possíveis maridos das suas filhas, por isso, ele mandava que alguém espionasse. Além disso, também não era indicada a compra de alguém⁴¹ que possuísse o pênis pequeno, pois o tamanho era associado a infertilidade.

Com a intensificação das práticas sexuais nos ambientes domésticos, nos bordéis e nos colégios jesuítas – local onde se acredita que a homossexualidade se expandiu entre os órfãos portugueses –, os casos de Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST aumentavam vertiginosamente. No caso da sífilis, ela era transmitida para as *mulheres* escravizadas pelos seus senhores, que consequentemente, a passavam para os seus filhos. Ironicamente, a sífilis era

⁴¹ Achei extremamente bizarro e angustiante escrever isso.

vista como motivo de orgulho e bravura entre os homens europeus, enquanto aqueles que não a possuíam, eram satirizados. Para mim, o ápice da hipocrisia e da falta de escrúpulos é que apesar de perpetrarem a dominação, o apagamento cultural, o tráfico humano, os abusos sexuais e a disseminação de IST's, os colonizadores seguiam aliados à Igreja Católica, que legitimava sua violência (Travisian, 2018).

Por 210 anos, a *educação foi* responsabilidade dos jesuítas – membros da Companhia de Jesus. Buscando facilitar a comunicação com os indígenas, no início da colonização, os Jesuítas desenvolveram uma “língua geral” – Nheengatu –, que, por ser fundamentada no tupi, foi fortemente propagada e também possibilitou a interação entre indígenas de diferentes etnias. O processo de *educação*, mais especificamente denominada de catequização, objetivava tanto a dominação espiritual quanto o aprendizado forçado dos valores europeus, que aos poucos substituíram grande parte das culturas (costumes, crenças, modos relacionais e línguas) das várias etnias indígenas. Os jesuítas instituíram o ensino da seguinte forma: as crianças que eram *filhas* de portugueses e indígenas, faziam o ensino primário, enquanto as crianças brancas que, desde cedo, deveriam ser preparadas para ocupar posições hierárquicas superiores, iam para a escola secundária – até a metade do século XIX, foi negado o acesso educacional para as crianças negras (Sílvia Rita Magalhães, 2003).

Nas pesquisas que realizei sobre os jesuítas, percebi que, quase sempre, são retratados como protetores dos indígenas contra a escravização. Mas, como poderiam ser vistos dessa forma se, ao mesmo tempo, colaboraram diretamente para o apagamento cultural, expropriação e para a imposição das suas crenças e valores religiosos? Essa contradição me faz refletir como certas construções históricas tendem a suavizar os impactos coloniais.

Recentemente, uma amiga que estava em um país africano (infelizmente, não me recordo qual) me contou o quanto as missões ainda são frequentes por lá e como missionários da igreja se apresentam com um discurso de salvador. Naquele momento, lembrei de uma conversa que tive em dezembro de 2023. Saí antes das 08h, estava quase sem dormir e apenas ouvia e respondia superficialmente. Em determinado momento, a pessoa que estava comigo, contou que fazia parte da igreja e começou a falar sobre os países em que já havia realizado missões. Só depois, percebi o quanto essas práticas colonialistas ainda são reproduzidas, sendo apenas adaptadas ao contexto atual.

O Marquês de Pombal, movido por questões políticas, econômicas e ideológicas, expulsou os jesuítas do Brasil. Nessa época, eles haviam ampliado as catequeses, possuíam casas, escolas, várias missões e se dedicavam a ensinar a língua portuguesa para pessoas

abastadas. Pombal, sentindo-se ameaçado pelos jesuítas e pelo poder que possuíam, os expulsou a fim de manter o poder, impondo que a língua portuguesa deveria ser a única utilizada (Sílvia Rita Magalhães, 2003) – destaco que a língua portuguesa não se restringia a fala, mas englobava também novas formas de pensar. Durante o Diretório Pombalino⁴², as crianças de seis a doze anos eram retiradas das suas famílias, catequizadas, ensinadas a falar somente a língua portuguesa e as meninas eram ensinadas a realizar atividades de casa – a partir de uma lógica binária e sexista europeia. Ao voltar para casa, as crianças tinham a missão de ensinar a língua portuguesa – especialmente aos idosos – e os hábitos, costumes e valores que tinham aprendido ao longo dos anos (Geni Núñez, 2022).

A Ditadura Militar (1964-1985), período marcado pela censura e repressão, também proibiu o uso das línguas indígenas. O Relatório Figueiredo, documento que registrava os as violações e torturas cometidas contra os indígenas durante o Golpe Militar, foi dado como queimado durante um incêndio. No entanto, parece ter ressurgido das cinzas ao ter sido encontrado por um grupo. Se a ditadura representava um regime de violência, opressão e perversidade, contra os povos indígenas, operou de forma ainda mais brutal, buscando a destruição das suas etnias e línguas, além de impor o silenciamento e o extermínio de seus povos. Ainda naquela época, utilizando a justificativa de “desenvolvimento nacional”, o governo desenvolveu diversos projetos que obrigaram os indígenas a se deslocarem dos seus territórios (Geni Núñez, 2022).

Dando um salto para os acontecimentos atuais, especialmente no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), houve uma sucessão de políticas e discursos que visavam tornar mais frágeis os – poucos – direitos dos povos indígenas no Brasil. Em tom de desprezo, o ex-presidente tornava nítida a sua posição: “Vamos acabar com a indústria da demarcação de terras indígenas”. Além disso, ele impulsionava a exploração econômica dessas terras, que estavam sendo fiscalizadas de forma flexível pela Fundação Nacional do Indígena (FUNAI) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Logo, as violações por parte do governo e do seu representante, serviram como encorajamento – e até como exemplo – para que outras pessoas tentassem contra a vida dos povos indígenas e invadissem os seus territórios. Como houve desmonte em vários serviços de saúde, os indígenas também ficaram desassistidos (Naiara Galarraga, 2021)

⁴² Ao expulsar os jesuítas, além de ampliar a exploração, a política imperial de Pombal buscava: “a proibição das línguas nativas e a obrigatoriedade da língua portuguesa; a proibição da nudez; a obrigatoriedade de morar em casas separadas; o combate ao alcoolismo, a obrigação que os indígenas tivessem nome e sobrenome, sendo escolhidos para tal, nomes de famílias portuguesas, enfim, toda uma série de medidas no sentido de anular a identidade étnica dos povos indígenas” (Ricardo Pinto de Medeiros, p. 03, 2011).

O (des)governo de Bolsonaro me recorda a reflexão de Sueli Carneiro (2015, p. 15) sobre um dos legados da escravidão: “a prevalência de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros, o que consequentemente, leva à naturalização da desigualdade de direitos”. Este pensamento surge e é reforçado a partir da lógica colonizadora, que considera a sua imagem enquanto referência, logo, aquele que não é semelhante, não é tão humano e tampouco possui dignidade suficiente. A partir de uma leitura foucaultiana, Sueli Carneiro reflete sobre a capacidade que o Estado possui de controlar existências através do poder que exerce sobre essas. Com isso, pode-se dizer que o Estado é capaz de manter a vida, bem como é capaz de consentir com a deslegitimação e morte de “segmentos indesejáveis” (2015, p. 92), isto é, os que escapam ao padrão branco, neurotípico, cisgênero, hétero e cristão.

Na gestão atual do presidente Lula, em 9 de janeiro de 2024 aconteceu uma reunião com os ministros e representantes do governo, a fim de avaliar novas políticas assistenciais para os povos Yanomami⁴³, que vêm sofrendo com o desmatamento e com o garimpo ilegal – responsável por contaminar rios, solos e animais com mercúrios, afetando a alimentação que é baseada na pesca, caça, frutos, raízes e agricultura. O orçamento para pôr em prática essas ações de melhoria de vida é de R\$ 1,2 bilhão. No início da reunião, o Presidente declarou:

Vamos tratar a questão indígena e a questão dos Yanomami como uma questão de Estado, ou seja, nós vamos ter que fazer um esforço ainda maior, utilizar todo o poder que a máquina pública pode ter, porque não é possível que a gente possa perder uma guerra para garimpo ilegal, para madeireiro ilegal, para pessoas que estão fazendo coisas contra o que a lei determina (...) Essa reunião aqui é para definir, de uma vez por todas, o que o nosso governo vai fazer para evitar que os indígenas brasileiros continuem sendo vítimas de massacres, do vandalismo, da garimpagem e das pessoas que querem invadir as áreas que estão preservadas e que têm dono e não podem ser utilizadas (BRASIL, 2024).

Para a ativista indígena Geni Núñez, a retomada de terras indígenas não reproduz a lógica colonialista de invasão ou expropriação, mas representa a luta pela existência, pelo direito de retomar, reconstruir e exercer outras formas de ser e estar no mundo. A partir da leitura de Frantz Fanon, Geni nos recorda que o revolucionário declarava que a obsessão pelo domínio é do campo do desejo do branco, que carrega consigo os “instrumentos” de controle, imposição e salvação. Assim, a luta anticolonial não se trata de uma inversão de papéis, na qual os oprimidos assumiriam o lugar dos opressores, mas da ruptura com a ideia de que algumas vidas são mais importantes e valiosas que outras. Trata-se, portanto, da construção de relações horizontais e comunitárias. A retomada indígena emerge como resistência contra as estruturas – ainda vigentes – do racismo, patriarcado e exploração (Geni Núñez, 2023)

⁴³ Para acessar a Cartilha “SOS Yanomami” na íntegra: https://www.gov.br/funai/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/sos-yanomami_cartilha_final.pdf.

3.1 “Ser mono é muito pouco. Nosso pensamento é plural. Somos contracolonialistas. Viemos para contrariar.”⁴⁴

Através de Nego Bispo e Frantz Fanon, pude compreender que o primeiro território a ser dominado pelos colonizadores foram os nossos corpos – estes que fugiam às normas eurocêntricas, binárias, racistas e sexistas, foram e são alvos de constantes tentativas de apagamento e extermínio. Hija de Perra (2014) também expõe que apesar de saquearem o nosso território, dos estupros e do genocídio causado pelos colonizadores, as normativas religiosas e os processos violentos ficaram impregnados e inscritos no nosso “fluxo neuronal” (p. 01).

É uma situação em que, ao mesmo tempo que o colonizador viola, ele se torna um modelo a ser seguido – não porque nossos povos acreditavam nele, mas porque suas violências conseguiram subjugar-los. Recentemente, no dia 02 de fevereiro, comentei com a minha avó sobre Iemanjá e, logo em seguida, ela, que nunca foi de ir à igreja e era do terreiro, começou a dizer que eu deveria falar de deus. Respondi que não falaria por não acreditar, e então ela repetiu a mesma pergunta-acusação de sempre: “Eu não sei como alguém vive sem acreditar em deus!?. Apenas respondi o de sempre: “Vivendo”. Apresento essa situação porque – sem querer duvidar das crenças alheias – talvez nem minha avó saiba, de fato, se (ou porque) acredita em deus. O que sei é que as práticas católicas não fazem sentido para ela. Minha mãe, apesar de não acreditar, evita falar sobre isso abertamente, acredito que por medo ou receio de repressão.

Retomando as elaborações de Hija, ela denuncia a continuidade das violências impostas no período colonial, como o corte de cabelo dos povos originários, utilizado para diferenciá-los dentro de uma lógica binária. Nesse contexto, Omar compartilha uma experiência de sua infância, na qual presenciou a violência institucional realizada pela diretora da sua escola, ao solicitar que a mãe de uma criança cortasse seu cabelo para evitar que fosse alvo de agressões.

Elu conta que, em sua escola, havia um colega de ascendência indígena que usava o cabelo comprido. Certo dia, um grupo de crianças o cercou e começou a chamá-lo de “menininha”, episódio que Omar presenciou com profunda indignação. Em seguida, a professora se aproximou e pediu que as crianças parassem, mas a solução encontrada pela diretora foi orientar a mãe da criança a cortar seu cabelo, argumentando que isso evitaria novos constrangimentos para o seu filho.

⁴⁴ Fragmento da discussão apresentada por Nego Bispo na primeira palestra “Presenças Orgânicas, invisibilidades sintéticas” do Seminário Culturas em Pensamento, na Universidade Federal de Minas Gerais.

No entanto, a diretora estava errada. A violência não cessou: a criança passou de “menininha” para, então, ser apelidada de “tigelinha”. Para Omar, isso tornou nítido que a questão não se tratava apenas do cabelo, mas da necessidade de disciplinar corpos dissidentes dentro de uma lógica binária e colonialista de gênero. Esses episódios violentos marcaram Omar, causando uma sensação de proximidade com esse colega, pois, ainda que de maneiras distintas, eles compartilhavam a experiência de desafiar a norma e resistir a ela.

A atitude da diretora não apenas reforçou a violência do binarismo de gênero, como também não incentivou nenhuma reflexão nas crianças. Considerando o espaço escolar/educacional como um produtor de sociabilidades e “sujeitidades” (Salih, 2020), educadoras/es podem desenvolver atividades adaptadas às diferentes faixas etárias, estimulando a desnaturalização de elementos sociais como sexo, gênero, binariedade, sexualidade e raça.

Enquanto relembrava dos relatos de Omar especificamente na escola, trouxe à memória um ponto que me tocou profundamente durante a escrita deste trabalho – a experiência de ser uma pessoa neurodivergente. Não tanto pelas vivências em si, pois, mesmo quando ainda estava na escola e sem entender do que se tratava, desenvolvi estratégias para lidar com algumas situações – e quando digo isso, não é de forma romântica, mas para afirmar que havia uma força em mim que não me permitia desistir. No entanto, ao refletir sobre minha organização para estudar e escrever, sei que muitas pessoas poderiam questionar minha aptidão em cursar um mestrado, enquanto outras talvez se sentissem encorajadas. O que desejo enfatizar é que a monocultura – seja dos afetos, das vivências, dos saberes ou dos modos de vida – serve apenas para silenciar, apagar e exterminar determinadas existências, ao mesmo tempo em que promove outras como modelos a serem seguidos.

Em resposta ao processo colonial, se a ordem e a normalidade são características da colonização, a “desordem absoluta”, para Frantz Fanon, é o caminho (Geni Núñez, 2023). O revolucionário apresenta a luta anticolonial como um caminho inevitável para a libertação e emancipação dos povos colonizados: “a violência do colonizado unifica o povo (...) a violência desintoxica. Liberta o colonizado do seu complexo de inferioridade” (2022, p. 89). Fanon argumenta que a violência contra os colonizadores não é meramente uma resposta contra a opressão, mas uma forma pela qual as pessoas colonizadas irão romper com as estruturas de dominação. Com essa ruptura no ciclo de dominação e perversidade, as pessoas podem reconstruir as suas próprias histórias.

No contexto brasileiro, Nêgo Bispo apresenta a perspectiva dos quilombos – que, inicialmente, eram comunidades organizadas por pessoas escravizadas que conseguiam fugir da

exploração escravocrata. A vida nessas comunidades é pautada na autogestão e até hoje, os quilombos são representações das luta contra a colonização, visto a possibilidade de resgatarem e viverem suas culturas e crenças. A professora Elizete, em notícia veiculada no Portal Luneta (2024) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), nos traz que “a intenção dele (Nêgo Bispo) era desconstruir o adestramento do corpo e da mente introduzido através do colonialismo, que, encoberto pelo monoteísmo cristão, trouxe diversas problemáticas para o Brasil atual, como racismo e intolerância religiosa”.

Nêgo Bispo (2015) descreve a contracolônização como as formas pelas quais os povos tradicionais e quilombolas se organizam e se opõem para proteger suas terras e modos de resistir e existir. Mas, para além disso, a contracolônização defende a subversão da lógica colonial e consequentemente, uma reorganização social. Nesta, as construções que anulam os referenciais europeus e retomam as sabedorias ancestrais nas maneiras de pensar e viver.

Apesar de partirem de contextos e perspectivas distintas, Nêgo Bispo e Frantz Fanon são pensadores fundamentais na crítica radical à colonização e na formulação de estratégias de enfrentamento. Ambos, a partir de suas experiências, elaboram caminhos para a (re)construção de novos mundos que não se edifiquem apenas na resistência, mas que se alicerces a partir dos paradigmas anticoloniais e contracoloniais. Nêgo Bispo, ao defender a construção de uma sociedade desvinculada dos referenciais e vestígios europeus, não propõe uma luta voltada para a inclusão na normatividade branca, mas sim a afirmação de modos de existências que sempre resistiram e prosperaram à margem da colonialidade. Para ele, a alternativa ao colonialismo já existe nos quilombos e territórios ancestrais, bastando fortalecê-los como espaços autônomos e revolucionários.

Guiado pelos princípios marxistas e pela psicanálise, o psiquiatra Frantz Fanon dedicou-se a analisar os impactos psicológicos da dominação colonial e do racismo. Em suas reflexões, a colonização vai além da exploração econômica e política, afetando profundamente a subjetividade de pessoas colonizadas. Para além de “desumanizar” e “coisificar” essas pessoas, seus valores, crenças e culturas são sistematicamente desvalorizados, enquanto tudo que pertence ao colonizador é exaltado. Como consequência, muitas pessoas colonizadas internalizam uma suposta inferioridade, desenvolvendo uma relação de dependência e uma necessidade de aceitação por parte de quem os domina – ao invés de rejeitá-los. Diante desse cenário, Fanon defende a desordem radical como possibilidade única para libertação: a violência revolucionária como resposta à opressão colonial. Para ele, a violência não é “apenas” um meio de destruir as estruturas coloniais, mas de reconstruir a subjetividade dos colonizados.

Se o colonialismo se mantém por meio da força, exploração e “coisificação” dos “outros”, a única resposta à altura dessa violência é a contraviolência – um processo de rebelião e insurgência capaz de romper com a ordem colonial e reconstruir uma nova ordem social com base na autonomia e autodeterminação dos povos que foram oprimidos.

3.2 *“Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades”*

Embora entenda o esforço de Trevisan em compilar uma extensa pesquisa, penso que algumas escolhas narrativas reforçam estereótipos históricos. Descrever insistentemente a figura da pessoa indígena como “naturalmente” fogosa, por exemplo, reforça uma visão exótica que é utilizada para justificar violências coloniais. Além disso, a categorização binária entre “mulher” e “homem” – imposta pelos colonizadores portugueses – é reproduzida por Trevisan. Apesar de ter descrito algumas violências do sistema colonial, optei por escrever um tópico para essas duas pessoas que, através das violências impostas em seus corpos, escancaram a aniquilação e a resistência das pessoas dissidentes.

3.2.1 Tibira⁴⁵ do Maranhão

Figura 09 - Representação do indígena Tupinambá conhecido como Tibira



⁴⁵ Na língua tupi, o termo “tibira” era utilizado para as pessoas que divergiam das expectativas quanto à sexualidade.

Fonte: BBC News Brasil (2020)

O indígena Tupinambá conhecido como Tibira do Maranhão não se encaixava nos moldes estabelecidos pelos europeus. Como os colonizadores intencionavam “civilizar” os indígenas, na visão deles, Tibira representava uma ameaça. Portanto, os portugueses decidiram executá-lo de maneira brutal: amarraram-no à boca de um canhão, suplicando para que sua morte fosse um exemplo para os demais. Na obra *Existe Índio Gay?* (2019), Estevão Fernandes apresenta um trecho do relato do capuchinho francês Yves D’Evreux, no qual ele descreve o assassinato de Tibira em 1614:

Há em Juniparan, na Ilha, um hermafrodita que, externamente, se assemelha mais a um homem do que a uma mulher; pois possui rosto e voz femininos, além de cabelos finos, flexíveis e compridos. No entanto, casou-se e teve filhos. Ainda assim, possui um temperamento tão forte que continua vivo porque os indígenas da aldeia temem trocar palavras com ele. Ao final, levaram o condenado até a peça montada na muralha do Forte de São Luís, próximo ao mar. Amarraram-no pela cintura à boca do canhão, e o Cardeal Vermelho ateou fogo à escorva, na presença de todos os Principais, dos indígenas e dos franceses. Imediatamente, a bala dividiu seu corpo em duas partes, fazendo com que uma caísse ao pé da muralha e a outra no mar, onde nunca mais foi encontrada.

3.2.2 Dandara dos Santos

Figura 10 - “Dandara não tinha medo de ser melhor.”



Fonte: Estado de Minas (2017)

Ao pesquisar sobre Dandara dos Santos, o que encontro são majoritariamente notícias de seu assassinato. No entanto, as informações que encontrei revelam que ela morava em Fortaleza - CE e mantinha uma boa relação com sua comunidade.

“Ela passava toda pintada, de salto alto. Era uma menina muito boa. Chamava todo mundo de rainha, amiga”, lamenta a vizinha Luíza Maria Ferreira, a Iza, de 66. Com a melhor amiga, Estelina Bevilaqua, de 43, trocava confidências e dicas de beleza. “Falava para eu usar calcinha fio dental, porque valorizava o corpo”, conta, revelando os segredos. “Era muito sensível. Tinha um complexo porque não se realizou profissionalmente e não tinha um companheiro legal”, diz Estelina, chorando. As duas chegaram a morar juntas, na época em que Dandara começou a se revelar. “Ela tinha uma alma de mulher”, diz (Estado de Minas, 2017).

Sua história de vida antes desse crime brutal permanece quase invisível. Desde o dia 15 de fevereiro de 2017, Dandara tornou-se um símbolo de luta e resistência contra a transfobia. Ela foi humilhada, brutalmente violentada física e psicologicamente, colocada em um carrinho de mão e, mesmo implorando por sua vida, mencionando sua mãe, foi executada de forma cruel. O crime foi cometido por cinco adolescentes e sete adultos, que não se contentaram em agredi-la e matá-la, mas também registraram e divulgaram o vídeo da nas redes sociais, acredito que com a intenção de transformar a dor causada em Dandara em um espetáculo (O Povo, 2020). Particularmente, a execução de Dandara me trouxe à memória tanto o caso de Tibira quanto às pessoas que eram executadas e expostas em praças públicas como demonstração e controle.

Ao discorrer brevemente sobre os casos de Tibira e Dandara dos Santos, pretendo demonstrar a continuidade das violações praticadas contra pessoas que, em suas épocas, divergiam de uma moral socialmente estabelecida, mesmo diante da distância temporal entre os casos e das transformações sociais ocorridas ao longo dos séculos. Não é minha intenção impor a Tibira qualquer categoria ocidental, mas sim demonstrar como a perseguição persiste, mas ressignificada sob novas roupagens. Tibira foi alvo de extermínio durante a colonização por não se enquadrar nos “moldes europeus”; Dandara assassinada em 2017, vítima de um crime de ódio por ser dissidente de gênero. Já em 2025, nós, pessoas LGBTQIAPNB+, continuamos sendo alvos de violências institucionais, sociais e estatais, fato que evidencia a permanência do desejo de eliminar o que excede a cisheteronormatividade.

Essas estruturas de exclusão e extermínio, sustentadas por bases históricas profundamente arraigadas, demonstram uma impressionante capacidade de se reinventar. Se no período colonial a dominação era exercida pela força física e pela monocultura dos afetos, dos saberes, das línguas e pela disseminação de IST's, hoje o Brasil adota outras estratégias para nos negar

direitos e nos manter à margem. Não por acaso, é raro ver uma pessoa dissidente – especialmente de gênero – ocupar espaços de poder. Portanto, ao meu ver, resgatar o caso de Tibira é reafirmar que a violência contra os nossos corpos não surgiu de forma espontânea, mas foi sistematicamente estruturada dentro de um projeto histórico.

Portanto, uma das minhas maiores inquietações diante da intensa pressão dos movimentos sociais é compreender o que o Estado tem feito para além de promulgar leis no papel. Em junho de 2024, estive no mutirão realizado pela Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) para retificar o gênero na certidão de nascimento. Para isso, precisei retirar algumas certidões em dois cartórios. No primeiro, o atendente – um senhor que visivelmente estava com desdém – perguntou pelo menos três vezes, de forma irônica, se eu também não mudaria o nome. Pacientemente, expliquei que aquele documento não se limitava a essa função.

No meio da situação, meu parceiro – um homem branco de quase dois metros – chegou ao cartório e foi até o guichê onde eu estava. Ele havia saído de uma audiência e ainda vestia um terno. A presença parece ter sido suficiente para inibir a postura irônica do atendente. Aqui, um dos meus pontos se refere a: se o Estado “oferece” um serviço, é necessário assegurar que as pessoas consigam dar continuidade. Sei que haverá entraves e poréns, no entanto, existem situações – como a postura desse atendente – que podem ser evitadas. Outro aspecto é: por que o atendente se sentiu confortável em me constranger quando eu estava só, mas na presença do meu parceiro, não? Em algum momento deste trabalho, menciono o termo “escudo branco”. Este cabe perfeitamente aqui. E de forma alguma, isso me traz alívio ou segurança.

4. “NÃO SE NASCE CISGÊNERO, TORNA-SE CISGÊNERO”⁴⁶

4.1 Dispositivos reguladores e reafirmadores de gênero: o que o “chá-revelação” tem a nos dizer?

Ao pesquisar no *Google*, me deparei com uma série de simpatias e testes caseiros para descobrir o “sexo” do bebê. Alguns envolvem alianças, combinação dos nomes dos pais, a soma das idades e até substâncias como água, urina e repolho - este último, a depender da cor resultante da mistura, indicaria se o bebê seria considerado menino ou menina. A ultrassonografia, método também utilizado para identificar a genitália do feto, é frequentemente acompanhada por expectativas de gênero, pois, socialmente, a genitália é tomada como determinante do “sexo” e, conseqüentemente, do “gênero”.

O chá-revelação, evento em que se anuncia essa informação por meio das cores rosa ou azul, serve como um rito para carimbar e reforçar papéis e práticas reguladoras nos nossos corpos. Quando reflito sobre isso, me parece perverso impor tantas expectativas sobre alguém que sequer nasceu. Socializar uma criança e moldar seus comportamentos de acordo com a sua genitália, ao meu ver, é cercear sua autonomia e subjetividade antes mesmo que ela tenha a chance de descobri-las. Na minha perspectiva, a compulsoriedade cisgênera⁴⁷ resiste por encaixar e proteger as pessoas cis em um ideal de “normalidade” construído socialmente. No entanto, esse encaixe e proteção as mantém reféns de estereótipos, de determinadas estéticas, comportamentos e interesses.

Se o gênero não existe de forma material e se constitui por meio das minhas/nossas práticas e performances, é a partir da desnaturalização que podemos questionar e desestabilizar a cisheteronormatividade. Na sua obra *Desfazendo Gênero* (2022, p. 77), Butler afirma que “gênero é o mecanismo pelo qual a noção de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas o gênero pode muito bem ser o dispositivo pelos quais tais termos são desconstruídos e desnaturalizados”. Apresento essas ações como gestos que, embora possam parecer simples, carregam um enorme potencial de transformação e contribuição para a construção de um novo mundo – eu acredito firmemente nisso. Destaco: evitar o uso automático de pronomes binários, optando por termos mais neutros⁴⁸, como “pessoa”;

⁴⁶ Parafraseando a expressão revolucionária de Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se mulher”, intenciono contribuir para a não caracterização do gênero como estável.

⁴⁷ Entendo que não há uma cisgeneridade, e sim cisgeneridades, visto que a pessoa pode ser interpelada por outros marcadores sociais.

⁴⁸ No ano passado, durante meu período no Coletivo Não Binário, visitamos o Centro de Referência LGBTQIAPNB+ Luciano Bezerra, em Campina Grande, para realizar uma roda de conversa. Logo no início, o advogado ressaltou que uma das práticas adotadas pelos funcionários era evitar o tratamento binário às pessoas que buscavam o serviço.

questionar a imposição do binarismo nas vestimentas, nos brinquedos e em outras práticas, e problematizar a segmentação dos banheiros públicos, que corriqueiramente exclui os nossos corpos dissidentes.

4.2 Banheiros como instrumentos de exclusão social

A divisão dos banheiros entre masculino e feminino é uma das expressões mais evidentes de como o binarismo molda os espaços públicos. Essa divisão parte do pressuposto de que todas as pessoas são homens ou mulheres e de que essa segmentação é crucial para a organização social. As justificativas utilizadas para essa divisão frequentemente se camuflam na ideia de “segurança”, sustentada, em grande parte, por uma falácia do espantalho que coloca mulheres trans e travestis como uma ameaça constante para as mulheres cis. Não são raros os casos de expulsões de banheiros públicos sob alegação de que a mulher cis se sentiu ameaçada pela presença de outra pessoa. Ao mesmo tempo, já acompanhei notícias em que mulheres trans e travestis são orientadas a utilizar o banheiro masculino. Mas e a segurança delas? Alguém se preocupa?

Essa divisão impõe e reforça uma normatividade, ignorando – propositalmente – pessoas trans, travestis, não binárias e transforma um ato corriqueiro em uma situação de constrangimento, exclusão e perigo. Nas minhas vivências, essas situações têm se tornado gradativamente mais violentas. Primeiro, porque é um grande evento encontrar um banheiro sem identificação binária ou que inclua as dissidências de gênero. Mas, cada vez que entro em um espaço onde essa possibilidade não existe, sinto como se um pouquinho da minha existência fosse negada. Por um período, tentei internalizar as frases que as pessoas me diziam: *“você é maior que uma placa de banheiro”*, *“mas é só um banheiro”*, mas não, nunca é só um banheiro. Aquela ausência é intencional. Ela me diz, sem precisar verbalizar nada, que meu corpo e minha existência não são bem-vindos. Nessas horas, não há teoria que me resgate – e não se trata de desejar permanecer em espaços que não consideram minha existência - o ponto é que a nossa sociedade é majoritariamente binária e consequentemente, feita para pessoas binárias.

Diante das opções, eu preciso “escolher” um banheiro, que atualmente, tem sido o feminino – já ouvi que por ter a “aparência feminina”, eu poderia transitar tranquilamente pelo ambiente. É compreensível o quanto essa fala é carregada de questões? É como se a minha aparência fosse um passe livre – mas somente em alguns momentos. Antes de mudar para João Pessoa, cortei o cabelo bem curtinho e, inicialmente, viajei bastante para o Ceará.

Nessas viagens, vestia roupas largas e confortáveis: tênis, calça folgada e algum moletom do meu parceiro. Nas idas aos banheiros, percebia olhares estranhos de algumas mulheres. Um dia, uma delas parecia me olhar com aversão e permaneceu encostada na cabine até que eu saísse do banheiro. Não sei exatamente o que provocou e provoca essa reação, mas minha única resposta foi rir – um mecanismo de defesa, talvez? Mas, o ponto que quero trazer é que, quando eu estava com o cabelo maior, alisado e loiro, e me preocupava em performar feminilidade, esses olhares não existiam.

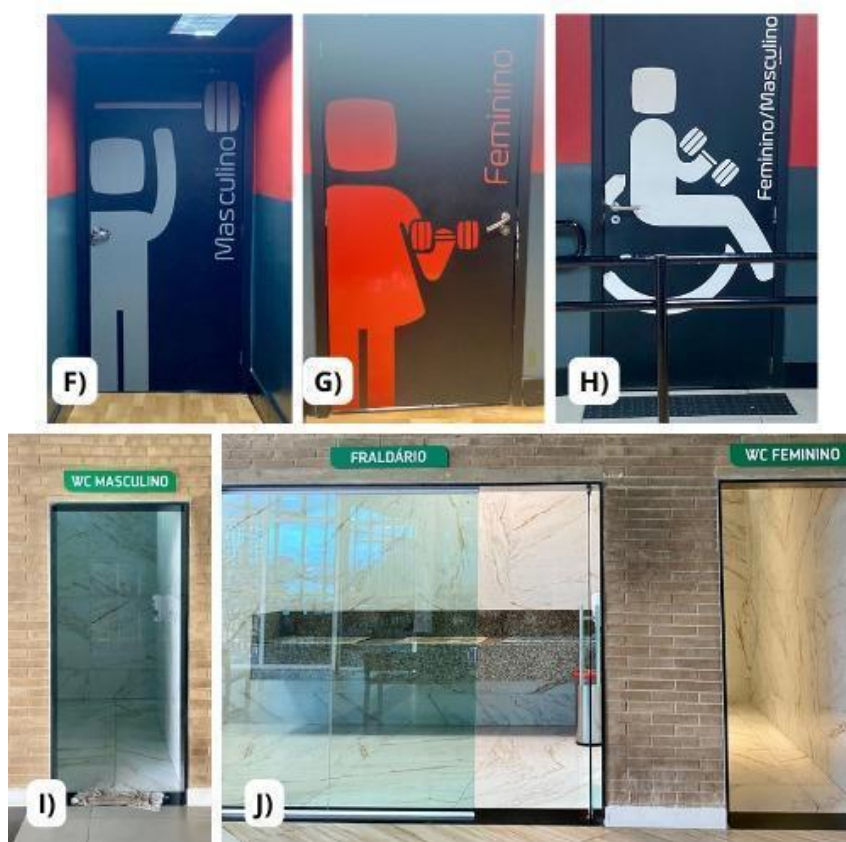
Durante o recesso de fim de ano, viajei entre Juazeiro do Norte - CE, Sanharó - PE e João Pessoa - PB. Decidi fotografar alguns banheiros e agrupar essas imagens com outras que já havia registrado (A-E), buscando entender melhor a dinâmica desses espaços.

Figura 11 - Cinco fotografias, nomeadas da letra A até a E. Nos registros, há placas que indicam a divisão binária dos banheiros.



Fonte: do autor (2023)

Figura 12 - Cinco fotos que vão da letra F até a J. Além da divisão binária, há um banheiro para PCDs que é de uso feminino e masculino e um fraldário ao lado do banheiro feminino.



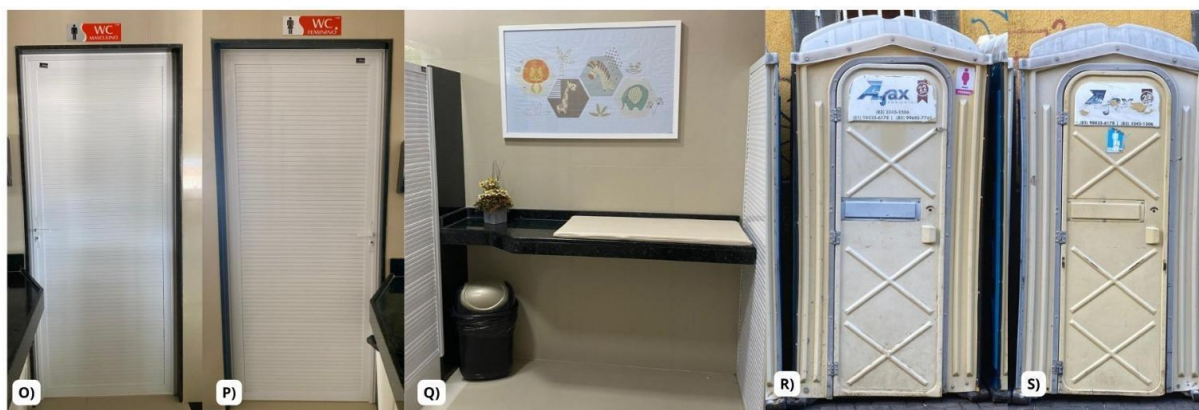
Fonte: do autor (2025)

Figura 13 - Quatro fotos caracterizadas entre as letras K e N. Para além da divisão binária, há um fraldário localizado ao lado do banheiro feminino.



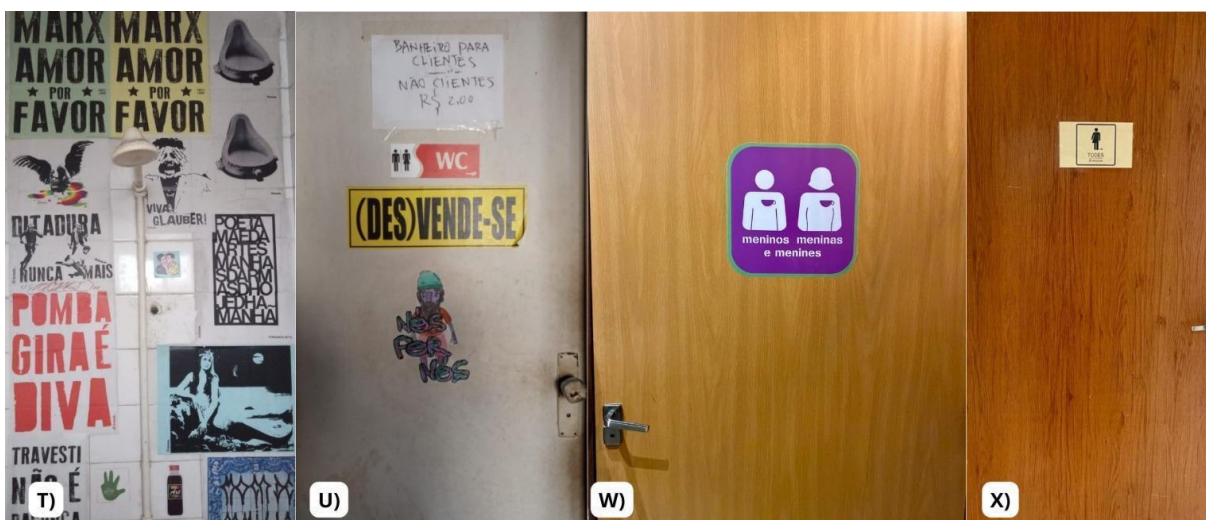
Fonte: do autor (2025)

Figura 14 - Cinco fotografias descritas entre as letras O e S⁴⁹. Quatro demonstram a divisão binária dos banheiros e o registro de letra Q refere-se ao fraldário localizado no banheiro feminino (P).



Fonte: do autor (2025)

Figura 15 - Quatro fotos divididas entre as letras T e X. Os registros T e U se tratam do mesmo banheiro e a placa na segunda fotografia indica que o ambiente é de uso tanto feminino quanto masculino. Os outros dois, W e X se tratam de banheiros para “meninas, meninas e meninos” (W) e para “todes” (X).



Fonte: do autor (2025)

As placas expostas nos banheiros registrados, em grande maioria, representam uma divisão binária desses espaços. O que, de fato, não me surpreende. As representações dos

⁴⁹ Nesse espaço, percebi que alguns banheiros químicos estavam sem adesivos de identificação, não sei se de forma intencional ou por algum imprevisto. No entanto, não consegui fotografá-los devido à grande circulação de pessoas no local.

ambientes “femininos” e “masculinos” frequentemente remetem às cores rosa, azul, vermelho e branco. Além disso, os bonequinhos – como irei nomear as representações corpóreas expostas nas placas – utilizam atributos associados à feminilidade, como saia e cabelo na altura ou abaixo do ombro; já os “bonequinhos masculinos” são representados de maneira mais neutra, como se vestissem calça e camisa, enquanto a ausência de cabelo parece reforçar a ideia de que o espaço é unicamente masculino. carimbasse o ambiente como masculino.

Três registros que considero interessantes estão localizados na figura 12, identificados pelas letras F, G e H. A fotografia F mostra a porta de um banheiro masculino, onde é possível visualizar um bonequinho erguendo uma barra. Já a fotografia G retrata a porta de um banheiro feminino no mesmo ambiente do registro anterior, mas, nesse caso, o bonequinho segura apenas um halter. Mais uma vez, há a repetição de estereótipos e de papéis sociais em um ambiente – a academia – historicamente marcado como um ambiente masculino, devido a associação cultural de que a força física, a competição e o desenvolvimento da musculatura remetem ao ideal de masculinidade. Em contrapartida, para a figura feminina, ainda há a imposição de um corpo magro, delicado e que tenha músculos fortes. A terceira figura é a H e demonstra a porta de um banheiro para PCDs – parece que nesse caso, é bem possível que tanto mulheres quanto homens o utilizem.

Outro ponto que me chamou bastante atenção foi a quantidade de fraldários dentro ou ao lado dos banheiros femininos – um reflexo evidente da sobrecarga das mulheres nos cuidados com as crianças. Nas fotografias, podem ser identificados nas J, L, M e O, sendo este último localizado dentro do banheiro registrado na letra P. Durante a maior parte da minha vida, utilizei banheiros femininos e vi diversos trocadores nesses espaços, mas, ao registrá-los, algo me tocou de maneira diferente – espero digerir e descobrir o porquê.

O registro de letra U revela uma porta com algumas informações. Dentre elas, há uma placa indicando que o banheiro é de uso feminino e masculino e, logo abaixo, há um adesivo com a palavra “(des)vende-se”. A primeira vez que olhei com atenção para esse adesivo foi em dezembro do ano passado, e ele me trouxe um universo de interpretações e de histórias. As últimas fotografias, nas letras W e X, retratam portas de banheiros não binárias. No entanto, na minha perspectiva, apesar da perspectiva, ainda há um apego à binariedade. No registro W, está escrito “meninos, meninas e menines”, no entanto, há duas representações, uma supostamente feminina e outra masculina – afirmo com base nas construções das representações que discuti acima. A última fotografia (X) possui a palavra todes e a representação de um bonequinho que seria “metade homem, metade mulher”, pois parte está de saia e a outra, de calça.

4.3 “*Ei, seu banheiro é ali*”

Guendolina experienciou um episódio marcante no shopping Manaíra, quando ainda estava em um relacionamento. Após uma experiência relativamente positiva em que circulou pelo condomínio de sua então namorada vestindo roupas consideradas femininas, decidiu dar um passo adiante: ir ao shopping. Inicialmente, ela estava confiante, mas essa sensação se dissolveu assim que percebeu os olhares ao seu redor. As pessoas a observavam com estranhamento, como se ela fosse algo incompreensível.

Naquele período, Guendolina não dominava técnicas de maquiagem e estava descobrindo sobre os estilos de vestimentas que gostava. Sua relação com a própria expressão de gênero estava em construção, e a passabilidade não era algo que dominava. Esse fator, segundo ela, foi determinante para a experiência que vivenciou ao tentar utilizar o banheiro feminino do shopping. Enquanto esperava a abertura de uma cabine, foi abordada por uma funcionária da limpeza que, de forma insistente, apontava para o banheiro masculino e afirmava: “*Ei, seu banheiro é ali*”.

Diante da situação, Guendolina hesitou em responder, pois sabia que sua voz grave poderia intensificar o conflito. Ela decidiu fingir que não estava compreendendo, mas a atenção ao seu redor aumentou. Em pouco tempo, um pequeno grupo se formou ao seu redor, incluindo um homem que, apesar de não ser funcionário do shopping, assumiu a posição de segurança. Ele argumentou que Guendolina não poderia estar ali, pois, segundo ele, “*a lei ainda não estava em vigor*”. Nesse momento, sua namorada ainda estava dentro da cabine, sem perceber o que acontecia do lado de fora. Quando finalmente saiu, Guendolina sinalizou discretamente para que saíssem juntas. Apesar da indignação, sabia que qualquer reação mais incisiva poderia ser usada contra ela, reforçando estereótipos negativos sobre pessoas dissidentes de gênero: “*elas são violentas, elas são tudo ruim*”. Controlando sua raiva, deixou o local em silêncio. O que deveria ter sido um passeio trivial havia se transformado em um episódio de exclusão e humilhação.

O desconforto persistiu mesmo depois que saíram do shopping. Ao chegarem ao ponto de ônibus, um grupo de quatro jovens conversava e brincava, o que fez com que Guendolina sentisse medo de se tornar alvo de piadas. Pouco tempo depois, a alça de sua bolsa se rompeu, espalhando seus pertences pelo chão. A experiência foi tão intensa que ela demorou a sentir que estava pronta para repetir algo semelhante. Embora tenha tentado novamente cerca de um mês depois, a lembrança daquele dia ainda estava muito presente. Anos mais tarde, ao retornar ao shopping com a mesma pessoa, decidiram tirar uma foto em um espelho lateral de uma das

escadas, recriando uma imagem que haviam feito naquele dia traumático. O momento trouxe um misto de nostalgia e reflexão sobre o percurso vivido desde então.

No entanto, a realidade da exclusão continuava presente. Mesmo quando não era verbalmente hostilizada, Guendolina percebia que sua presença incomodava. Durante aquele passeio, ao se ver diante da necessidade de lavar as mãos após comer, enfrentou novamente o dilema: qual banheiro utilizar? Se optasse pelo masculino, sabia que poderia ser confrontada. Se escolhesse o feminino, o risco era ainda maior. Decidiu, então, entrar no banheiro feminino, seguindo um esquema em que sua namorada entraria à frente para minimizar qualquer reação. No entanto, assim que atravessaram a porta, foram percebidas. Mais uma vez, Guendolina sentiu na pele a rejeição e o constrangimento de existir em um espaço que, aos olhos alheios, não lhe pertencia.

Mais uma vez, o banheiro parece funcionar menos como um espaço para necessidades fisiológicas e mais como um vigia da norma cisgênera. Para mim, a questão central é justamente essa: impedir que eu ou qualquer outra pessoa dissidente de gênero utilize um banheiro, significa, na prática, tentar impedir a nossa própria existência. Esse controle é quase simbólico, porém não poderia ser mais concreto, pois afirmar “*você não pode ocupar este lugar*”, é dizer: você não pode ocupar lugar algum sem se sujeitar às normas sexistas, binárias e heteronormativas. Vejo que questionar e se opor a essas normas perversas e rígidas não é um gesto individual, mas um esforço coletivo que intenciona a criação de um ruído, um incômodo que cause fissuras nas estruturas hegemônicas. Esse barulho pode viabilizar a construção de alianças grupais, e, conseqüentemente, a criação de espaços onde nós, pessoas dissidentes, finalmente existiremos com segurança e proteção.

A Resolução Nº 2, de 19 de setembro de 2023 “estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis, mulheres e homens transexuais, e pessoas transmasculinas e não binárias – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização” (BRASIL, 2023).

No entanto, embora a criação de resoluções como essa signifique avanços políticos e sociais, elas não são suficientes para garantir o nosso acesso de forma segura a esses espaços. Banheiros com neutralidade de gênero ou com cabines individuais representam avanços, porém, destaco que a luta não se restringe à infraestrutura. O ponto central da questão envolve mudanças sociais e culturais que estão arraigadas há séculos. Aqui, não estou falando “apenas”

de acessar um banheiro com segurança, mas da possibilidade de existir sem que a cisgeneridade seja considerada continue sendo imposta como norma legítima. Abaixo, estão os cartazes informativos sobre a “Resolução N° 2”:

Figura 16 - Cartaz exposto no Centro de Biotecnologia. Dispõe da Resolução N° 2, acerca do uso de banheiro de forma individual, independente do gênero;



Fonte: Foto cedida pelo professor Jailson. (2023)

Figura 17 - Cartaz exposto no Centro de Biotecnologia. Dispõe da Resolução N° 2 e discorre sobre o caráter inclusivo do Biotec.



Fonte: Foto cedida pelo professor Jailson. (2023)

4.4 “Eu fico com a pureza da respostas das crianças”⁵⁰

4.4.1 “Fêmea é alvo de caça”⁵¹

“Pavor, pavor, pavor” foi a forma como Ariel descreveu o que sentia antes de menstruar. Ela sabia que em algum momento teria que atravessar a fronteira entre a infância e aquilo que nomeou como “*se tornar mulher, se tornar essa coisa*”. Então, ainda criança, antes mesmo da primeira menstruação, já sentia um medo profundo da transformação que esperavam dela. Menstruar significaria crescer, virar “mocinha”, abandonar o espaço livre da infância para ser confinada às expectativas do feminino – e ela sabia que aquela liberdade tinha prazo de validade. No entanto, ela gostava mesmo era de jogar bola, correr, ocupar o mundo sem que lhe dissessem que precisava se comportar de determinada maneira.

Com o tempo, Ariel começou a notar as diferenças impostas pela sociedade na socialização de meninos e meninas. Percebendo as disparidades, começou a compreender quando sua avó pedia que ela cruzasse as pernas, os motivos pelos quais a mãe não podia sair sozinha da mesma forma que o pai, e passou a questionar esses movimentos. Ela também narra que nunca se sentiu confortável com roupas, maquiagens e adereços femininos, e não era uma mudança biológica em seu corpo (a menstruação) que a faria mudar sua relação com esses elementos. Nesse momento, ela percebeu que não estava se questionando ou a sua identidade de gênero – mas o que a sociedade dizia sobre como ela deveria ser enquanto mulher.

Parte da minha história com a menstruação é semelhante ao relato de Ariel. Desde pequeno, a minha mãe me levava a balneários e a parques aquáticos. Eu gostava tanto de ficar dentro d’água que inúmeras vezes não voltava nem para comer, e, quando voltava, ansiava em voltar para a água. Uma amiga da minha mãe fez uma carteirinha de um parque no Crato, o Serrano. Lembro de sentar ao lado da minha mãe no ônibus e estar tão cansado que ainda podia sentir o movimento da água no meu corpo. Teve uma época que uma tia mudou para uma casa com piscina e durante muito tempo, minha irmã, amigas e eu, aproveitávamos todas as oportunidades de estar lá. Lembro de um dia em que uma amiga da minha irmã disse que não poderia ir porque estava menstruada. Quando ouvi aquilo, me pareceu uma sentença de morte.

⁵⁰ “O Que é o Que é?” é uma das músicas mais lindas que já ouvi e tem o poder de sempre me deixar um pouco melhor. Embora este tópico discorra sobre a imposição de violências normativas, também resgata aspectos das infâncias das pessoas que narram as suas histórias. Pensando em um mundo diferente em que não sofreríamos ou não faríamos as nossas crianças sofrerem com essas violações, “eu fico com a pureza da resposta das crianças.”

⁵¹ Apesar da música ter um caráter binário, optei por utilizá-la considerando a ruptura que a protagonista faz com as estruturas que tentam dominá-la.

Hoje, não lembro se sabia algo mais aprofundado sobre menstruação, mas, para mim, qualquer coisa que impedisse alguém de entrar na água devia ser absurdamente ruim.

Lembro que eu tinha 11 anos e estava na casa de uma amiga da escola. Estávamos deitadas assistindo *Todo Mundo Odeia o Chris* e comendo pipoca, quando senti uma dor estranha na barriga. Fui ao banheiro e nada. Voltei. Deitei de novo e, mais uma vez, a dor. Fui ao banheiro outra vez. Sem entender o que estava acontecendo, chamei a minha amiga, que parecia saber tudo sobre aquilo: “Você menstruou, parabéns. Vou te comprar absorvente.” No dia seguinte, eu tinha jogo de handebol – não que eu jogasse bem, provavelmente era o pior do time. Mas tive que comparecer mesmo assim, sentindo que uma revolução estava acontecendo no meu corpo.

É impressionante como, do dia para a noite, as pessoas começam a te cobrar – ainda que de maneira implícita – uma postura diferente. Se antes eu podia estar em um quarto jogando com meus amigos homens, agora, isso já não era mais permitido. Hoje eu compreendo a legitimidade de alguns desses receios, mas o que me surpreende é que ninguém sentou para conversar abertamente comigo sobre essas mudanças – a não ser a minha irmã, mas isso só aconteceu quando eu já era um pouco mais velho. Ninguém falava sobre corpo, sobre ciclos menstruais, sobre uma possível TPM – e quando falavam, era algo muito velado. Quando eu precisava comprar absorvente, não sentia vergonha, porque já comprava os da minha irmã. Passava longos minutos escolhendo qual poderia ser melhor, até finalmente encontrar um que não fosse tão desconfortável para o meu corpo.

Olívia também narra sobre a época em que menstruou e como essa fase a marcou profundamente. Ela cresceu em uma cidade pequena e conservadora, e, desde cedo, os papéis de gênero a incomodavam. Entre seus 12 e 13 anos, quando seu corpo começou a mudar, os comentários começaram a surgir. Olívia fala que sempre gostou de roupas leves e frescas, algo que significava e ainda significa conforto – ela diz gostar de vestir um short, uma blusa leve e que nunca se sentiu à vontade com sutiãs. Mas, à medida que ela foi crescendo e seu corpo se transformava, percebeu que suas roupas – antes apenas roupas – passaram a ser um problema para os outros.

Os primeiros conflitos surgiram dentro de casa, não com sua mãe, que nunca se importou com essas normas, mas com seus tios. Eles diziam: *“Agora que você é mocinha, você tá com corpo, precisa usar sutiã. Não pode ficar usando short porque tem homem em casa.”* Essas palavras fizeram com que Olívia passasse a enxergar uma ambiguidade no seu próprio lar. Se antes sua casa era um espaço de segurança, agora se tornava ameaçador. Se antes podia

confiar plenamente em seu avô e em seus tios, agora lhe ensinavam que essa confiança tinha limites – *“não porque essas pessoas não eram confiáveis, mas porque eu poderia fazer essas pessoas cometerem algo contra mim”*. Seu corpo, suas roupas, seus gestos, tudo o que antes era rotineiro e não fazia parte de nenhum questionamento, havia se tornado ameaçador. Se alguém que tanto protegeu e cuidou dela a fizesse mal, com certeza, aos olhos de alguns familiares, ela seria a culpada.

Por meio das histórias que me foram narradas, percebo que assim como ocorreu comigo, a menstruação funcionou como uma ruptura no período da infância. Uma ruptura violenta, na qual além de assumir responsabilidades por si, você precisa assumir pelos outros. Na história de Ariel, essa ruptura se manifesta como um mecanismo pelo qual ela identifica as disparidades entre os gêneros e as expectativas sociais sobre o seu corpo e sua performance de gênero. Ela compreende que o seu incômodo não vem de si mesma ou da forma como ela se sente ou se veste, mas sim das imposições que, ansiosamente, esperam pelo seu desempenho feminino. Já em relação a Olívia, às questões surgiram especialmente no ambiente doméstico.

Como as mesmas pessoas que a criaram e protegeram, poderiam, de repente, representar uma ameaça? E mais: como essa ameaça poderia ser colocada como culpa dela? Infelizmente, esse tipo de responsabilização é um reflexo da cultura do machismo e do estupro, que todos os dias isenta familiares que cometem violências contra crianças e adolescentes. Parece óbvio, mas talvez não seja: o assédio e o abuso não têm relação com os corpos das pessoas. Essas violências são, antes de tudo, sobre dominação e poder. Há várias Olívias, neste momento, passando por situações similares e acreditando que a culpa é delas – que foi o seio marcando na blusa, o short curto demais, a ausência de reação na hora. Mas, destaco que estou falando de uma violência perpetrada por um adulto contra uma criança. E nada justifica isso.

4.4.2 Miguel

Miguel narra a sua infância como um período solitário, de muitas dúvidas e silêncio – não apenas o seu, mas também o dos outros ao seu redor. Seu pai trabalhava viajando e, às vezes, passava um mês inteiro fora de casa. Essa distância física culminou em uma distância emocionou e consequentemente, Miguel se viu ausente de uma figura paterna. Essa ausência se estendeu para o período da adolescência e novamente, ele se viu solitário, cercado por dúvidas e pelo silêncio. Não havia nenhum familiar com quem pudesse conversar sobre sexo, gênero ou passar por *“esses processozinhos tipicamente tradicionais de iniciação, sobretudo de um menino”*. Para ele, o silêncio excedia a falta de palavras – ele era capaz de moldar as

suas percepções sobre afeto, sentimentos e relacionamentos. Talvez por isso, ele tenha se tornado uma pessoa emocionalmente distante da sua família – do pai, da mãe, das irmãs e possivelmente das ex-namoradas, por meio de se engajar nas relações.

A história que Miguel compartilha é um reflexo de marcas deixadas pela ausência física e emocional, pelo silêncio familiar e como esses aspectos negligenciaram a construção da sua subjetividade. Os elementos mencionados por ele – ausência de diálogo e presença de dúvidas – estruturam a sua trajetória, mas não a definiram. A trajetória de Miguel retrata uma questão estrutural: o impacto de um modelo de masculinidade que não ensina ou incentiva meninos a dialogarem sobre os seus sentimentos, pois isso é sinal de fraqueza.

4.4.3 Guendolina

Guendolina narra ter crescido entre duas realidades, que embora coexistissem dentro dela, precisavam ser vividas de formas separadas. Ela conta que desde cedo, sentia uma forte identificação com elementos considerados femininos, mas sabia que precisava manter isso em segredo – entre os 3 e 4 anos, ela já associava vestidos à sua mesma, ainda que em pensamento. Portanto, ela utilizava de algumas estratégias, e uma delas era utilizar o tempo que passava em casa sozinha para vestir as roupas da sua irmã mais velha. No entanto, a sensação de culpa sempre a acompanhava e na época, ela narra que se sentia “*uma criminosa*.”

Simultaneamente, a sociedade lhe ofertava um manual bem definido sobre o que era esperado de alguém carimbado como “menino”: brincadeiras de correr, escalar árvores, jogar bola na lama e desafiar os próprios limites faziam parte do seu cotidiano, e esses momentos eram vividos com total liberdade. No entanto, ela sabia que a outra dimensão da infância precisava continuar oculta, pois caso viesse à tona, seria condenada. Guendolina descreve a sua infância como um período muito feliz, mas de muita privação.

A narrativa de Guendolina escancara como as normas de gênero são impostas desde a infância, delimitando quais expressões e práticas são permitidas e quais devem ser reprimidas. Carimbada enquanto homem, ela era livre e incentivada e brincadeiras que muitas vezes, são perigosas. Já a “outra dimensão”, a feminina, precisava ser vivida às escondidas e era atravessada pela culpa. Guendolina revela a dualidade entre a autenticidade e a necessidade de se adaptar às expectativas sociais, demonstrando como a infância pode ser um espaço tanto de descobertas quanto de privações. Sua resistência e busca constante por formas de expressar quem era, demonstra a sua força diante da normatividade.

4.4.4 Omar

Omar compartilha como em determinado momento, sua infância foi atravessada por normas de gênero impostas de forma rude. Inicialmente, brincar na rua com outras crianças era uma experiência livre e compartilhada, sem que houvesse questionamentos sobre uma segmentação binária. No entanto, à medida que crescia, ele percebeu que os pais das meninas estavam impondo que elas brincassem separadas dos meninos. Uma situação marcante foi quando seu pai proibiu que ele tomasse banho com suas duas primas, algo que elas tinham costume de fazer juntas. Omar conta que a argumentação de seu pai se restringia à diferença da genitália. Para ele, essa situação demarcou como a “*diferença sexual*” delimita limites arbitrários para a convivência.

Já na época da graduação, Omar relata que no início, ficou “*tode ripongue*”, passando a usar a pulseirinha do reggae. Nessa época, sua mãe decidiu lhe fazer uma visita em João Pessoa pela primeira vez, mas quando chegou e percebeu a pulseira, bateu em Omar até ficar cansada. Ele conta que sua mãe só parou com a violência porque a sua irmã – que na época, ainda era uma criança – pediu. Omar conta que para a sua mãe, aparentemente, era muito perigoso estar com a pulseira, pois indicava que ele estava se distanciando da ideia esperada: a constituição de uma carreira cisheteronormativa.

Omar também reflete sobre os desafios de discutir gênero e sexualidade com seus familiares – por serem do interior da Paraíba, não têm muito acesso a essas discussões. Ele conta que por muitas vezes, cede e deixa para lá, mas que não se sente confortável e compreende a necessidade de desestabilizar as construções normativas. Ele também se preocupa no quanto sua mãe deve ter pensado sexo e gênero de maneira limitada ao longo da vida. Uma vez, decidiu questionar o motivo de sua irmã poder dormir com o companheiro na casa dela, enquanto ele sequer podia levar alguém que se relacionasse.

A resposta dela, assim como a do seu pai durante a sua infância, foi ligada ao genitalismo: “*Eu não sei quem come e quem dá, eu não ia saber lidar com você tendo relações sexuais com outra pessoa no quarto ao lado.*” Acreditando no impacto que sua resposta causaria, Omar rebateu: “*Mainha, você já deu o cu?*” Diante do constrangimento da mãe, que respondeu com um hesitante “não”, ele completou: “Então, quando você resolver dar, a gente volta e conversa.” Omar me conta que tem uma grande amiga que fala que nós temos que resistir pelo impacto e que nessa situação com sua mãe, foi isso o que ele fez: resistiu pelo impacto.

Os relatos de Omar ilustram como a cisheteronormatividade molda as subjetividades, os silêncios e as violências que atravessam suas relações familiares. Desde sua infância, ele sentiu o peso do genitalismo como um marcador social rígido, responsável por delimitar papéis e espaços sociais. Essa diferenciação e afastamento entre as “meninas” e os “meninos”, ainda na infância, demonstrava para ele a vigilância e o controle sobre o seu corpo, que tomou proporções ainda maiores na sua vida adulta. A agressão cometida por sua mãe durante uma visita à João Pessoa – sob justificativa do uso da pulseira do reggae – também demonstra uma tentativa de controle e disciplinamento. A ausência de diálogos sobre gênero e sexualidade não impede ele de confrontar a sua mãe, o que demonstra uma resistência para romper com essas imposições e afirmar sua existência sem concessões.

4.5 Corpos vigiados: cisheteronormatividade e as disforias (disrupções) de gênero

Desde criança, eu sabia que havia algo de errado – ou, no mínimo, estranho – comigo. Não era necessário que ninguém dissesse explicitamente – os olhares, as correções, as imposições sobre como eu deveria me comportar e até mesmo desejar tornavam isso evidente. Mas havia algo mais profundo que embaralhava minha imaginação. Sempre tive pensamentos que pareciam fora de contexto ou da realidade – acredito que por ser neurodivergente. Lembro que, por volta da segunda série, comecei a perceber minha própria existência enquanto matéria no mundo. Tocava meus braços para sentir se eram reais e me perguntava se minhas ações poderiam, de fato, interferir na realidade. Quando compartilhava essas reflexões com minhas amigas de sala e perguntava se já tinham sentido algo parecido, elas costumavam me olhar com estranheza ou desdém e negavam qualquer experiência semelhante.

Outro ponto é que, durante um diálogo, posso conversar sobre quatro assuntos que, aparentemente, podem não ter nenhuma semelhança – e, às vezes, realmente não têm. O professor Jailson sabe bem do que estou falando. Na minha casa, isso nunca foi um problema, porque todo mundo é assim. Durante a minha infância, isso também não surgiu como uma questão. Mas, foi durante a adolescência que, por vários outros motivos, aprendi a ser inibido e tímido. que de fato eu aprendi a ser uma pessoa inibida e tímida:

Lembro de um dia em que estávamos na casa de um amigo que morava em Missão Velha, no Ceará, perto da minha cidade. Fomos para a área da piscina e, mesmo sendo amiga dele há anos, às vezes eu me sentia como se estivesse vestida de silêncio. Mas, nesse dia, foi diferente: entrei na piscina e comecei a conversar com algumas pessoas com quem não tinha muita proximidade. Em pouco tempo, meu amigo veio até nós e disse: *“Não dá para entender*

o que você fala, porque você solta quatro assuntos ao mesmo tempo”. E assim nasceu a história dos quatro assuntos.

Esses olhares e constrangimentos me fizeram erguer uma barreira, guardando tudo para mim. E isso me custou muito caro. Mas, entre o silêncio e o risco de sofrer uma rejeição de pessoas que eu considerava amigas, eu preferia estar só. Quando comecei a entender que não me via ou sentia como mulher ou como homem, a princípio, achei que fosse algo bem comum. Afinal, se essa era minha experiência e eu não falava sobre ela, supus que muitas outras pessoas também guardassem para si. Na verdade, ainda acho que muitas guardam – pela imposição da norma cisgênera e suas consequências.

Essa norma, impregnada em todos os âmbitos da nossa existência, funciona como base para a cisheteronormatividade – um sistema compulsório e muitas vezes invisível, que molda subjetividades e sustenta a ilusão de que a cisgeneridade e a heterossexualidade são naturais e universais. Além disso, há a ideia de que a identificação com esse sistema posiciona automaticamente a pessoa em um “padrão de normalidade”, reforçando sua estrutura excludente.

Pessoas que não se identificavam no sistema cisheteronormativo, historicamente, foram construídas como adoecidas, não merecedoras de afeto, como pecadoras, profanas e dignas de nojo. Essa patologização não foi utilizada apenas para justificar violências, mas para instituir políticas de controle e correção dessas existências. A psiquiatria, a psicologia e a religião operaram (e ainda operam) como dispositivos que regulam e impõem um único modelo de existência, no qual a cisgeneridade e a heterossexualidade são os parâmetros.

A homossexualidade, através da OMS, foi retirada da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) apenas em 1990. No entanto, a mudança lexical no CID-11 do termo “transexualidade” para “incongruência de gênero”, com os termos correspondentes “dissidência” e “disforia de gênero” (WORLD HEALTH ORGANIZATION et al., 2020), não representa um caminho para o rompimento com as normas ocidentais de gênero. Ao contrário, a categorização da “disforia de gênero” como categoria diagnóstica ilustra uma manobra encoberta para continuar controlando, patologizando⁵² e medicando determinadas pessoas.

⁵² Esse processo de patologização atua como um padrão vicioso: socialmente há a produção de pessoas adoecidas e quando estas, através de estigmas, preconceitos e violências, se encontra fragilizado, é carimbado como doente.

Sobre disforia de gênero, gosto de pensar e sugerir discussões a partir do seguinte questionamento: o sofrimento e o adoecimento que acometem determinadas existências, ocorrem devido à não identificação com o gênero imposto ou devido a obrigatoriedade de atender à matriz compulsória “sexo-gênero-desejo”? Não seria esse diagnóstico – especificamente – o desencontro com a cisnormatividade? Penso que se o que nos aflige ocorresse devido à disforia de gênero, todas as pessoas cisgêneras estariam saudáveis e satisfeitas quanto às questões de gênero – o que não é verdade. Pensar dessa forma implica não impor à disforia para determinada pessoa ou grupo, mas refletir sobre as estruturas que produzem a violência, a exclusão e o sofrimento. Se as experiências dissidentes fossem vividas em um mundo onde múltiplas formas de ser e existir fossem respeitadas de maneira equivalente, o sofrimento que acompanha muitas pessoas dissidentes ainda existiria da mesma forma? E, sendo o gênero uma construção social, por que a disforia não poderia ser?

4.5.1 Olívia

Olívia lembra que durante a sua infância, se sentia muito triste por ter nascido mulher, pois as pessoas diziam que ela precisava ser menina e ser diferente do que era. Na verdade, ela gostava de explorar o mundo ao seu redor, corria sem medo, subia em árvores, brincava com bichos e era encantada por dinossauros – uma paixão despertada pela sua cidade natal. Mas, desde muito cedo, ela notou que seus interesses não eram semelhantes ao que esperavam dela. A sua casa, nesse aspecto, era um lugar seguro – não havia imposições sobre como ela deveria agir ou se comportar; essas tentativas de controle surgiam de outras partes – de vizinhos, de colegas, até de desconhecidos. Essa ambiguidade a deixava confusa. Afinal: “*Não tem problema, mas tem problema?*”, ela continuava a se questionar. Nesse momento, Olívia percebeu que o modo como as pessoas de fora a cobravam é que a deixavam triste, e não o fato de ter nascido naquele corpo.

A adolescência foi o período em que Olívia sentiu maior necessidade de se encaixar nas expectativas de gênero. Ela recorda de momentos em que se aproximava das meninas da sala de aula e tentava imitá-las – por não saber como agir, reproduzia os comportamentos, as expressões e até a forma de falar. Mas, na sua percepção, “*eram comportamentos forçados e esquisitos.*” Nessa fase, ela se tornou mais próxima da ficção e passou a jogar com mais frequência – o que aliviava um pouco do peso que vinha carregando. Mas, ela continuava tentando se adequar a um padrão de feminilidade, por mais que lhe fosse estranho – agora ela

falava mais suave e tinha gestos mais delicados. No entanto, suas tentativas eram em vão, pois *“nunca era feminina o suficiente para os outros.”*

Essas experiências levaram Olívia a se isolar novamente. Ela narra que, no Ensino Médio, a maioria das suas amigas eram estudantes transferidos de outras escolas ou pessoas que, assim como ela, também eram LGBTQIAPNB+. Nesse período, ela conheceu *Laura*, uma menina abertamente lésbica com quem criou uma amizade rapidamente. Mas, além das pessoas não gostarem de *Laura*, não demorou muito para que alguém fosse até a casa da sua mãe com um aviso: *“Olívia está andando com Laura... E ela vai virar sapatão.”* Imediatamente, a sua mãe proibiu o contato entre as duas e naquele tempo, Olívia se afastou de *Laura*. No entanto, até hoje, elas mantêm contato e se encontram quando Olívia visita sua cidade natal. O curioso é que a postura da sua mãe, após tantos anos, se mantém: caso Olívia avise que está indo encontrar com a amiga, a resposta é a mesma: um seco e inquestionável não.

Apesar desses desencontros e desencaixes com a norma, o que Olívia compartilha sobre a cisgeneridade, a princípio, é algo que em poucas palavras, conflui com a minha intenção de debate neste subtópico. Para ela, viver como uma pessoa cisgênera é algo tranquilo, que não demanda pensar sobre isso o tempo todo. De fato, a cisgeneridade funciona dessa forma: por ser tão naturalizada, se torna invisível. Sendo invisível, se agarra às entranhas. Não questionam o motivo de alguém ser cis, porque parece – só parece – algo intrínseco, assim como não questionam como é ser cis⁵³.

Olívia estabelece uma relação de equivalência entre o caráter invisível da cisgeneridade e a branquitude – uma estrutura que se coloca como padrão, logo, tudo que não está contido nela, é considerado como *“o outro, o esquisito, o estrangeiro”*. No entanto, Olívia fala que ao se forçar a refletir sobre a cisgeneridade, compreende como um *“papel doloroso”* que lhe foi imposto desde que nasceu e que qualquer desconforto ou vontade de exceder os limites dessa norma, precisava ser reprimido. Ela reconhece que a sua vida é tranquila, mas que teve que se adaptar a muitas situações. Ainda assim, ela pode andar pelas ruas sem ser interrogada ou questionada sobre o seu gênero, e, para além disso, tem o privilégio de ser reconhecida socialmente sem precisar justificar sua existência.

⁵³ Na verdade, esse questionamento era uma grande pauta para mim, porque no meu raciocínio, não fazia nenhum sentido que alguém se identificasse com uma estrutura tão violenta. Foi justamente quando compreendi a cisgeneridade como estrutural e estruturante, que essa dúvida amenizou. Mas ela ainda se faz presente.

4.5.2 Aurora

Aurora compartilhou sobre o quanto é difícil lidar com a forma que as pessoas o enxergam. O peso do olhar alheio, a insistência em ignorar o seu pronome, tudo isso parece se acumular na relação com o seu próprio corpo. Ele me diz que as coisas poderiam ser mais fáceis se fossem diferentes, e que em muitos momentos, pensa: *“porra, queria ter nascido sem peito, com pau, sabe?”* Mas, mesmo imaginando outro corpo, ele não deixaria de ser uma pessoa não binária e *“não abriria mão disso”*.

Aurora relata que as pessoas o vêem por uma lente cisgênera, não importando o que ele fale ou a forma como se comporta – o mundo insiste em não enxergá-lo como ele se vê. No ambiente acadêmico, isso se torna mais forte: apesar de ter conversado com vários professores sobre ser uma pessoa não binária e dos trabalhos que realizou sobre pessoas NBs, as pessoas optam por tratá-lo no feminino: *“eu vou lá e falo que não uso pronome feminino e a pessoa continua me chamando no pronome feminino. Isso me dá disforia”*. Para além disso, Aurora narra acreditar que mesmo se o seu corpo estivesse exatamente como ele deseja, as pessoas ainda o tratariam de uma forma que o fariam sentir disforia. Porque, para ele, não é apenas sobre como ele se vê, mas sim sobre o que o mundo insiste em negar.

4.5.3 Luan

Luan me contou que, desde pequeno, sentia que existia uma barreira invisível entre ele e o que poderia ou não fazer. Por volta dos seus sete anos, quando estava no ensino fundamental, começou a notar a segmentação entre meninos e meninas, e, como essa divisão o limitava: *“Acho que o que mais me marcou foi sentir que, por ter uma vagina, eu não podia fazer as mesmas coisas que os garotos da minha idade faziam. No mesmo contexto, na mesma realidade. Só porque eu era visto como menina.”*

Um aspecto que sempre lhe trouxe incômodo é a forma como as pessoas insistem em não reconhecer a sua identificação: *“Se você tem acesso à informação, já ouviu falar sobre não binariedade e ainda assim não sabe o que é, isso pra mim é puro preconceito. Falta de interesse mesmo”*. E essa negligência – essa recusa em querer compreender – torna tudo mais complicado. Porque as pessoas continuam associando identificação ao órgão genital, não importando, muitas vezes, se Luan expressa abertamente que o seu pronome é masculino. *“As pessoas têm dificuldade de me chamar no masculino, especialmente pessoalmente. Parece que meu corpo fala mais alto do que eu. Isso faz com que eu não me sinta bem com a minha autoimagem”*. Apesar de tudo, Luan compartilhou que viver sua não binariedade hoje é estar

livre – durante um longo tempo, ele tentou se encaixar e caber nos moldes da cisgeneridade, que apenas o sufocava. *"Eu não aguentava mais viver preso e limitado."* Hoje, mesmo com as adversidades, ele encontra na resistência uma maneira de respirar.

4.5.4 Rafael

Durante o seu relato, Rafael conta que sempre teve uma postura mais séria, fechada, marcada por traços heteronormativos. Para ele, isso nunca foi uma questão: *"isso não me incomoda, eu me identifico super com isso, e me sinto muito mais à vontade sendo assim do que sendo mais gay."* Adotando essa postura, na sua percepção, ele não deixa transparecer que é uma pessoa extremamente sentimental, assim como sua mãe também foi um dia. No entanto, esse lado carinhoso e afetuoso permanecia guardado, pois não havia espaço para explorá-lo de forma autêntica. Rafael se sente confortável em performar uma rigidez masculina, mas até que ponto isso é uma escolha e não uma adaptação a qual ele foi submetido?

4.5.5 Otto

Otto compartilha que se identifica como uma pessoa cis, mas, ao mesmo tempo, afirma que estranha a forma como a cisgeneridade se encaixa em sua vida. A partir desse estranhamento, ele reflete sobre quais papéis da cisgeneridade estão explicitamente incluídos no seu cotidiano – e nos seus modos de pensar. Ao comparar a sua vivência com a de pessoas não-cisgênero, ele se percebe em um lugar de tranquilidade e facilidade, pois *"ocupar esse lugar é muito mais fácil e acessível."*

Otto reconhece que seu privilégio não advém apenas do fato de ser um homem cisgênero, mas também de sua branquitude. Ele afirma que mesmo que não fosse cis, sabe que a sua aparência e os seus comportamentos – moldados a partir da cisgeneridade –, possibilitariam que ele fosse lido como uma pessoa cis. Nesse momento, Otto resgata uma questão já mencionada por outros participantes: não se trata apenas da forma como você se vê / se reconhece, mas também sobre como as pessoas irão te perceber e te tratar.

Otto acredita ser possível a compreensão social de que a cisgeneridade não é a única forma de existir no mundo, e por isso, é possível – e necessário – estranha-la. *"Se reconhecemos que a cisgeneridade não é a única experiência possível, por que suas imposições ainda são aceitas como algo natural? Como isso pode continuar sendo validado?"* Esses questionamentos podem abrir caminho para desnaturalizar esse sistema. Otto também compartilha que é confortável estar inserido na norma e não precisar se questionar. No entanto,

para ele, é justamente a facilidade que faz com que ele sinta a responsabilidade de reconhecer os seus privilégios – erguidos sob violências – e de romper a ideia de que a cisgeneridade deve ser o pontapé para pensar e dialogar gênero.

4.5.6 Miguel

Para Miguel, viver a cisgeneridade é uma dualidade. De um lado, a cisgeneridade se mostra como um problema: desde sua infância, sentia a compulsoriedade em cumprir o papel que lhe foi atribuído – a virilidade e a estética masculina. No entanto, Miguel conta que era uma criança sensível, que tinha maior facilidade em estar com mulheres do que com homens, portanto, essa imposição foi especialmente violenta nessa época. Por outro lado, hoje em dia, ele narra sobre a segurança e os privilégios que vêm com a cisgeneridade – *“esse pacote da cisgeneridade traz alguns benefícios para quem goza dele.”*

No entanto, mesmo ocupando um lugar de privilégio, isso não significa que ele está isento das exigências cisnormativas. Em uma situação, ao recusar sexo com uma mulher, ouviu a pergunta: *“Tu é gay, é?”* Para ele, essa cobrança escancara a compulsoriedade do *“contrato cis”*: o pensamento de que corpos cisgêneros devem seguir uma cartilha, que inclui a reafirmação constante de heterossexualidade e da virilidade. Mas, na sua visão, isso não chega a ser uma dificuldade.

Pensando sob uma perspectiva de mudança, Miguel aborda a necessidade de deslocamento das vantagens e privilégios da cisgeneridade. Deslocar essa posição de privilégio, tensionar, compreendendo que esse “não-lugar”, que passa despercebido, na verdade, é um espaço de poder e de manutenção de privilégios. Dar visibilidade – no sentido de mostrar como a sua edificação e continuidade se dá de forma violenta – pode ser uma das maneiras de enfraquecer esse sistema.

4.5.7 Bento

Bento compartilha que se vê enquanto homem, mas que ao mesmo tempo, percebe que sua vivência se distancia, em alguns pontos, do que é esperado para um homem cisgênero. Por ser uma pessoa demissexual, Bento acredita que sua dissidência se torna mais nítida, já que a construção social da masculinidade impõe uma performance constante de desejo, virilidade e iniciativa. Quando está em ambientes heteronormativos ou dialogando com pessoas heteronormativas, ele sente um certo estranhamento na forma como expressa o seu gênero.

Bento traz que *“viver a cisgeneridade é pauta de terapia às vezes”*. Para ele, as normas impostas pela cisgeneridade são desafiadoras e além de impactarem as relações

afetivas / sexuais, atingem suas amizades. É como se cada situação solicitasse determinado código social e impedisse outro, por exemplo, às vezes ele não se expressa ou não se sente confortável para ser mais acolhedor por receio de que suas atitudes possam gerar julgamentos alheios. Ocupando o lugar da cisgeneridade, Bento sente o quanto esse espaço pode ser limitado e repressor.

Por meio dos relatos, o caráter ambíguo da cisgeneridade se desvela: ao mesmo tempo em que oferta a manutenção de determinados privilégios, impõe padrões inalcançáveis. Eu, particularmente, não me lembro de ter conhecido alguém que estivesse completamente satisfeito por estar inserido nesse sistema. Uma das principais questões, como foi apontado nos diálogos, é que a cisgeneridade é tida como um “não-lugar” e ao mesmo tempo em que parece não existir, aparenta ser algo inerente ao sujeito.

Naturalizar a cisgeneridade, para além de posicionar existências dissidentes na borda da sociedade, estrutura um sistema que torna ilegítima qualquer experiência de gênero que não corresponda aos padrões estabelecidos. O controle e tentativas de disciplinamento sobre os corpos dissidentes não se restringe a um mecanismo de exclusão, mas revela uma maneira de assegurar uma organização social rigorosamente binária, na qual a cisgeneridade continua sendo a única forma de existência incontestável e íntegra. Durante a colonização, a imposição dessa estrutura foi responsável por exterminar inúmeros povos originários. Após tanto tempo, continuamos resistindo.

4.6 Dissidentes da dissidência

Imagine uma criança que ao ser expulsa de casa, recebe abrigo da avó que nunca a chamou pelo nome. Humilhada desde a infância, adota o xingamento da avó e passa a se chamar *Hija de Perra*. Em um dos seus escritos, *Hija* nos relata nunca ter se encaixado no binarismo de gênero, e mais, que nunca desejou fazer parte disso. Ainda na infância, foi submetida a anos de terapia de reorientação sexual para que a heteronorma fosse inscrita no seu corpo. Subversiva e destemida desde criança, decidiu performar a masculinidade e recebeu alta do “processo terapêutico”. Esmagada pelo “paradigma de estar presa a um estreito modelo de dois sexos” (2015, p. 5), *Hija* dedicou a sua curta vida a desestabilizar o binarismo de gênero, a heteronormatividade e a discutir a necessidade de revisitar a teoria *queer* no contexto da América Latina. Sem dúvida alguma, *Hija* é uma das motivações para que eu continue me movimentando.

4.6.1 Há um jeito dissidente de ser?

Em alguns trechos deste trabalho, menciono violências que sofri por parte de pessoas cisgêneras. No entanto, não são apenas essas pessoas que nos invalidam enquanto pessoas não binárias. Em agosto de 2022, fiz uma viagem para cá (João Pessoa) e fiquei hospedado poucos dias na casa de uma amiga – uma mulher trans (binária). Eu me sentia muito animado com a queda dos casos de COVID-19 e com o fato de me encontrar pessoalmente com ela pela primeira vez. Em uma das noites que dormi em sua casa, conversamos bastante sobre gênero e ela me contou a sua história inteira – cada pedacinho dela. Eu tinha chegado na casa dela com o cabelo loiro e logo na primeira noite, pintamos de preto. Eu sentia que estava passando por uma transição de vários processos naquele momento.

Pouco tempo atrás, eu havia emagrecido e voltado a usar roupas que há muito estavam guardadas – e inutilizadas. Era a primeira vez que eu me sentia confortável utilizando cropped e saia – antes eu olhava no espelho e julgava como a coisa mais estranha do mundo. Eu não lembro exatamente o que eu falei, mas era sobre um comentário negativo que alguém tinha feito sobre eu ser uma pessoa não binária. Nessa hora, a minha amiga afastou um pouco o seu corpo, botou a mão no peito e disse que eu não podia dizer que sofria violência como ela e que naquela época, eu estava “*experimentando aquilo*”. A alegação da experimentação, segundo ela, se justificava pelo meu cabelo que dias atrás estava loiro e pelas roupas que eu estava utilizando recentemente. A sensação que eu tive é que ela se sentiu ameaçada, como se eu pudesse estar querendo “roubar” o seu espaço. Essa foi a primeira situação em que senti um estranhamento e uma possível tentativa de invalidação.

As vestimentas, os adereços e os cabelos são aspectos que, frequentemente, estão presentes em intenções de invalidação e deslegitimação. Por isso, anteriormente, questiono a existência de um “contrário não-binário”, no qual seriam estabelecidas regras e normas para que a estrutura pudesse funcionar. Espero fortemente que este documento nunca seja escrito, pois me posiciono na não binariedade especificamente pela não identificação.

Retomando as situações mencionadas, na Introdução, citei uma roda de conversa promovida pelo DCE: “Psicologia Parahybana e articulações sobre a não binariedade”. Quando vi a divulgação, fiquei animado, pois, na minha época de graduação, as rodas de conversa voltadas para gênero, sexualidade e raça eram bastante previsíveis. No entanto, em determinado momento, percebi um clima de tensão. Parecia que, quando as – mesmas – pessoas pegavam o microfone, o faziam mais para confrontar do que para, de fato, debater o assunto proposto.

Foi quando me dei conta de que algo mais sério estava acontecendo: uma pessoa compartilhou que era caloura, havia chegado de outra cidade e que não tinha acesso a esses debates. Ela contou que, certa vez, um dos seus amigos se referiu a ela com um pronome masculino e que, a partir dessa situação, começou a refletir mais profundamente sobre a não binariedade. Nesse momento, uma pessoa pegou o microfone e, em meio ao que deveria ser uma resposta, disse à menina que a não binariedade não se tratava disso. Na hora, pensei inúmeras coisas, mas permaneci em silêncio. Afinal, qual a questão de alguém começar a refletir sobre a não binariedade a partir de uma experiência como a que ela relatou? Além disso, cada vivência é única, e ninguém deveria julgar da forma como aquela pessoa fez.

Como se não fosse o suficiente, uma pessoa também dissidente questionou se a não binariedade não estaria inserida na cisgeneridade, argumentando que, na sua perspectiva, temos a capacidade de nos camuflar em um ambiente predominantemente cisgênero. Para mim, ficou evidente que a intenção era invalidar nossas vivências. Supor que alguém é mais ou menos dissidente com base em mudanças corporais, hormônios ou performances de gênero é tentar encaixá-la em uma norma que, para mim, enquanto pessoa não binária, não faz o menor sentido. Lembro que nesse dia, voltei atordoado para casa.

Acredito que ficar procurando aspectos externos para associar a não binariedade, resume toda a experiência à aparência. Para mim, isso desvela a reprodução do binarismo, mesmo no contexto das dissidências. Apesar de uma pessoa ser dissidente, ela pode se constituir e operar por meio da cisnormatividade. Com isso, é provável que ela projete isso para outras pessoas também dissidentes. No entanto, assumir essa postura não é inevitável. Muitas pessoas trans binárias reconhecem e acolhem a pluralidade das vivências de gênero e compreendem que na luta contra um sistema tão consolidado quanto a cisgeneridade, é importante e necessário que o máximo de pessoas estejam presentes. Bem como refletir sobre a cisgeneridade com pessoas cisgêneras, pensar sobre a reprodução das normas cisgêneras e binárias na comunidade dissidente é crucial para a construção de movimentos mais potentes.

4.6.2 O que você espera e deseja para o futuro?

Ariel: Eu sou uma otimista patológica. Um milhão de B.O's pra resolver? Um milhão de coisas para fazer? Mas vai dar certo.

Bento: Eu espero que o futuro – não necessariamente o meu – mas o futuro da humanidade não seja esse, se não, não haverá futuro.

Rafael: Queria me tornar uma pessoa menos travada, com menos autocensura. Quero trabalhar para isso acontecer daqui uns 50 anos, talvez. Mas vai dar certo.

Miguel: Não almejo muita coisa não. Ter uma vida serena. Eu também não vou esperar o que sei que não posso receber. Espero ver meu filho crescer, ter uma relação massa com ele na adultice dele, ter paz de espírito e é isso, precisa de muita coisa não.

Otto: Eu quero muito chegar em algum momento e perceber que eu consegui desenvolver, manter e aprofundar as minhas relações. Espero me fixar em algum lugar.

Thali: Espero que o futuro seja não binário e principalmente, que possamos cuidar melhor das nossas crianças – acredito que somos capazes de quebrar esses ciclos violentos e normativos e oferecer um mundo melhor para os nossos.

Luan: Eu espero ter uma vida tranquila.

Aurora: Acho que eu espero - uma coisa que eu tenho pensado mais ultimamente – conseguir viver o gênero, meu gênero, de várias formas e não me limitar – realmente conseguir transitar.

Guendolina: O que eu espero é poder sobreviver. Eu espero viver meu gênero. Minhas questões de gênero pleníssima sem precisar me esconder das pessoas.

Omar: A Sofia tem uma fala em um evento chamado “Transicionar a Psicologia”. Ela fala de um futuro em que ela possa juntar as travestis em um ambiente onde estejam todas as desaplaudidas. Eu acho que isso me alegra, pensar um espaço, e não é um evento para a gente ficar famosa e tal, visibilidade é bom, a gente gosta, mas visibilidade também pode ser uma armadilha, então eu gosto de pensar um antro das desaplaudidas.

Olivia: Que o mundo fosse o lugar mais tranquilo para as pessoas serem quem elas são. Queria uma queda completa do capitalismo, do sistema de raça e de gênero. Gostaria que o futuro fosse radicalmente diferente do que ele está agora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, quero registrar o quanto produzir este trabalho me tirou da minha zona de conforto. Sempre gostei de escrever, mas perdi o hábito ao entrar na graduação, tanto pela demanda quanto pelo incentivo a pensar através de teorias hegemônicas. Não sei como esta produção vai chegar para vocês, mas é possível que algo se embaralhe no caminho, pois em diversos momentos, me percebi do avesso. Mesmo as histórias que evitei contar aqui invadiram meus sonhos. Sinto esse trabalho também como uma forma de expurgo – pelas coisas que foram ditas e pelos não-ditos. Espero que de alguma forma, essas poucas páginas contribuam de alguma maneira na sua passagem.

Mas, em relação à produção, percebi a necessidade e urgência de ir nas raízes das estruturas. Para isso, inicialmente, é necessário destruir a narrativa tradicional da colonização e disseminar a história verdadeira das nossas terras e dos povos originários, que tiveram as suas existências – reais e simbólicas – cessadas pela perversão portuguesa. Até hoje, os povos indígenas sofrem nas mãos do Estado. Por isso, não há conciliação com quem defende qualquer forma de colonização ou qualquer processo que decorre dela. A Igreja Católica, responsável por implementar sua moral cristã e aniquilar inúmeros indígenas, continua com suas bases sólidas em território brasileiro, inclusive, mantendo as práticas de catequização – que, evidentemente, não são mais as mesmas. Mas, continua com a mesma postura de superioridade, na qual o padre está sempre acima dos fiéis e frequentemente, não permite indagações sobre seus ensinamentos.

A cisgeneridade, também imposta de maneira violenta aos povos originários, também se estruturou, no imaginário social, como um sistema que deve ser seguido à risca. Por ser naturalizado, parece ser inerente às existências. Mas, na verdade, é parte de um projeto iniciado antes do nascimento da criança. A genitália, para inúmeras pessoas, ainda é um indicativo das práticas e comportamentos que determinada pessoa deve ter. Em muitas situações, a cisgeneridade é apresentada como uma vivência isenta de questões de gênero, visto que a pessoa está inserida na norma. Porém, ela possui um caráter ambíguo: oferece privilégios como reconhecimento e possibilidade de desenvolver atividades que deveriam ser comuns, como andar na rua, mas também há o controle, a punição e o disciplinamento desses corpos.

No contexto da dissidência de gênero, especificamente da não binariedade, menciono situações em que me senti invalidado e que presenciei a tentativa de pessoas deslegitimarem outras. Um dos motivos mais comuns se trata da aparência – que, na minha perspectiva, não deveria ser uma questão. Muitas vezes, também há uma disputa por território, onde determinado grupo pode se sentir ameaçado por outro. Às vezes, estar nesses grupos é mais

adoecedor do que não estar. Então, hoje em dia, tenho pensado bem nas batalhas pelas quais vou lutar e principalmente, em quem vai comigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFRICANIZE. Terreiro de umbanda no Rio é alvo de invasão e depredação em ataque de intolerância religiosa. *Africanize*, 28 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.africanizeoficial.com.br/terreiro-de-umbanda-no-rio-e-alvo-de-invasao-e-depredacao-em-ataque-de-intolerancia-religiosa>>. Acesso em: 30 jan. 2025.

AMARO, Leonardo. Projeto de Lucas Pavanato impõe sexo biológico para uso de banheiros em espaços públicos. *Folha de S. Paulo*, 5 fev. 2025. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/politica/2025/02/projeto-de-lucas-pavanato-impoe-sexo-biologico-para-uso-de-banheiros-em-espacos-publicos.shtml>>. Acesso em: 6 fev. 2025.

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 31, n. spe, p. 97–126, ago. 2015.

BBC News Brasil. O índio executado a tiro de canhão tido como 'primeiro mártir da homofobia no Brasil'. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55462549>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Lula: “Vamos tratar os Yanomami como questão de Estado”. *Agência Gov*, 9 jan. 2024. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202401/lula-vamos-tratar-os-yanomami-como-questao-de-estado>>. Acesso em: 08 de fev. de 2025.

BRASIL DE FATO. "Estarei vivo, mesmo enterrado", disse Nêgo Bispo, quilombola contracolonalista que morre aos 63 anos. *Brasil de Fato*, 04 dez. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/12/04/estarei-vivo-mesmo-enterrado-disse-nego-bispo-quilombola-contracolonalista-que-morre-aos-63-anos>>. Acesso em 02 de dez. 2024.

BENEVIDES, B. **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>>.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em tese*, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. *Sociedade e cultura*, v. 10, n. 1, p. 11-27, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico**. Volume 54, n. 8, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 5 fev. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: Editora José Olympio, 2018.

BUTLER, Judith. **Desfazendo Gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CANÇÃO NOVA. Compreendendo o significado do repouso no Espírito Santo. *Formação Canção Nova*, 2024. Disponível em: <<https://formacao.cancaonova.com/series/the-church/compreendendo-o-significado-do-reposu-no-espirito-santo/>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2015.

CÉSAR, CAIO. Quem é Lucas Pavanato, influencer de direita e vereador mais votado em SP? **Carta Capital**, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-lucas-pavanato-influencer-de-direita-e-vereador-mais-votado-em-sp/>. Acesso em: 6 fev. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo editorial, 2016.
DEBELLIAN, Marcio. **Conceição Evaristo - Da calma e do silêncio**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Iez_LTqSrkg>. Acesso em: 10 set. 2024.

DE OLINDA, Sílvia Rita Magalhães. A educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente. **Sitientibus**, n. 29, 2003.

DE PERRA, Hija. Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 2, p. 291-298, 2014.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, p. 139-154, 2002.

DUMARESQ, Leila. Ensaio (travesti) sobre a escuta (cisgênera). **Revista Periodicus**, v. 1, n. 5, p. 121-131, 2016.

EL PAÍS. **Por que o debate sobre gênero e sexualidade incomoda tanto no Brasil?** El País Brasil, 11 set. 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html>. Acesso em: 29 dez. 2024.

EMICIDA. **Emicida - AmarElo (Sample: Belchior - Sujeito de Sorte) part. Major e Pablo Vittar**. Youtube, 25 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>>. Acesso em: 10 set 2023.

FRANCISCO, EL HOMBRE. **Francisco, el Hombre - Triste, Louca ou Má**. YouTube, 05 out. 2016 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lKmYTHgBNoE>. Acesso em: 10 fev. 2025.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2022.

FARIAS, Heleno. VÍDEO: Marca da Besta vai depender do grau de escolaridade, ensina bispo; entenda. *JM Notícia*, 17 jan. 2025. Disponível em: <<https://jmnoticia.com.br/video-marca-da-besta-vai-depender-do-grau-de-escolaridade-ensina-bispoentenda/>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

FERNANDES, Estevão Rafael. **" Existe índio gay?": A colonização das sexualidades indígenas no Brasil**. Editora Brazil Publishing, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

FRIZEIRO, Caroline; LIMA, Karoline. O que é Cultura Ballroom. **House of Raabe**. [S. l.], 1 jun. 2020. Disponível em: <<https://houseofraabe.alboompro.com/post/46681-culturaballroom>>. Acesso em 10 de jun. de 2023.

GALEANO, Eduardo. O que é a utopia? *YouTube*, 10 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Le5VJtOmLx0>>. Acesso em: 17 jan. 2025.

GONZAGUINHA. O que é, o que é? 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IYZcsb706q8>. Acesso em: 9 fev. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista ciências sociais hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. “Nem um centímetro a mais para os indígenas” e para a biodiversidade no Brasil de Bolsonaro. **El País Brasil**, 20 ago. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-20/nem-um-centimetro-a-mais-para-os-indigenas-e-para-a-biodiversidade-no-brasil-de-bolsonaro.html>>. Acesso em: 08 de fev. de 2025.

IRINEU, Bruna Andrade. **Disputas, alianças e políticas de resistência: os direitos LGBTI+ no Brasil atual**. 2023.

Jornal Estado de Minas. Dandara não tinha medo de ser mulher. *Estado de Minas*, 09 mar. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852958/dandara-nao-tinha-medo-de-ser-mulher.shtml>. Acesso em: 10 de jan. de 2025.

LANZ, Letícia. Ser uma pessoa transgênera é ser um não-ser. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 205-220, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. São Paulo: Autêntica, 2023.

LEITURAS BRASILEIRAS. **Evaristo, Conceição - Escrevivência**. YouTube, 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QXopKuvxevY>>. Acesso em: 10 set. 2024.

LONGHINI, Geni Daniela Núñez. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/241036/PICH0255-T.pdf?sequence=-1>>. Acesso em: 7 fev. 2025.

MARINKOVIC, María José Opazo. Hacia una poética de la monstruosidad. Hija de Perra: arte, resistencia y transformación. (pensamiento), (palabra). **Y obra**, n. 30, p. 75-89, 2023.

MEDEIROS, Marcelo. Pesquisas de abordagem qualitativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 14, n. 2, p. 224-9, 2012.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa. A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 115-144, 2011.

MENDONÇA, Heloísa. **Queermuseu**: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. El País Brasil, 11 set. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html>. Acesso em: 18 jan. 2025.

MINAYO, MC de S.; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes. 2007.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2021.

MUÑOZ, Joaquín Guerrero. El valor de la auto-etnografía como fuente para la investigación social: del método a la narrativa. **Azarbe, revista internacional de trabajo social y bienestar**, n. 3, 2014.

NAÇÃO ZUMBI. **Cicatriz**. YouTube, 2005. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=N2ueDpyMXGo>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar**. Paidós, 2023.

NUNES, T. Principais ideias de Paulo Freire para a educação. Ponto Didática, 2017. Disponível em: <https://pontodidatica.com.br/ideias-paulo-freire-educacao/>. Acesso em: 9 fev. 2025.

NUNES, Pablo. *O conservadorismo moral como reinvenção da marca MBL*. Le Monde Diplomatique Brasil, 2023. Disponível em:
<https://diplomatique.org.br/o-conservadorismo-moral-como-reinvencao-da-marca-mbl/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

OPAZO, A. **Centro Arte Alameda recuerda a “Hija de Perra” a cuatro años de su partida**. Disponível em:
<<https://www.elciudadano.com/chile/centro-arte-alameda-recuerda-a-hija-de-perra-a-cuatro-anos-de-su-partida/08/22/>>. Acesso em: 17 mar. 2024.

PAULA, Izadora. Há três anos, Dandara dos Santos era torturada e morta em rua de Fortaleza. O Povo, 15 fev. 2020. Disponível em:
<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/02/15/ha-tres-anos--dandara-dos-santos-era-torturada-e-morta-em-rua-de-fortaleza.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

PEIRANO, M.. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 377–391, jul. 2014.

PORTAL LUNETA. Nêgo Bispo: o intelectual e ativista político que expandiu os conceitos quilombolas. 30 jan. 2024. Disponível em:
<https://portalluneta.com.br/2024/01/30/nego-bispo-o-intelectual-e-ativista-politico-que-expandiu-os-conceitos-quilombolas/>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala**: Relatório para uma academia de psicanalistas. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, quilombos: modos e significações. **Brasília: INCTI/UnB**, p. 89, 2015.

SILVA, Aline Pacheco et al. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia**, v. 1, n. 1, 2007. p. 25-35.

SCHUCMAN, Lia Vainer. O que é branquitude? ANPOCS, 9 out. 2024. Disponível em: <https://anpocs.org.br/2024/10/09/o-que-e-branquitude/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Edital de seleção 2024/1 do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA)**. Disponível em: https://cchla.ufpb.br/ppgantropologia/contents/documentos/selecao-2024-1/ppga-edital-mestrado-_final_2-c.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Edital de seleção 2024/1 do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) – Doutorado**. Disponível em: https://cchla.ufpb.br/ppgantropologia/contents/documentos/selecao-2024-1/edital_doutorado_-_modelo_definitivo___-c-1.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). “Não me mandem fazer Direito, eu não sou colonizado”, provoca Nêgo Bispo. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/nao-me-mandem-fazer-direito-eu-nao-sou-colonizado-provoca-nego-bispo>. Acesso em: 09 de fev. de 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) et al. CID-11 para estatísticas de mortalidade e morbidade. Geneva: WHO, 2020.

APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA I



ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA I

1. Como você se vê?
2. Como você se chama?
3. Quantos anos você tem?
4. Como você está se sentindo hoje?
5. Você lembra da sua infância? Como?
6. Tem algum acontecimento que você gostaria de falar?
7. E sobre a sua adolescência?
8. Como você avalia as mudanças entre essas fases (infância e adolescência)?
9. O que você faz no dia a dia?
10. Você se recorda quando começou a pensar sobre questões de gênero?
11. Como é viver a não-binariedade?
12. Você acha que é possível problematizar a naturalização da binariedade?
13. Quais são as maiores questões e estigmas que você enfrentou e enfrenta?
14. Quais são os seus maiores êxitos e realizações?
15. O que você espera e almeja para o futuro?

APÊNDICE B - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA II**ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA II**

1. Como você se vê?
2. Como você se chama?
3. Quantos anos você tem?
4. Como você está se sentindo hoje?
5. Você lembra da sua infância? Como?
6. Tem algum acontecimento que você gostaria de me falar?
7. E sobre a sua adolescência?
8. Como você avalia as mudanças entre essas fases (infância e adolescência)?
9. O que você faz no dia a dia?
10. Você se recorda quando começou a pensar sobre questões de gênero?
11. Como é viver a cisgeneridade?
12. Você acha que é possível problematizar a naturalização e imposição da cisgeneridade?
13. Você já enfrentou alguma dificuldade por ser uma pessoa cis? Se sim, qual?
14. Quais são os seus maiores êxitos e realizações? Ser uma pessoa cis te ajudou nesses processos?
15. O que você espera e almeja para o futuro?

ANEXO I - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da pesquisa	“PERMITA QUE EU FALE, NÃO AS MINHAS CICATRIZES” Dissidentes da dissidência: rotas não binárias para a construção de outros mundos possíveis
Aluno pesquisador	Thalita Suyane Costa Silva
Orientador	Prof. Dr. Jailson José Gomes da Rocha

Centro de Ciências da Saúde - 1o andar / Campus I / Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 - João Pessoa-PB / Tel. (83) 3216 7791 / e-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br / url: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb/>

Este é um convite para participação de uma pesquisa que possui como objetivo compreender como a cisgeneridade e o pacote ético-político-estético da dissidência de gênero afetam pessoas não binárias. Trata-se de uma pesquisa realizada por uma pessoa não binária e se apresenta como inédita no Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas.

O pesquisador responsável garante uma abordagem cautelosa na realização da pesquisa, confidencialidade dos dados coletados e a preservação da sua identidade. A presente pesquisa não irá acarretar danos à sua integridade física e/ou mental e os riscos dessa são mínimos, como responder a questões sensíveis que podem ocasionar desconforto emocional, vergonha e estresse mínimo.

Ocorrendo alguma dessas situações, você não precisa responder às perguntas e poderá solicitar a interrupção do diálogo. Durante a pesquisa, será ofertado um ambiente calmo e seguro, respeito às opiniões, crenças e culturas, além da assistência de outros profissionais, caso seja necessário. Os benefícios trazidos dizem respeito à produção de questionamentos e tensionamentos sociais acerca da cisgeneridade enquanto única forma possível de existência e a disseminação da legitimidade de vivências que fogem à essa norma

A sua participação diz respeito a gravação de uma entrevista semi estruturada que possui a finalidade de tecer diálogos sobre a sua trajetória de vida. Os diálogos ocorrerão de forma presencial ou online, de acordo com a sua disponibilidade e serão gravados e transcritos para que as informações concedidas sejam exploradas.

O pesquisador ficará disponível para elucidar qualquer questionamento que venha a surgir durante a pesquisa, através do telefone **(88) 99640-5277 (Whatsapp)** e **e-mail: psicosthalita@gmail.com**. Caso não queira participar ou decida desistir durante a pesquisa, não haverá nenhum prejuízo para você. Ao final da pesquisa, a dissertação estará disponível no banco de dados digital da Universidade Federal da Paraíba. O presente termo é assinado em duas vias:

Declaração de Consentimento:

Concordo em participar do estudo intitulado: **“Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes”**

Dissidentes da dissidência: rotas não binárias para a construção de outros mundos possíveis.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Prof. Orientador

Assinatura de Participação

ANEXO II - Aprovação do Comitê de Ética

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: ¿PERMITA QUE EU FALE, NÃO AS MINHAS CICATRIZES¿
Dissidentes da dissidência: rotas não binárias para a construção de outros mundos possíveis

Pesquisador: THALITA SUYANE COSTA SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 69279423.7.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.027.986

Apresentação do Projeto:

Versão 3 da pesquisa denominada Permita que eu fale não as minhas cicatrizes: dissidentes da dissidência: rotas não binárias para a construção de outros mundos possíveis da pesquisadora Thalita Suyane Costa Silva do CCHLA. Como justifica da emenda consta que Inicialmente, os objetivos desta investigação concentravam-se em analisar a construção da Cultura

Ballroom como um espaço de sobre(vivência) LGBTQIAPN+, sobretudo para as existências não binárias.

Outras questões se faziam presentes nas inquietações iniciais, tais como: quais as motivações sociais para a intensificação da violência e discriminação contra pessoas não-binárias? Em quais espaços as pessoas não binárias estão presentes e como essa inclusão se deu ao longo da história? E por fim, seria realizada a descrição da cultura Ballroom enquanto um local de segurança e legitimidade para pessoas NB, dando ênfase às trajetórias que compõem a cena em João Pessoa - Paraíba. Dissertar sobre a Cultura Ballroom me inquietou devido à conjuntura em que surgiu: pessoas que fugiam aos padrões

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 7.027.986

eurocentrico, cis e

heterossexual não podiam dividir os ambientes de lazer com pessoas tidas como normais. Preta, latina e

LGBTQIAPN+, a Cultura Ballroom consolidou-se como um espaço que ofertava segurança, acolhimento e possibilidade de reafirmação dessas existências. Crystal Labeija, drag queen negra, foi responsável por fundar a House of Labeija, um espaço voltado para LGBTQIAPN+ negres e latines. Na cultura Ballroom, há a existência de casas que, organizadas pelas mães, são coletivos que possuem similaridades com o que se entende como vínculo familiar (Lima e Frizeiro, 2020). No entanto, o percurso investigativo me provocou e conduziu a trabalhar não a partir da construção de um espaço de (re)existência, mas da expressão de como a cisgeneridade - colocada em uma posição ideal, portanto, impossível de ser alcançada - influi em existências que se localizam na norma e também nas que a excedem. Durante o Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia no ano de 2022, tive como intenção dialogar acerca da naturalização do padrão binário de gênero e as suas consequências para existências dissidentes, sendo a compreensão de elementos que constituíam as existências não-binárias do Vale do São Francisco um dos propósitos da pesquisa. Porém, devido ao cenário da pandemia da COVID-19, ocorreram limitações quanto à pesquisa de campo. Dessa forma, durante o processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH), pude notar a relevância nacional e internacional deste quanto à investigação das violações de direitos de parcelas sociais comumente excluídas. No estado da arte do PPGDH, não há

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 7.027.986

nenhuma pesquisa que aborde especificamente as formas pelas quais a cisgeneridade e o pacote éticopolítico-

estético da dissidência de gênero afetam pessoas não binárias. O estudo proposto que possui como base teórica os debates contemporâneos sobre gênero, mais especificamente sobre as pessoas não binárias, se apresenta como inédita dentro do programa, pois versa sobre as implicações da imposição da cisheteronormatividade na experiência da dissidência de gênero e também em pessoas que se localizam dentro da norma imposta. Dito isto, me interessa conhecer as trajetórias dessas pessoas e contribuir tanto para o campo epistemológico quanto para a disseminação e fortalecimento do conhecimento. A metodologia proposta é a abordagem escolhida para o desenvolvimento da pesquisa é a qualitativa, visto a compreensão de que esta se ocupa com questões que não são passíveis de contabilização, e, conforme Maria Cecília Minayo (2007, p. 21), "trabalha com universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes". Para Ventura (2007, p. 385), "é apropriado para pesquisadores individuais, pois dá a oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado" (Ventura, 2007, p. 385). Nessa metodologia, não há uma hierarquia do que poderia vir a ser mais importante de ser analisado. A pesquisa qualitativa ocorre imprescindivelmente quando há uma relação de envolvimento e implicação entre os pesquisadores e integrantes da pesquisa, visto que quem se propõe a pesquisar determinado fenômeno, necessita compreender o contexto local e quais os diversos significados que o acontecimento pode ter para as pessoas que são afetadas por esse (Medeiros, 2012). O procedimento metodológico escolhido é a Autoetnografia, visto a possibilidade em realizar o estudo de determinados comportamentos de grupos sociais, conciliando-os com a inserção da trajetória, biografia e perspectiva de quem está realizando a pesquisa. A autoetnografia é considerada uma união entre a etnografia e a história de vida (biografia) do pesquisador/a/e/. Nessa metodologia, as histórias e os elementos enunciados pelo pesquisador/a/e são reconhecidas como informações principais. O que diferencia a metodologia autoetnográfica de outras que também fazem referência à história de vida - como

19

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 7.027.986

a autobiografia, é o fato de que esta se propõe a compreender como as normas, costumes e crenças irão afetar os comportamentos do/a/e/ pesquisador durante a pesquisa. Apesar das narrativas de quem pesquisa desempenharem um papel central/principal, não devem se sobressair nos resultados, isto é, devem estar unidas às outras informações e referências obtidas durante a investigação (Muñoz, 2014).

A pesquisa também conta com a História de Vida, uma metodologia qualitativa e biográfica em que o pesquisador, através de entrevistas, escuta do relato de outre sobre a sua própria história, e tem na relação de confiança mútua construída entre esses dois atores a sua principal característica (Nogueira, Barros, Araujo & Pimenta, 2017). O relato não é somente um processo de repetir memórias, pois ao narrar a sua vida a pessoa é levada a se reencontrar com essa, possibilitando novas interpretações, ao passo que o que a pessoa também fala sobre os seus processos individuais que estão ligados ao ambiente social, torna possível acessar pontos como cultura, conjuntura social, valores pessoais e ideologia (Nogueira et al., 2017). Desse modo, há uma dimensão terapêutica e ética intrínseca tanto na escuta comprometida e participativa do/a/e pesquisador/a/e, quanto nas ressignificações construídas pelo/a/e entrevistado/a/e (Silva, Barros, Nogueira & Barros, 2007; Nogueira et al., 2017). O método história de vida valoriza a descrição dos fatos e a busca de sentido. Os fatos se inserem na experiência de vida singular de cada pessoa, nas relações sociais; enquanto o sentido é uma experiência construída a partir da releitura da narrativa da pessoa, o que só é possível através do encontro entre entrevistado/a/e pesquisador/a/e. A medida em que a pessoa entrevistada narra a sua história de vida e é mobilizada por ela, também mobiliza quem está no local de pesquisador/a/e, ao proporcionar a oportunidade de refletir sobre si mesmo/a/e através da fala e da investigação do conteúdo trazido na narrativa. Este movimento é possibilitado a partir do momento que o/a/e pesquisador/a/e abandona a sua posição de poder, se colocando horizontalmente na relação com quem está entrevistando. É na dinâmica entre entrevistador/a/e e entrevistado/a/e que está a construção de sentido, de modo que a pessoa não é apenas um objeto de pesquisa, mas um/a/e participante ativo na construção do conhecimento produzido (Nogueira et al., 2017).

O estudo se divide em três etapas: 1) Revisão bibliográfica 2) Pesquisa de campo, e por fim, 3) Análise dos diálogos através da análise narrativa.

1) A princípio, a dissertação traçaria diálogos unicamente sobre alguns dos impactos que a cisgeneridade ocasionam em existências dissidentes, no entanto, durante diálogos com um amigo, percebi a importância de versar sobre os efeitos e repercussões que a cisnorma

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900
UF: PB **Município:** JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 7.027.986

também causa em pessoas que não experienciam a dissidência de gênero.

Consequentemente, optei por atualizar a revisão bibliográfica, visto que a contabilização das pesquisas a serem discutidas se limitavam as que possuíam implicações com a dissidência de gênero.

Objetivo da Pesquisa:

Primário

Compreender como a cisgeneridade e o pacote ético-político-estético da dissidência de gênero afetam pessoas não binárias.

Secundário

1) Demonstrar como a cisgeneridade e a ciscolonialidade foram introduzidas, naturalizadas e reforçadas nas instituições familiares, educacionais e biomédicas. 2) Discutir formas pelas quais a cisnormatividade afeta existências binárias e não binárias; 3) Refletir como a imposição de padrões internos da comunidade dissidente de gênero atravessam pessoas não binárias; 4) Refletir se há espaço cosmo-ontológico de superação das relações de gênero em um sentido não-violento

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A presente pesquisa não irá acarretar danos à sua integridade física e/ou mental e os riscos dessa são mínimos, como responder a questões sensíveis que podem ocasionar desconforto emocional, vergonha e estresse mínimo. Ocorrendo alguma dessas situações, você não precisa responder às perguntas e poderá solicitar a interrupção do diálogo. Durante a pesquisa, serão ofertados ambientes calmos e seguros, respeito às opiniões, crenças e culturas, além da assistência de outros profissionais, caso seja necessário.

Benefícios:

Os benefícios dizem respeito à disseminação de conhecimento sobre como a imposição da cisgeneridade e heteronorma podem afetar diversas existências, sendo estas dissidentes ou não. Explorando de que forma esses padrões foram instaurados e quais as motivações para que as discriminações e preconceitos sejam reforçados, podemos pensar a construção de políticas que assegurem existências dignas para a população

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 7.027.986

LGBTQIAPN+.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa se aplica

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo com as exigências da Resolução CNS no 466 de 2012 e da Norma Operacional no 001 de 2013 do CNS, o CEP REITORIA/UPE manifesta-se pela APROVAÇÃO do projeto. Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas pelo CEP. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas e aguardando a aprovação do CEP para continuidade da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem óbices observados e aprovado

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2389441_E1.pdf	06/08/2024 09:09:00		Aceito
Folha de Rosto	Folha_assinado.pdf	06/08/2024 08:59:53	THALITA SUYANE COSTA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	plataforma.pdf	05/08/2024 21:13:34	THALITA SUYANE COSTA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	05/08/2024 21:10:59	THALITA SUYANE COSTA SILVA	Aceito

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 58.051-900

UF: PB **Município:** JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 7.027.986

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 23 de Agosto de 2024

Assinado por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br